

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

JAQUELINE TAVARES ANDERSON

**O DISCURSO MUDIÁTICO E A REPRESENTAÇÃO DA CAUSA INDÍGENA NO
BRASIL**

**VARGINHA/MG
2023**

JAQUELINE TAVARES ANDERSON

**O DISCURSO MIDIÁTICO E A REPRESENTAÇÃO DA CAUSA INDÍGENA NO
BRASIL**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Orientadora: Carla Leila Oliveira Campos
Coorientador: Wesllay Carlos Ribeiro

VARGINHA/MG

2023

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Anderson, Jaqueline Tavares.

O discurso midiático e a representação da causa indígena no Brasil /
Jaqueline Tavares Anderson. - Varginha, MG, 2023.

134 f. : il. -

Orientador(a): Carla Leila Oliveira Campos .

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade
Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2023.

Bibliografia.

1. Análise de discurso. 2. Discurso de mídia. 3. Indígenas. 4.
Representação. I. Campos , Carla Leila Oliveira , orient. II. Título.

JAQUELINE TAVARES ANDERSON

O DISCURSO MIDIÁTICO E A REPRESENTAÇÃO DA CAUSA INDÍGENA NO BRASIL

A Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 21 de agosto de 2023.

Profa. Dra. Carla Leila Oliveira Campos
Presidente da Banca Examinadora
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Adílio Renê Almeida Miranda
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza
Instituição: Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves

Prof. Dr. Weslly Carlos Ribeiro
Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Carla Leila Oliveira Campos, Professor do Magistério Superior**, em 21/08/2023, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1065106** e o código CRC **30A21473**.

Dedico aos meus pais,
em agradecimento pela vida e por me darem condições de estudar.

Aos meus sobrinhos,
para que acreditem na educação e nos próprios sonhos,
e às minhas tantas professoras (es),
pela inspiração e apoio na jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Enquanto faço as finalizações da dissertação, escrevo os agradecimentos, lembrando de cada um que participou desta jornada comigo. O mestrado foi surpreendente, um caminho de muitos aprendizados e amadurecimentos, mas também cansativo e trabalhoso. Por algumas vezes eu pensei em desistir e, se isso não aconteceu, é porque vocês estiveram comigo e deram-me suporte para continuar.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e à minha família, por terem me dado a vida e as condições de percorrê-la. À minha mãe, pela companhia, pelas orações, pelo zelo ao cuidar de mim. Ao meu pai, pelo apoio, suporte e exemplo. Aos meus sobrinhos, João Vitor, Giovana, Bruno e Letícia, pelas brincadeiras que me ensinam, pelas risadas que damos, pelos abraços fortes e por me motivarem a ser uma pessoa melhor.

Agradeço à minha orientadora, Carla, não apenas pelas correções e orientações, mas principalmente pela paciência e humanidade na condução desta pesquisa. Por sempre me responder, mesmo em meio à correria do trabalho, por dedicar-se comigo neste projeto, por ter me mostrado o mundo da Análise do Discurso, ajudado nas escolhas dos livros, dos autores, pelas correções nos textos, pela paciência nos atrasos e nas mensagens nos finais de semana. Sei da importância de ter uma boa orientadora no percurso da vida acadêmica, sou muito grata por ter tido esta sorte!

Ao prof. Weslley, meu coorientador, agradeço pelas correções do trabalho nesses dois anos, por compartilhar parte da experiência e colaborar com meu aprendizado. Agradeço os professores Adílio e Heberth, pelas contribuições na qualificação, por terem lido atentamente meu trabalho, por aceitarem ser das minhas bancas e terem sugestões enriquecedoras. Ao Heberth, pelo carinho e acolhimento desde o primeiro contato. Ao Adílio, pelas ótimas aulas sobre relações raciais, as quais expandiram meu olhar sobre a história desigual do Brasil e me instigaram a continuar estudando sobre o racismo.

À UNIFAL-MG de Varginha, agradeço a receptividade, por ter proporcionado que o mestrado continuasse no meio de uma pandemia, pelas excelentes aulas, que foram fundamentais na minha formação pessoal e como pesquisadora. Também

agradeço aos professores do PPGPS, ao Marcel e aos funcionários das bibliotecas da UNIFAL de Alfenas e de Varginha.

Pelas amizades construídas no PPGPS: aos meus amigos de turma, agradeço pelas horas de conversa, pelo compartilhamento de saberes e aflições, pela sorte de termos uma sala (virtual) tão unida e divertida, o que fez muita diferença nas aulas (com todas as câmeras abertas), nas discussões, no grupo do *whatsapp* (que teve até amostra cultural). Hoje posso dizer que sou mais feliz por ter conhecido vocês! Em especial, agradeço à nossa presidenta Mari, por ter ajudado em tudo até aqui, com paciência e companheirismo. Também a Tanísia, Maria Luísa, Greicy, Alice e o Mateus, obrigada pelas trocas e pelo apoio no mestrado e na vida!

Às minhas amigas de uma vida toda, que me deram colo e não me deixaram desistir: a Bianca, amiga pesquisadora quase doutora, agradeço por ter compartilhado sua experiência acadêmica comigo, dado dicas, ajudado a destravar na escrita, incentivado e dado total apoio todas as vezes que precisei. A Bella, a Mary e a Sophia, pelo suporte emocional, pelos desabafos, pela parceria e tantos incentivos. Obrigada pela compreensão de sempre.

Às minhas amigas de faculdade Pri e Rafa, agradeço as mensagens de carinho, por torcerem por mim, por estarem presentes em todas as minhas fases do mestrado, mesmo que de longe. Pelas conversas, risadas e choros, nesses caminhos da vida. À Maiara e a Camila, por terem aguentado minhas reclamações, dado vários conselhos e feito companhia nesses últimos anos.

Ao Guilherme, que me conheceu nas vésperas da qualificação e já chegou me ajudando nos projetos do mestrado - e a me distrair deles. Agradeço por me ouvir com calma e acolhimento, por acreditar nos meus sonhos e caminhar comigo. Pelos infinitos lanches e cafezinhos, quando eu cansava de escrever, e pelo incentivo diário. Por acreditar em mim e me fortalecer.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

RESUMO

O Brasil é um país que foi colonizado por europeus e, desde então, houve discriminação dos povos indígenas, eles foram excluídos socialmente, sofreram violências física e territorial, para que o processo colonizatório tivesse êxito. A colonização acabou em 1822, quando houve a Proclamação da Independência do Brasil em relação a Portugal, todavia as memórias discursivas com aspectos coloniais permaneceram presentes na sociedade brasileira, propagando-se pelas mídias e influenciando as ideias coletivamente compartilhadas pela sociedade. Nesse contexto, nossa pesquisa se propõe a compreender a representação da causa indígena em reportagens sobre o Acampamento Terra Livre de 2022, por meio da análise de reportagens publicadas em *sites* de notícias, sobre um evento de reivindicação dos povos originários, o Acampamento Terra Livre. Pesquisas anteriores mostraram uma imagem estereotipada e racista do indígena sendo propagada por jornais (BARBOSA, 2010), além de apresentar silenciamentos e exclusões pela mídia pernambucana (MELO, 2003) e uma significativa mudança na forma de representar os indígenas: as lideranças, mulheres e jovens indígenas passaram a ocupar espaços legítimos de fala quando comparados textos dos anos 2000 com reportagens da década de 1990. O objetivo geral deste trabalho é compreender a representação da causa indígena em reportagens sobre o Acampamento Terra Livre de 2022, tendo como referência o quadro teórico-metodológico a Análise de Discurso Francesa, baseada principalmente nos autores Dominique Maingueneau, Eni Orlandi e Michel Foucault. Filiamo-nos ainda à abordagem decolonial de pesquisa, com fundamento em Eduardo Galeano e Walter Dignolo, e, sobre o racismo brasileiro, adotamos os estudos de Silvio Almeida e Lilia Schwarcz. O *corpus* de análise é um conjunto com dezesseis matérias jornalísticas sobre o Acampamento Terra Livre de 2022: três da Revista Veja, três do portal G1, três do UOL, duas da Folha de S. Paulo e cinco da Revista Fórum. As matérias foram publicadas no mês de abril de 2022, do dia 04/04/2022 a 20/04/2022. As categorias de análise são as citações diretas e indiretas, as palavras entre aspas, as metáforas e paráfrases. Utilizamos conceitos como a interdiscursividade, memória discursiva, os ditos, não ditos e silenciamentos, como guias na interpretação dos dados. A análise das referidas reportagens revelou que há formações discursivas coloniais nas matérias analisadas, mas também têm aspectos decoloniais. Discursos democráticos e ambientalistas também foram observados, mas em menores proporções. Todos as reportagens analisadas se apropriaram do evento para falar sobre a disputa eleitoral de 2022.

Palavras-chave: análise de discurso; discurso de mídia; indígenas; representação.

ABSTRACT

Brazil is a country that was colonized by Europeans and, since then, there has been discrimination against indigenous peoples, they have been socially excluded, they have suffered physical and territorial violence, for the colonization process to be successful. The colonization ended in 1822, when there was the Proclamation of Brazil's Independence from Portugal, however discursive memories with colonial aspects remained present in Brazilian society, spreading through the media and influencing ideas collectively shared by society. In this context, our research proposes to understand the representation of the indigenous cause in reports about the 2022 Free Land Camp (Acampamento Terra Livre in Portuguese), through the analysis of reports published on news websites, about an event of vindication of the indigenous peoples, the Free Land Camp. Previous research has shown a stereotyped and racist image of the Indigenous being propagated by newspapers (BARBOSA, 2010), in addition to presenting silences and exclusions by the Pernambuco media (MELO, 2003) and a significant change in the way of representing the Indigenous people: the leaders, women, and young indigenous people began to occupy legitimate spaces of speech when comparing texts from the 2000s with news from the 1990s. The general objective of this work is to understand the representation of the indigenous cause in news about 2022 Free Land Camp, having as reference the theoretical and methodological Discourse Analysis of French orientation, based mainly on the authors Dominique Maingueneau, Eni Orlandi, and Michel Foucault. We also adhere to the decolonial research approach, based on Eduardo Galeano and Walter Mignolo, and, about Brazilian racism, we adopt the studies of Silvio Almeida and Lilia Schwarcz. The corpus of analysis is a set of sixteen journalistic articles about the 2022 Free Land Camp: three from *Veja Magazine*, three from the G1 portal, three from UOL, two from *Folha de S. Paulo*, and five from *Forum Magazine*. The articles were published in April 2022, from 04/04/2022 to 04/20/2022. The categories of analysis are direct and indirect quotations, words between quotation marks, metaphors and paraphrases. We used concepts such as interdiscursivity, discursive memory, the said, unsaid and silencing, as guides in the interpretation of the data. The analysis revealed that there are colonial discursive formations in the articles analyzed, but they also have decolonial aspects. Democratic and environmentalist speeches were also observed, but in smaller proportions. All the reports analyzed appropriated the event to talk about the 2022 presidential elections.

Keywords: discourse analysis; media discourse; indigenous; representation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Metodologia proposta por Orlandi.....	44
Quadro 2 - Discurso direto nas reportagens da Veja.....	58
Quadro 3 - Discurso indireto nas reportagens da Veja.....	58
Quadro 4 - Discurso direto nas reportagens do portal G1.....	61
Quadro 5 - Discurso indireto nas reportagens do portal G1.....	62
Quadro 6 – Discurso direto nas reportagens da UOL	65
Quadro 7 - Discurso indireto nas reportagens do UOL.....	65
Quadro 8 - Discurso direto nas reportagens da Folha de S. Paulo.....	69
Quadro 9 - Discurso indireto nas reportagens da Folha de S. Paulo.....	69
Quadro 10 – Citações sobre representatividade indígena na política.....	72
Quadro 11 - Título das reportagens da Revista Fórum.....	73
Quadro 12 – Discurso direto nas reportagens da Fórum.....	75
Quadro 13 - Discurso indireto nas reportagens da Fórum.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
AD	Análise de Discurso
ADF	Análise de Discurso Francesa
ATL	Acampamento Terra Livre
FD	Formação Discursiva
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MOM	<i>Media Ownership Monitor</i> Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1	COLONIALISMO E RACISMO.....	18
2.2	REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NA LITERATURA E NAS MÍDIAS.....	23
2.3	DISCURSO DAS MÍDIAS E APROPRIAÇÃO POLÍTICA.....	27
3	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO.....	32
3.1	INTERDISCURSO E MEMÓRIA DISCURSIVA.....	37
3.2	DO DITO AOS NÃO DITOS E SILENCIADOS.....	38
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
4.1	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO.....	44
4.2	MARCAS DA HETEROGENEIDADE MOSTRADA.....	47
4.2.1	O discurso relatado.....	49
4.2.1.1	Discurso direto.....	49
4.2.1.2	Discurso indireto.....	50
4.3	PALAVRAS ENTRE ASPAS, METÁFORAS E PARÁFRASES.....	51
5	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>.....	53
5.1	CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO ATL DE 2022.....	54
5.2	REVISTA VEJA	55
5.3	PORTAL G1.....	61
5.4	GRUPO UOL	64
5.4.1	Folha de S. Paulo.....	68
5.5	REVISTA FÓRUM	73
5.6	COMPARAÇÃO ENTRE AS REPORTAGENS ANALISADAS: REPRESENTAÇÃO INDÍGENA E A COLONIALIDADE	79
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS.....	88
	ANEXOS – REPORTAGENS ANALISADAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação buscamos compreender a representação da causa indígena em reportagens sobre o Acampamento Terra Livre de 2022, por meio da análise de reportagens publicadas em *sites* de notícias, tendo como fundamento o quadro teórico-metodológico a Análise de Discurso Francesa e a abordagem decolonial de pesquisa. Escolhemos como objeto de análise um conjunto com dezesseis matérias jornalísticas sobre o Acampamento Terra Livre de 2022, dos portais Revista Veja, Portal G1, UOL, Folha de S. Paulo e Revista Fórum.

Para o embasamento de nossas análises, primeiramente nos propomos a estudar como se deu o processo de colonização do Brasil e quais as consequências para os povos originários, com o fim de auxiliar na compreensão dos discursos reproduzidos nas reportagens. Depois, passamos aos estudos sobre funcionamento das mídias: consideramos que os noticiários possuem poder de influência na construção de discursos e do imaginário coletivo, reproduzindo ideias e disseminando informações em grande escala. Além disso, os discursos midiáticos são moldados pelo meio social, por isso sinalizam como a sociedade tem manifestado seus ideais, crenças e pontos de vista, conforme os preceitos da Análise de Discurso Francesa.

Historicamente, o Brasil é um país caracterizado pela diversidade de povos, formado por diferentes etnias e com diferentes costumes entre si. No século XVI, portugueses ocuparam as terras brasileiras e iniciaram o processo de colonização, passando a explorar e a dominar o local. A embarcação comandada por Pedro Álvares Cabral, registrada como a primeira a chegar, estava, na verdade, procurando a Índia, país localizado no sul da Ásia, onde fazia negociações comerciais. Dessa forma, ao chegar às terras brasileiras, colocaram o nome na população encontrada de “índios”, por serem desconhecidos pelos navegantes e pela confusão no local desembarcado.

Assim se iniciou a ocupação do país pelos portugueses e, posteriormente, por outros europeus. Essa invasão estruturou a colonização e uma guerra aos povos originários, os quais foram explorados, aculturados e mortos, pois eram considerados inferiores aos colonizadores, selvagens que seriam usados para servi-los. Em 1822, foi proclamada a independência do Brasil em relação a Portugal, findando, assim, a colonização. Todavia as consequências dessa circunstância histórica perduram e as

memórias referentes aos processos de opressão permanecem até hoje, o que chamamos de colonialidade (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005).

Em contestação ao pensamento colonial, surge a abordagem decolonial de pesquisa, a qual se compromete a criticar as violências e desigualdades resultantes da colonização e da modernidade (MIGNOLO, 2017). Filiamo-nos ao pensamento decolonial a fim de responder o seguinte questionamento: como se deu a construção de sentidos na representação dos povos indígenas nas reportagens sobre o Acampamento Terra Livre de 2022?

Pesquisas anteriores que discutiram sobre a representação de indígenas na mídia brasileira apresentaram uma imagem estereotipada e racista sendo propagada por jornalistas despreparados (BARBOSA, 2010). A violência com que os povos originários foram retratados também foi pesquisada por Melo (2003), cujo estudo evidencia silenciamentos e exclusões pela mídia pernambucana. Além disso, após comparação dos anos 90 e 2000, Rubim (2021) percebeu uma mudança na forma de representar os indígenas, a autora constatou inclusão e representatividade dessa minoria após a utilização da *internet* e das redes sociais, pois elas deram autonomia para os indígenas reportarem algo, sem depender de outras pessoas para divulgar os movimentos indígenas. A pesquisa de Rubim (2021) comparou páginas da rede social Facebook em relação ao jornal A Crítica, da Agência jornalística Amazônia Real.

Nosso trabalho pretende avançar nos estudos sobre a representação indígena pela mídia, tendo como foco *sites* jornalísticos e matérias publicadas em abril de 2022, contribuindo com dados mais recentes do que as pesquisas aqui citadas e agregando *sites* com expressiva quantidade de acessos para a análise. As redes sociais são espaços virtuais nos quais as pessoas podem manifestar suas opiniões e reportar eventos, sem que haja mediadores na comunicação. Já os jornais são intermediadores de informações e produzem as notícias com base em um processo editorial, por isso não podem ser equiparados às redes sociais em relação ao funcionamento. Assim, pretendemos contribuir com o exame de novos dados que não são de redes sociais, mas sim de *sites* informativos.

Este trabalho tem como objetivo geral compreender a representação da causa indígena em reportagens sobre o Acampamento Terra Livre de 2022. Para isso, os objetivos específicos desta pesquisa são: 1) analisar os textos das reportagens e seus aspectos linguísticos formais; 2) explorar as categorias de análise: citações diretas e indiretas, as palavras entre aspas, as metáforas e as paráfrases; 3)

examinar a produção discursiva das reportagens, interpretar os sentidos e identificar as formações discursivas e ideológicas nelas presentes; 4) comparar as reportagens que compõem o *corpus* de análise, em busca de semelhanças e diferenças na forma de representação da causa indígena.

Para alcançar nossos objetivos, utilizamos o quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso Francesa, pois fornece arcabouço para analisar as matérias e compreender o funcionamento da linguagem na representação da causa indígena pelos meios de comunicação. Ao fornecer subsídios para interpretar os sentidos, a Análise de Discurso oferece suporte para entender o papel da linguagem na produção de práticas sociais. Além disso, esse campo de estudos traz importantes contribuições à pesquisa social, ao associar, de modo interdisciplinar, a pesquisa linguística e de outras áreas do saber na construção de suas análises.

Foi aplicada a análise textual em conjunto com a análise social, com enfoque em autores que utilizam a vertente francesa: Dominique Maingueneau, Eni Puccinelli Orlandi, Michel Foucault, Helena Hathsue Nagamine Brandão, Sérgio Freire e Cleudemar Alves Fernandes. A escolha pelo método é amparada na contribuição que a Análise de Discurso oferece à ciência social, incluindo um olhar sobre a linguagem como parâmetro para a análise, com arcabouço teórico e metodológico capaz de amparar uma pesquisa científica (BATISTA JÚNIOR; SATO; MELO, 2018).

Para o *corpus* de análise, escolhemos um conjunto com dezesseis reportagens, todas publicadas em *sites* de notícias, de quatro grupos presentes no *ranking* entre os portais com maiores audiências, pesquisa divulgada por Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil (MOM, 2017c). As matérias são sobre o Acampamento Terra Livre de 2022, evento realizado em Brasília, que tem o intuito de fortalecer a causa indígena no país e reivindicar direitos.

Assim, nosso objeto de estudo é um conjunto de reportagens dos três maiores grupos de jornalismo *online*, quais sejam Globo, UOL e Abril, além da Revista Fórum, que é a oitava colocada no *ranking* de audiência de mídia digital, por considerarmos importante a análise de uma revista que se apresenta como tendo um posicionamento político e de mercado diferente dos outros portais analisados, por priorizar os movimentos sociais. Assim, para enriquecer a discussão do trabalho, propomos a comparação das reportagens de diferentes *sites*, com o propósito de identificar possíveis semelhanças e disparidades na produção discursiva.

A escolha do *corpus* de pesquisa, segundo Orlandi (2009), se dá pelos analistas, orientados por critérios teóricos e não positivistas, sem que tenha uma limitação na construção da *corpora*, mas sim indicativos teóricos que auxiliam na seleção de textos que materializem os processos discursivos. O objetivo da pesquisa e os métodos utilizados devem ser considerados. O nosso critério de seleção foi pela quantidade de acessos aos *sites*, conforme o *ranking* publicado (MOM, 2017c). Selecionamos para a composição do *corpus* um conjunto com dezesseis reportagens: três da Revista Veja (do grupo Abril), três do portal G1 (grupo Globo), três do UOL (grupo UOL), duas da Folha de S. Paulo (grupo UOL) e cinco da Revista Fórum. Todas as matérias são sobre o Acampamento Terra Livre de 2022 e foram publicadas no mês de abril de 2022, do dia 04/04/2022 a 20/04/2022.

Para análise do *corpus*, utilizamos o direcionamento de Orlandi (2009), com fundamento da Análise de Discurso Francesa, em busca dos sentidos, das formações discursivas e ideológicas, para compreensão do discurso midiático em relação à causa indígena. Quanto às categorias de análise dos textos, focamos nas heterogeneidades enunciativas, perspectiva desenvolvida por Maingueneau (1997) fundamentada em Authier-Revuz, por entendermos que o discurso jornalístico é composto por outros discursos externos ao texto (interdiscurso) e várias vozes (heterogeneidade), sendo utilizados recursos como as citações diretas e indiretas, as palavras entre aspas e as paráfrases para introduzir aos textos pensamentos de outros enunciadores que não o locutor primário. A nossa busca pelos sentidos passa pela compreensão das outras vozes que atravessam os discursos.

Maingueneau (1997) distingue a heterogeneidade em mostrada ou constitutiva, o que será mais explicado no desenvolvimento do trabalho. Para análise do *corpus*, nos importa a heterogeneidade mostrada, mais especificamente o discurso relatado, o qual é manifestado pelos discursos diretos e indiretos, citações e intertextos. Também analisamos as palavras entre aspas, as metáforas e as paráfrases utilizadas nas matérias, a fim de compreender o funcionamento da linguagem em relação à convocação de discursos externos ao texto. A interdiscursividade e a memória são conceitos importantes para nossas discussões, assim como os ditos, não ditos e silenciamentos, como explicaremos no referencial teórico disposto na segunda seção da dissertação.

A relevância da nossa pesquisa se encontra fundamentada no contexto atual de muitas mobilizações dos povos indígenas no Brasil. Investigar como as notícias

têm sido veiculadas pode nos dar indícios de como a sociedade tem percebido essas manifestações. Ademais, compreender quais sentidos são disseminados pelas mídias e quais discursos são reproduzidos é importante, pois a mídia influencia na formação e na distribuição de ideias, então pode contribuir ou prejudicar o imaginário da sociedade em relação às reivindicações realizadas pelos indígenas.

Nossa pesquisa visa contribuir com a ciência e com a sociedade com avanços nos estudos de discursos e da representação indígena pela mídia. Colaboraremos com nossa interpretação do *corpus* de pesquisa, feita a partir da teoria decolonial e do quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, o qual nos permite perceber as manifestações linguísticas dos preconceitos contra os povos indígenas.

Estruturamos o presente trabalho em seis seções, da seguinte forma: após a introdução, a segunda seção apresenta parte do referencial teórico utilizado, trazendo conceitos e contextualizando a colonização do Brasil, o racismo estrutural decorrente do processo de colonização e a perpetuação por meio da colonialidade. Os principais autores utilizados na discussão sobre colonialismo e decolonialidade foram Eduardo Galeano e Walter Mignolo, e, especificamente sobre o racismo brasileiro, nos embasamos em Silvio Almeida e Lilia Schwarcz. Na próxima subseção explicamos, a partir de pesquisas científicas, a representação indígena na literatura e nas mídias, a fim de assimilar qual é a imagem dos povos originários propagada pelos meios de comunicação e quais as memórias discursivas associadas.

O terceiro capítulo apresenta o aporte teórico da Análise de Discurso. Dentre os conceitos principais, elucidaremos os de discurso, ideologia, formações discursivas e ideológicas, produção discursiva, a interpretação e a compreensão dos sentidos, tendo como referência autores da vertente francesa da Análise de Discurso. Após, nas subseções, apresentaremos os conceitos que utilizaremos na análise: interdiscurso, memória discursiva, os ditos, não ditos e os silenciamentos. A quarta seção revela os procedimentos metodológicos, como a Análise de Discurso nos orientou e quais foram as marcas textuais utilizadas no decorrer do trabalho. Após, detalhamos as categorias de análise, que foram as marcas da heterogeneidade mostrada, os discursos direto e indireto, as palavras entre aspas, as metáforas e paráfrases encontradas nos textos das reportagens.

O quinto capítulo é a análise propriamente dita, separada, para fins didáticos, em seis subseções. A primeira subseção retrata o contexto sociopolítico do Acampamento Terra Livre de 2022. A segunda é a análise da Revista Veja, depois do

portal G1, do portal UOL e da Folha de S. Paulo e, por último, da Revista Fórum. Para finalizar o capítulo, fizemos uma comparação entre as matérias analisadas. Por fim, formulamos as considerações finais do trabalho, retomando os pontos principais e constatamos os resultados obtidos a partir das análises. Finalizamos com as contribuições do nosso trabalho e com a possibilidade de continuação e de novas pesquisas sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COLONIALISMO E RACISMO

Mignolo (2017) explica que o termo “colonialidade” foi introduzido pelo sociólogo Anibal Quijano, nos anos de 1980 a meados de 1990, atribuindo um novo sentido ao termo colonialismo. A colonialidade é a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da modernidade e da apropriação das Américas pelos europeus, a partir do século XV. A decolonialidade, por sua vez, surge em resposta às opressões e ações imperialistas dos europeus em desfavor dos países colonizados:

Pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial (REIS; ANDRADE, 2018, p. 3).

Assim, a abordagem decolonial de pesquisa é caracterizada pela crítica ao pensamento colonial e seus desdobramentos, dando ênfase à constituição do ser e do saber e ao poder exercido pelos colonizadores. Compromete-se a denunciar situações de desigualdades e violências sustentadas pela globalização e pela modernidade, já que a colonialidade foi considerada o lado oculto da modernidade, logo merece ser combatida (MIGNOLO, 2010; WANDERLEY; SILVA, 2022).

Nesse sentido, a Matriz Colonial do Poder (“Patrón colonial de poder”) foi um entendimento desenvolvido por Quijano, no qual ele ensina que o instrumento de dominação dos povos foi o controle exercido na economia, das autoridades, da sexualidade e gênero, do conhecimento e da subjetividade das pessoas. Os alicerces utilizados pelos europeus a fim de controlar e dominar os colonizados são o fundamento racial, patriarcal e teológico. As hierarquias de raças, classes, religiões, sexualidade e conhecimento foram propositalmente construídas para sustentar o poder e a expansão da cultura europeia para o restante do mundo (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005).

Pela perspectiva da linguística, Orlandi (1990) escreve sobre a apropriação do discurso no processo de colonização do Brasil. A autora discorre sobre o apagamento da história por meio da noção de cultura, indo ao encontro das ideias de Quijano (2005) e Mignolo (2017). Aborda a identidade confusa do brasileiro, entre ser indígena

e descendente de europeu, mostrando que o domínio da cultura do país e, conseqüentemente, da história, foi marcado não pelo conhecimento, mas pelo desconhecimento do que já existia: o produto mais eficaz das “descobertas” dos países colonizados são os discursos que fazem des-conhecer o histórico e o político, um processo que reconhece apenas o cultural, mas apaga informações de forma intencional.

Nesse mesmo sentido, Mignolo (2017) enumera doze situações, denominadas por ele como nós histórico-estruturais, que mostram circunstâncias articuladas por meio do pensamento colonial e imperial, instituidor de diferenças e hierarquias na sociedade. Dentre os nós apontados, muitos evidenciam o quanto os povos originários foram inferiorizados em relação aos europeus: hierarquias raciais/étnicas, linguísticas, de conhecimento e cosmologia, espiritual e religiosa, ideias de superioridade foram introduzidas para privilegiar pessoas europeias em detrimento de pessoas não europeias, subalternizando toda a cultura que não fosse compatível com a da Europa.

O autor revela que um dos fundamentos do eurocentrismo foi a hierarquia linguística, controlando “o conhecimento não somente pela dominância das próprias línguas, mas também das categorias em que o pensamento é baseado” (MIGNOLO, 2017, p. 12). Ele retrata o poder da linguagem para um povo e as conseqüências de ter o aprisionamento da liberdade de se comunicar, pois a transformação da língua do colonizador para o padrão reduzia não só o poder de fala, mas também deslegitimava as ideias dos colonizados.

Segundo Galeano (2010) a América Latina se tornou a maior centralizadora de força de trabalho para tornar possível uma grande concentração de riqueza da história mundial. No mesmo sentido, Mignolo (2017) apresenta várias distinções criadas para inferiorização de negros e indígenas, com o fim de sustentar a colonialidade. A colonização acabou, mas se transformou, se adaptou, e continua carregando as cicatrizes do colonialismo, o que se denomina como colonialidade.

A América foi a primeira identidade da modernidade, constituindo o primeiro padrão de inferioridade ao poder europeu, por meio da codificação de diferenças entre conquistadores e conquistados pela ideia de raça. Estabeleceu-se, portanto, um padrão de poder. “A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras” (QUIJANO, 2005, p. 117). As denominações foram associadas a

hierarquias, relações de dominação e papéis sociais correspondentes (QUIJANO, 2005).

As categorias raciais dividiram a população e estabeleceram que a exploração do negro pelo trabalho seria determinante para a economia e manutenção do poder. Os negros foram os mais aproveitados para a colonização, os que mais “contribuíam” para que a lógica colonizadora perpetuasse, já que os índios não eram considerados nem parte da sociedade colonial. Para naturalizar os patamares sociais criados, a expansão do colonialismo pelo mundo foi acompanhada pela elaboração teórica da ideia de raça e de relações de domínio entre europeus e não europeus, colocando os povos dominados em uma posição natural de inferioridade, menosprezando os traços fenotípicos, como suas descobertas mentais e culturais (QUIJANO, 2005).

A classificação racial foi um dos instrumentos utilizados para criar uma hierarquia que possibilitasse a dominação do território pelos europeus. Os negros eram os mais explorados como escravos e mão de obra trabalhadora, por isso foram classificados como inferiores, dignos de subalternidade. A população indígena era ignorada, não fazia parte da sociedade colonial, algumas vezes, esses povos eram tratados como servos, outras como estranhos. Os negros eram escravizados e os indígenas eram considerados “estrangeiros” no próprio país (QUIJANO, 2005).

Em relação ao tratamento discriminatório surgido pela classificação da população em raças, Almeida (2019) ressalta que as diferenças biológicas ou culturais não justificam as distinções, então devemos nos atentar ao fator político utilizado para naturalizar e legitimar as desigualdades, as segregações e o genocídio de minorias sociais. Retratar os povos originários como estranhos à sociedade, inferiores, ou selvagens, enalteceria os colonizadores e colocaria estes na posição de “salvadores”. Além disso, formou-se uma ideia de que o sujeito indígena seria um atraso para a civilização, um empecilho à modernização e ao progresso tanto almejado pela população, especialmente europeia em fase de expansão de sua influência mundial:

O/a indígena é a antítese da civilização, a barbárie-selvageria que precisa ser superada-domada conduzida-formada pela civilização; ele, na sua condição antropológica e na sua forma de vida, é o empecilho à modernização, ao progresso, ao desenvolvimento; e o indígena é a massa amorfa que justifica o trabalho humanitário-civilizador assumido pelo branco, nas suas diferentes figuras históricas, do desbravador europeu ao sacerdote cristão, passando pelo bandeirante, pelo jesuíta, pelo senhor de engenho, pelo coronel, pelo militar nacionalista e chegando-se, enfim, ao empresário agrícola, figuras histórico-políticas elas mesmas justificadas nessa vocação civilizadora e

modernizadora e, portanto, em sua orientação, em seu enquadramento em seu etnocídio relativamente aos/às indígenas (DANNER *et al*, 2020, p. 85).

Dussel (1993, p. 35) aponta que, no processo de “descobrimto” da América, na verdade houve um encobrimento da realidade do continente e uma invenção, pelos europeus, da história por meio da sua própria “imagem e semelhança”: “a América não é descoberta como uma cultura distinta, como o Outro, mas como a matéria onde é projetado ‘o si-mesmo’ europeu. Então não é o ‘aparecimento do Outro’, mas a ‘projeção do si – mesmo’: encobrimento”

Ao esconder o “diferente” para realçar o “si mesmo” europeu, houve um apagamento de tudo que não era conveniente ao colonizador perpetuar, impedindo a propagação da cultura indígena, inferiorizando os povos originários e ignorando a população local. A colonização do Brasil foi marcada pela violência contra esses povos e também pela disseminação de doenças que causaram enfermidades e mortes. Além disso, Quijano (2005) assegura que parte da população indígena foi utilizada como mão de obra descartável, sendo forçada a trabalhar até morrer. O trabalho remunerado era privilégio dos brancos, então os indígenas e os negros foram impelidos à escravidão e servidão, sem que houvesse a oportunidade de resistência.

Conforme Galeano (2010), um terço dos indígenas da América foi aniquilado e os que sobreviveram eram vendidos como mercadorias para mineradores e donos de engenho, concentrando a riqueza aos detentores do poder. O preço era o genocídio nativo, que acontecia com o apoio da Coroa Portuguesa, a qual considerava necessária a exploração da força de trabalho negra e indígena.

Apesar disso, foi construída uma imagem social do indígena que se recusava a trabalhar, como se não tivesse sido usado como mão de obra e escravizado ao longo da colonização do país. Capiberibe (2019) confrontou essa falsa percepção acerca dos indígenas e demonstrou a violência sofrida e o quanto o Estado tem o poder de influenciar e esconder informações que não sejam favoráveis aos detentores de poder:

No livro *Os negros da terra*, de 1994, o historiador e antropólogo John Monteiro trouxe a público de maneira documentada e comprovada a escravidão e aniquilação indígena dos primórdios da vila de São Paulo, confrontando, assim, a falsa imagem, criada por sucessivas políticas de Estado que atravessaram séculos e regimes de governo, dos indígenas como sendo aqueles que teriam se recusado a “trabalhar” ou, mais exatamente, a serem escravizados. Revelar que na história deste país as populações indígenas foram submetidas ao cativo e muitas delas exterminadas é mostrá-las como sujeitos que souberam enfrentar (e enfrentam

continuamente) um Estado que tem o poder de legislar e executar ações sobre as quais essas populações, em geral, não têm ingerência. É também mostrar como essa máquina legislativa e executiva se acopla à mentalidade e à política de cada época e que, a despeito das mudanças trazidas pelo tempo, modifica-se pouco, retendo uma mesma velha estrutura. (CAPIBERIBE, 2019, p. 59).

As práticas racistas e discriminatórias contra os indígenas foram perpetuadas desde a colonização do Brasil. Van Dijk (2010, p. 135) explica que nem sempre as discriminações são intencionais, mas sempre pressupõem “representações mentais socialmente compartilhadas e negativamente orientadas acerca de Nós sobre Eles”. Esse pensamento vai ao encontro de Almeida (2019), o qual defende que o racismo não é uma prática individual, mas sim social e com fundamentos estruturais começados no passado e perpetuados até hoje, sendo reforçados diariamente pela sociedade.

Schwarcz (2012) complementa o entendimento de construção histórica e social do racismo no Brasil. Como a história do país foi contada omitindo fatos e queimando literalmente documentos históricos, a narração de como a formação da população ocorreu é contada a partir da visão do estrangeiro, do colonizador que tomou posse das terras como se os povos originários não vivessem no local. Pelo olhar do mundo externo, a miscigenação do Brasil se tornou curiosa e parte da identidade do país. Mas mesmo com essa fusão de valores e características, o racismo persistiu. Instalou-se um “mito de democracia racial”, pois os fatos eram ocultados e a história era contada como se o convívio fosse harmonioso e sem nenhum preconceito. Entretanto, o que foi percebido pela autora é que a discriminação racial sempre fez parte do contexto brasileiro.

Em relação às possíveis causas do racismo (aqui incluindo a discriminação contra negros e indígenas), Almeida (2019, p. 51) destaca as condições estruturais e institucionais: “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional”. A propagação de informação por meio das mídias e dos discursos das elites também foi apontada por van Dijk (2010) como responsável na disseminação de preconceitos étnicos:

O discurso da elite pode constituir uma importante forma de racismo da elite. De maneira semelhante, a (re)produção dos preconceitos étnicos que fundamentam tanto essas práticas verbais como outras práticas sociais

ocorre em grande parte através da escrita, da fala e da comunicação (VAN DIJK, 2010, p. 134).

As informações propagadas são representações do imaginário socialmente constituído. A nossa visão não é um reflexo da realidade, mas a representação da nossa relação com a realidade. A forma com que nos relacionamos com o concreto será representada e não o concreto em material em si. Assim, os meios de comunicação produzem realidade social e a continuidade da discriminação e do racismo exige a criação e a recriação de um imaginário social em que características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à raça e que a desigualdade social seja atribuída à identidade racial dos indivíduos (ALMEIDA, 2019).

A raça foi o primeiro instrumento instituído para estimular hierarquias e sustentar o colonialismo (QUIJANO, 2005). A partir de então, a ideia foi difundida no imaginário social e enraizada na prática coletiva do brasileiro como um fatalismo, algo que gera resignação e não é evitável, diminuindo a resistência ao racismo e passando a culpa para o oprimido e não ao opressor (LAPA, 2018).

O racismo no Brasil é complexo, estrutural e mascarado. Na maioria das vezes acontece na vida íntima e privada, por isso não sofre sanção legal e deixa de ser constatado socialmente. A particularidade do racismo no Brasil é esta: é um movimento velado, no qual ninguém assume que pratica, mas todos reconhecem a existência. Como os atos preconceituosos acontecem majoritariamente em ambiente privado, nem sempre há publicidade do racismo, por outro lado a consequente desigualdade social é escancarada (SCHWARCZ, 2012).

Em conclusão, com o fim de sustentar a continuidade das práticas colonizatórias, os colonizadores instituíram hierarquias e padrões eurocêntricos na sociedade. A discriminação e o racismo são formas de menosprezar o outro, inferiorizar o “diferente” para ter poder sobre ele. A disseminação de preconceitos e ideias distorcidas dos povos negros e indígenas se deu por meio de livros, de documentos oficiais, dos meios de comunicação, constituindo, assim, as representações socialmente compartilhadas do que é ser indígena no Brasil.

2.2 REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NA LITERATURA E NAS MÍDIAS

No tópico anterior, refletimos sobre como se deu o processo de colonização no Brasil e quais as consequências para os povos originários. O discurso colonialista originou o racismo, como uma forma de legitimar as desigualdades e discriminar a população negra e indígena. Para isso, van Dijk (2010) e Almeida (2019) argumentam que a escrita e a fala (a comunicação) propagaram essas ideias e formaram um complexo imaginário social, o qual é reforçado pelos meios de comunicação e pelo sistema educacional. Passaremos para as reflexões acerca da representação indígena na literatura e na mídia brasileiras.

Rosa (2018) escreveu sobre as representações do indígena na literatura brasileira, com o fim de compreender e localizar as formas de materialização pela literatura das imagens do sujeito indígena. O processo de escrita do “índio” pelo “não-índio”, atravessado pelo olhar do colonizador e influenciado pelo discurso histórico configuram os textos que perpassam pela imagem selvagem, canibalizada, estereotipada do indígena, até a romantizada e como um ser domesticável.

“A representação de uma imagem sobre os indígenas pode ser alocada como tendo seu início nas crônicas de viajantes europeus nos próprios textos considerados como de informação”. Em um primeiro momento, os povos nativos foram descritos como “selvagens, bestas canibais, bárbaros e tantos outros adjetivos que mais retratavam uma tentativa de depreciar e menosprezar a outridade encontrada” (ROSA, 2018, p. 258- 259). A imagem retratada pelos textos da época legitimava e fomentava o processo colonizador de formação do “Novo Mundo” dominado pelos europeus.

Schwarcz (2012) explica que os portugueses, ao chegarem ao Brasil, gostaram muito da natureza brasileira, no entanto ridicularizaram o povo indígena que já habitava no nosso país. Descredibilizaram a forma de viver indígena, as crenças e hábitos, por serem diferentes dos costumes europeus. Além disso, sentiam-se superiores e estavam determinados a eliminar as tradições dos considerados “selvagens”.

Além disso, a autora discute como “ser branco” na nossa sociedade carrega uma ideia de vantagem introduzida na nossa cultura há muito tempo, inclusive por meio de histórias infantis. A ideia de enaltecimento pelo branqueamento estava presente nos contos, como também nas músicas, nos livros e em documentos que fazem parte do nosso registro histórico enquanto brasileiros (SCHWARCZ, 2012). Há

mais de quinhentos anos, quando iniciou a colonização do país, houve a distorção da história contada sobre o povo e a cultura, formando o imaginário social a partir das informações transmitidas pelos textos e passados de geração em geração.

E qual é a imagem do indígena compartilhada pelos meios de comunicação? Esse questionamento é um guia para nosso trabalho, já que entendemos que as memórias coletivas são construídas a partir de ideias socialmente compartilhadas, tendo os documentos históricos, os livros e as mídias uma influência relevante na disseminação e construção dessas ideias.

A posição dada aos indígenas nos discursos jornalísticos também é importante para nosso estudo. “A teoria semiótica do discurso faz a distinção entre papéis narrativos ‘ativos’ de ação e transformação e papéis narrativos ‘passivos’ de serem agidos e transformados” (DUTRA, 2009, p. 52). Poucas vezes os indígenas são descritos nos livros didáticos como sendo sujeitos ativos, por não serem retratados com papéis de ação, de atores principais, e não apenas coadjuvantes na história. Os livros escolares acompanham o desenvolvimento do conhecimento e a formação do imaginário coletivo, desenhando uma imagem passiva do “índio”, abastecendo a ideia de um grupo inferiorizado, a qual irá se desdobrar desde a infância até a vida adulta, influenciando na cultura, na política e em todas as dimensões sociais (DUTRA, 2009).

Essa construção da imagem do indígena nos textos é realizada por quem possui o poder simbólico e a dominação discursiva - exercida por quem possui o controle sobre o discurso público, como os escritores, professores, jornalistas e proprietários dos meios de comunicação – e acarreta consequências mentais negativas como a “desinformação, manipulação, estereótipos e preconceitos, vieses, falta de conhecimento e doutrinação, e como esses elementos podem significar ou levar à desigualdade social, [...] por sua vez podem influenciar a (ilegítima) interação social, como a discriminação” (VAN DIJK, 2010, p. 30).

Desta forma, a disseminação de informações possui um alto poder de construção do que os consumidores das mídias vão entender como mundo, instigando estereótipos e preconceitos, além de imagens tendenciosas que podem deturpar a realidade. Em relação à população indígena, historicamente, observamos uma formação de opinião que reproduz uma imagem do indivíduo indígena como sendo um sujeito passivo, com outras pessoas contando as histórias deles. “Os textos de televisão constroem a imagem do índio e de todos aqueles a quem chamam de povos

da floresta como se eles fossem, em vez de sujeitos, objetos da natureza” (DUTRA, 2009, p. 48).

Retirar o poder de fala dos povos indígenas era a regra dos meios de comunicação hegemônicos do país. Na próxima seção deste trabalho desenvolveremos as discussões de Foucault (2014), na qual refletiremos sobre os porquês das exclusões acontecerem nos discursos, como isso pode ser relacionado nas matérias jornalísticas que formam nosso *corpus* de análise. Outra questão a ser observada, é a homogeneização dos povos indígenas: tentativa de retirar a singularidade de cada etnia, desconsiderando as particularidades e diferenças, para inferiorizá-los ou apagá-los em relação aos europeus.

Dutra (2009, p. 123) utiliza a terminologia “povos da floresta” para exemplificar uma homogeneização de grupos diferenciados que foram reunidos e descaracterizados, perdendo parte das histórias de cada comunidade: “afinal, em relação aos ‘povos sem história’, aos quais sempre foi negado o poder do discurso, torna-se fácil e cômodo recolocá-los na posição de invisibilidade por meio de realidades inventadas, dadas estas, no discurso, como realidades sem adjetivo”.

As histórias foram arquitetadas e contadas por meio dos discursos, sem que a verdade real fosse privilegiada, mas sim a representação construída pelos detentores de poder. Desde a colonização do Brasil, houve uma falta de espaço de fala aos povos originários do país. O discurso colonizador determina como a população deve se expressar, de qual lugar, mas sem falar por si, apenas sendo falado (ORLANDI, 1990):

No caso do discurso da colonização, o sujeito colonizado não pode ocupar posições discursivas (com seus estatutos e sentidos) que o colonizador ocupa. Mais do que isso, é a partir das posições do colonizador que são projetadas as posições possíveis (e impossíveis) do colonizado. Seu dizer está assim predeterminado pela posição do colonizador (ORLANDI, 1990, p. 52).

Assim, o colonizador organiza o discurso de forma que o colonizado não tenha um lugar ativo de fala e posicionamento. A mídia é utilizada para a propagação desses discursos, se tornando o canal de comunicação em massa. Os veículos de comunicação que acompanham a posição política dominante são chamados de mídias hegemônicas e mantêm o controle discursivo, o qual, por regra, é excludente em relação às minorias. Um dos papéis da mídia dominante é o de impedir que o povo se reconheça enquanto protagonista da própria história, como sujeito ativo, exercendo

também uma função apaziguadora de apagar certos conteúdos históricos e aquietar a população (ANDRADE; NUNES, 2021 *apud* GRAMSCI, 2001).

Por outro lado, existem os canais contra-hegemônicos, os quais priorizam construir narrativas contrárias às mídias tradicionais, diversificam os pontos de vista e dão visibilidade a assuntos e pessoas que até então não tinham espaço. Eles estão ganhando mais espaço e visibilidade após o aumento da utilização da internet. A Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), por exemplo, produz um jornalismo coletivo com o objetivo de dar visibilidade para grupos marginalizados socialmente e combater a disseminação de preconceitos (ANDRADE; NUNES, 2021). Um dos mecanismos utilizados pela Mídia NINJA na produção de conteúdo é o de posicionar o sujeito discriminado socialmente como sujeito ativo no processo narrativo, dando a ele voz e empoderamento, a fim de possibilitar a autonomia na construção da sua própria verdade.

A organização das reportagens, assim como os assuntos escolhidos e as pessoas referenciadas demonstram como se deu a produção discursiva daquele canal de comunicação e quais discursos foram representados, podendo sugerir uma mídia hegemônica ou não. Ademais, o posicionamento dos escritores e jornalistas pode transmitir opiniões e reproduzir preconceitos, mesmo que superficialmente não seja tão visível. Prosseguiremos com elucidações acerca dos discursos das mídias e da vinculação com a política.

2.3 DISCURSO DAS MÍDIAS E APROPRIAÇÃO POLÍTICA

A relação de dependência da mídia e da política foi discutida por van Dijk (2010). A mídia e a política exercem influência entre si, além de serem controladas por interesses comerciais e financeiros. O “controle” é aqui entendido como o poder social exercido, uma ação sobre as ações dos outros. Esse poder, quando usado de forma ilegítima, acarreta a dominação da população e pode suscitar uma desigualdade social.

Nesse contexto, o autor explica o abuso de poder como sendo o exercício do controle do discurso pelo interesse daqueles que exercem o poder e contra aqueles que são controlados (VAN DIJK, 2010). Tanto o poder quanto o abuso de poder podem ser exercidos por meio dos discursos produzidos pelas mídias, como fundamenta:

Se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma mais específica, tratar do controle sobre o discurso de outros, que é das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados: pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente crítica). Ou, ao contrário, elas têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever (VAN DIJK, 2010, p. 18).

Percebemos, portanto, que as mídias possuem poder de influência pelos discursos que transmitem, pelos seus ditos e não ditos. O discurso, respaldado no entendimento de Foucault (2014, p. 10), externaliza não só o desejo, mas também o desejado, possui finalidade:

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Os propósitos do discurso se desdobram nos interesses políticos e mercadológicos que estão por trás dos meios de comunicação que o propagam, principalmente quando verificamos vínculos entre políticos e os donos da imprensa e seus jornalistas. *Media Ownership Monitor Brasil* (2017a) mostra que não raramente há relação entre donos de mídia e políticos ou partidos políticos, os interesses pessoais ficam mascarados, mas estão presentes em formas de trocas de favores e compadrio

Para compreendermos o que mantém da mídia em posição de destaque, precisamos entender o poder hegemônico exercido por esta. Bobbio (1998) explica que a palavra “hegemonia”, pelo seguimento marxista e baseado na “teoria da Hegemonia” de Antônio Gramsci, aproxima-se ao significado de domínio, ressaltando os aspectos coativo e persuasivo. A classe dominante ou aspirante do domínio é aceita por meio da força hegemônica, obtendo o consenso e a passividade da maioria da população. A hegemonia é fundamental em todo Estado, variando na proporção e no grau, conforme a sociedade.

A mídia é o principal aparelho privado de hegemonia, sendo parte de uma engrenagem capitalista. Os donos da mídia, ou seja, os proprietários dos meios de informação, são empresários e têm lado, já que estão inseridos na classe social

dominante (VASCONCELOS, 2021, p. 19). Os donos dos meios de comunicação são considerados como elites simbólicas, detentoras do poder simbólico, aquele que possui acesso preferencial ou controle sobre o discurso público. Além dos jornalistas e dos donos das mídias, podem ser considerados os políticos, os escritores, os professores: pessoas que possuem acesso prioritário aos meios de produção de conhecimento, de discursos e de gerenciamento de mentes do público (VAN DIJK, 2010, p. 23).

Dessa forma, a mídia possui familiaridade com a classe dominante, o que nos faz questionar a neutralidade e a intenção das notícias veiculadas. Para van Dijk (2010, p. 20), “a ilusão da liberdade e da diversidade pode ser uma das melhores maneiras de produzir a hegemonia ideológica que servirá aos interesses dos poderes dominantes na sociedade”. Seria, portanto, a ideia de liberdade do telespectador uma forma de disfarce para a parcialidade e o envolvimento da mídia com a classe dominante da sociedade.

Todos os manuais de redação – o livro sagrado do jornalismo – têm como premissa a imparcialidade, a igualdade no tratamento das fontes e a veracidade dos fatos. No entanto, na prática, o que se vê é uma mídia ideologicamente comprometida com a classe dominante, da qual seus empresários são parte e utilizam o aparato midiático para ecoar suas ideias hegemônicas. (VASCONCELOS, 2021, p. 18).

Pesquisa realizada pelo *Media Ownership Monitor*, em 2017, analisou 50 veículos de comunicação e concluiu que as mídias no Brasil possuem alta taxa de interferências econômicas, políticas e religiosas: “os 50 veículos de comunicação analisados pertencem a grupos que possuem interesses econômicos, políticos e/ou religiosos. Entre os interesses econômicos, há grupos com negócios nos setores de educação, saúde, imobiliário, financeiro, de energia e agrário.” Outro dado que chamou atenção foi o da quantidade de mídias com vínculo religioso: “dos 50 veículos pesquisados, 9 são de propriedade de lideranças religiosas – todas cristãs. Além disso, pelo menos outros 6 veículos não são definidos como religiosos, mas apresentam conteúdo de denominações religiosas em suas páginas ou grades de programação” (2017). Além do interesse religioso revelado, os interesses políticos também foram destacados:

Além de existirem políticos e familiares donos de mídia principalmente entre as emissoras afiliadas às grandes redes nacionais de rádio e TV, grande

parte dos proprietários tem relações próximas (parentesco, compadrio, troca de favores, entre outras) com políticos e com partidos. Os interesses políticos, assim, são muitas vezes mascarados (MOM, 2017b).

Van Dijk (2010) explica que a influência dos meios de comunicação na vida das pessoas não se trata de coerção, mas de persuasão, doutrinação ou manipulação de ideias. Não há necessidade de imposição, já que as estruturas de dominação induzem a crer, não só pelo uso do discurso, mas também pelos sistemas semióticos como um todo, os gêneros e outras práticas sociais.

Com o aumento da utilização da internet, a facilidade no acesso às informações merece reflexão. Da mesma forma que a internet pode propagar um número muito grande de notícias, também revolucionou o local de fala da população, já que oferece espaço para todas as pessoas compartilharem suas ideias, sem que haja qualquer intermediário. Para as minorias sociais, as redes sociais são um grande palco, pois diferentemente aos outros formatos de mídia, não possuem mediadores, favorecendo uma participação mais pessoal. Os “mediadores” (donos das mídias, editores, produtores, repórteres) podem restringir a expressão a certos grupos, que sejam mais convencionais ao emissor e receptor da mensagem. Por isso a relevância do canal democrático que a internet e, mais precisamente, as redes sociais criaram: deu audiência para vozes até então silenciadas.

Contudo, de acordo com van Dijk (2010, p. 20-21), a utilização da internet e a facilitação ao acesso às notícias devem ser entendidas com respaldo e cuidado, já que o uso mais individual dos conteúdos disponibilizados não pode assegurar o impedimento da manipulação. “A ilusão da liberdade e da diversidade pode ser uma das melhores maneiras de produzir a hegemonia ideológica que servirá aos interesses dos poderes dominantes na sociedade”.

Em contrapartida, Charaudeau não coaduna totalmente com a ideia proposta por van Dijk, de manipulação das mídias em relação aos telespectadores. Para Charaudeau (2010), a hipótese de manipulação das mídias deve ser questionada, pois nem sempre a imprensa está mal-intencionada, mas precisa sobreviver no mercado. Além do mercado, o poder político e a “atualidade” também manipulariam a própria mídia em função de audiência e fins econômicos. “A ação manipuladora das mídias, entretanto, é limitada. Pode-se mesmo dizer que a própria instância midiática é manipulada de duas maneiras: por uma pressão externa e por uma pressão interna”. Além disso, o livre arbítrio individual enfraqueceria o poder manipulatório da mídia, já

que os telespectadores não são totalmente reféns do conteúdo, por possuírem a opção de questionar e não acreditar em determinadas notícias.

Apesar de não acreditarmos em uma mídia neutra, não entendemos que há manipulação total dos telespectadores, já que outras questões influenciam na compreensão e adesão das informações passadas. Os discursos midiáticos contribuem na formação do imaginário social, o qual contém memórias coletivas e faz com que as ideias sejam socialmente compartilhadas. Concordamos com Charaudeau (2010) sobre o poder que o Mercado exerce nas mídias, direcionando conteúdos principalmente nos meios de comunicação hegemônicos, os quais seguem o posicionamento das elites e não contrapõem os detentores de poder. Logo, somos inseridos no pensamento dominante da sociedade por meio dos meios de comunicação tradicionais, mas podemos questionar e contradizer as ideias, a partir do momento que temos consciência dessa intencionalidade na introdução de informações.

Os desdobramentos dos discursos midiáticos são objeto de estudo em várias áreas, pois a mídia e o seu poder têm sido inspiração para estudos em diversas áreas como linguística, análise do discurso e estudos críticos de mídia. Van Dijk (2010) chama atenção para os resultados dos estudos críticos de mídia: muitas vezes revelam ideias preconceituosas, imagens estereotipadas, sexistas ou racistas em reportagens, textos e fotos.

Assim como discutido anteriormente, o Mercado e a política exercem poder na sociedade, utilizando os meios de comunicação para mediar as informações e disseminar ideias. O discurso midiático é um dos instrumentos de controle, influenciando na forma de percepção da realidade, além da formação da população e das representações mentais socialmente compartilhadas.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO

A partir da década de 1960, as ciências sociais se propuseram a expandir a visão qualitativa, defendendo abordagens mais interpretativas da realidade e menos positivistas e quantitativas. Nesse contexto, surge a Análise do Discurso, alicerçada na discussão do papel da linguagem na realidade social (SOUZA; CARRIERI, 2014). A língua, anteriormente estudada de forma descontextualizada, já não era mais suficiente para compreender todos os sentidos transmitidos por meio do texto. Assim, foi necessário articular o linguístico com o social, para complementar as pesquisas científicas:

Fica evidente que uma linguística imanente que se limite ao estudo interno da língua não poderá dar conta do seu objeto. É necessário que ela traga para o interior mesmo do seu sistema um enfoque que articule o linguístico e o social, buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. Sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação sígnica, que reside o ideológico (BRANDÃO, 2004, p. 9).

Conforme Fernandes (2008), a construção teórica da Análise do Discurso se iniciou na França e é marcada por deslocamentos e, com base no pensamento de Pêcheux, pode ser dividida em três épocas (não necessariamente cronológicas): na primeira época os discursos eram considerados homogêneos e fechados em si, como uma “maquinaria discursiva”, com sujeito assujeitado, e consideravam neutras as sequências linguísticas. A segunda época já apresenta uma noção de formação discursiva, o externo ao texto começa a ser levado em consideração, com o sujeito assujeitado à formação discursiva com a qual ele se identifica. Já a terceira fase rompe totalmente com a ideia de maquinaria discursiva, de estabilidade e homogeneidade no discurso, questionando o posicionamento dos sujeitos.

Nos anos 1980, continuaram os deslocamentos e adaptações da análise do discurso, chegando ao Brasil. Nas tendências contemporâneas da Análise do Discurso Francesa, são realçadas questões referentes às produções identitárias e aos processos de subjetivação, marcadas por elementos singulares e conflitantes, os quais constroem e estruturam os sujeitos por meio dos discursos (FERNANDES, 2008).

Essa vertente de pesquisa emergiu a partir de transformações na filosofia da linguagem, o que ficou conhecido como a “virada linguística”: o estudo da língua se empenhava em entender a estrutura formal e os elementos textuais de forma isolada às externalidades sociais e contextos histórico-culturais. Em meados do século XX, a linguística rompe com o estruturalismo e desloca da linguagem para o discurso, passando a entender a língua como como mediadora do homem com a realidade e não mais um elemento desconexo contextualmente (SOUZA; CARRIERI, 2014; BRANDÃO, 2004).

A linguagem passou a ser vista a como um lugar de confronto ideológico, onde aparecem conflitos e processos histórico-sociais (BRANDÃO, 2004). Para estudá-los, a análise de discurso introduziu reflexões no campo das ciências sociais e ampliou a base teórica e metodológica interdisciplinar, introduzindo também aspectos cognitivos, culturais e sociais da linguagem (SOUZA; CARRIERI, 2014).

A análise do discurso reúne o domínio de várias práticas acadêmicas, tem caráter transdisciplinar. Utiliza teorias de diferentes campos do saber, tendo como as três principais referências o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, buscando não apenas os aspectos formais dos textos, mas também os sentidos atribuídos com base nos momentos históricos e ideológicos (FERNANDES, 2008). A transdisciplinaridade é relevante também devido à complexidade dos estudos do discurso, especialmente os críticos, já que incide sobre as disfunções sociais, a exposição de poder, as revelações das desigualdades existentes (MAINGUENEAU, 2015).

Além da inclusão de diferentes saberes, os papéis ocupados pelos sujeitos importam para a análise do discurso. Os desdobramentos das posições nos discursos ressaltam a noção de dispersão dos sujeitos para a análise de discurso. Preocupamo-nos com a teoria não subjetivista, pois verificamos o contexto para além do sujeito, considerando a questão histórica e ideológica e como se inserem no conteúdo linguístico e como provoca perspectivas discursivas diferentes (BRANDÃO, 2004).

Orlandi (2009) explica que há descentralização do sujeito na linguagem, já que ele também é afetado pela língua e pela realidade. O sujeito- discursivo é comandado pela ideologia e pelo inconsciente, produzindo diferentes sentidos conforme a posição discursiva na qual se inserem. Os sentidos (objeto de estudo da AD e do nosso trabalho) não existem em si, mas na medida em que perpassam pelas posições nas formações discursivas formadas a partir das formações ideológicas.

A Análise do Discurso Francesa (ADF) compreende a língua como prática social, enunciada por um sujeito determinado sócio-ideologicamente e inconsciente (FREIRE, 2021). A partir da linguagem o analista encontra traços do lugar de significação e de quem enuncia, encontrando os sentidos no processo discurso em questão.

Para delinear o processo discursivo, podemos, para fins de compreensão, indagar: o que pode ser dito em certas condições? (FOUCAULT, 2014). Nesse mesmo sentido, Orlandi (2009) define formação discursiva como sendo o que determina o que pode e deve ser dito em uma formação ideológica, a partir de uma posição e de uma conjuntura sócio-histórica dada. As formações discursivas (FD) representam as formações ideológicas (FI) no discurso, determinando os sentidos ideologicamente orientados.

O conceito de ideologia foi muito discutido pelos autores filiados ao Marxismo clássico, sendo considerado como um instrumento de dominação de classes utilizado para apagar a ideia de exploração entre dominante e dominado. A ideologia seria, para Marx, o recurso para formação do imaginário e de identificação social. Acrescentando ao pensamento marxista, Althusser desenvolve o conceito de assujeitamento do indivíduo pelo reconhecimento (identificação) na ideologia, que seria uma relação imaginária (sobre a imagem que temos das coisas), a qual se dá dentro de Aparelhos Ideológicos do Estado (escolas, família, igreja, etc) e guia as pessoas (FREIRE, 2021).

Na ADF, a ideologia é pensada em relação com a linguagem, e foi consagrada a partir dos estudos de Michel Pêcheux, que se apropriou do conceito de Althusser e acrescentou o parâmetro da linguagem. “Para Pêcheux, discurso é a relação da língua com a ideologia, determinando o sujeito e os sentidos. Não há discurso isolado. Todo discurso está em relação a outros discursos” (FREIRE, 2021). Seguimos nesta pesquisa o entendimento de Pêcheux, corroborando a ideia de que a manifestação da ideologia se dá por meio da linguagem. Por consequência, para compreendermos um discurso, precisamos estudá-lo não de forma isolada, mas levando em consideração o contexto no qual está inserido, a sociedade e as circunstâncias.

Em relação às condições de produção do discurso, consideramos tanto o contexto imediato quanto o contexto sócio-histórico e ideológico, como explica Orlandi (2009). Já a produção do discurso, conforme nos ensina Foucault (2014), apresenta os limites, os controles, as regras e seleções, indicando que não podemos dizer tudo que queremos, em qualquer lugar ou circunstância, pois existem procedimentos de

exclusão. O discurso segue regras e apresenta características que nos auxiliam na identificação de formações discursivas e ideológicas que se apresentam. As lutas, os sistemas de dominação, o poder: tudo isso é entrelaçado ao discurso, uma vez que a linguagem é utilizada como mediadora da realidade e do homem.

Cabe ao analista investigar o discurso, suas condições de produção, as interdições sofridas, com o objetivo de compreender os sentidos. Esses sentidos são reflexos das formações ideológicas materializadas em formato de texto, entretanto o texto em si não é o foco de estudo, mas sim o discurso, como ampliaremos a seguir.

Orlandi define discurso como sendo o efeito de sentidos entre locutores: “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2009, p. 15). A linguagem faz a ponte entre o ser humano e a realidade e a AD se coloca à disposição para compreender os sentidos contidos nesse percurso, observando-se a relação entre a língua e a ideologia na produção discursiva.

Já Maingueneau (2008, p. 15) descreve o discurso, com base na ADF, como sendo uma “dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Em outra obra, o mesmo autor explica que o discurso não se determina com a quantidade de palavras ou de frases, mas sim pela mobilização de estruturas de uma ordem, se submetendo a regras. Seguem algumas características do discurso: a) é orientado, ou seja, se constrói em função do tempo e com alguma finalidade, apresentando linearidade; b) o discurso é uma ação sobre o outro, não apenas uma representação, tendo a possibilidade de influência nos destinatários; c) é interativo, já que existe uma troca com outros enunciadores, interlocutores, destinatários (ou coenunciadores); d) é contextualizado, pois o sentido do discurso apenas será compreendido se levado em consideração o contexto no qual está inserido; e) o discurso é assumido por um sujeito, alguém responsável pelo que é dito, um enunciador; f) é regido por normas; e g) é considerado no bojo de um interdiscurso: para interpretá-lo, é preciso relacioná-lo com muitos outros discursos (MAINGUENEAU, 2013).

Para o autor, a interdiscursividade é o ponto-chave para compreensão dos sentidos. O entrelaçamento de outros discursos dá origem aos significados, trazendo à tona o contexto sociopolítico determinante para o enunciador se expressar. No próximo tópico detalharemos como são os atravessamentos de outros textos

(intertextualidade), pessoas (heterogeneidades), por meio do interdiscurso e da memória discursiva. A busca pelos sentidos passa pelo interdiscurso e pela interpretação do analista, conforme Orlandi (2009, p.26):

Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam 'escutar' outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem.

Ainda sobre interpretação, Maingueneau (2013) afirma que nunca haverá uma única maneira possível de explicar um enunciado. Os enunciados se referem aos textos inscritos em um determinado contexto, para compreendê-los é necessário detalhar quais os procedimentos realizados, mostrando ao destinatário o caminho percorrido ao encontro dos sentidos, incluindo o contexto histórico social do locutor.

Desse modo, consideramos que apenas o conhecimento da língua não é suficiente para interpretar um enunciado, precisamos construir o percurso da interpretação, relacionar a linguagem com a exterioridade, descobrir a situação social, a historicidade, o imaginário coletivo e as circunstâncias nas quais o discurso está inserido. Para a ADF, os sujeitos em diferentes situações produzem diferentes sentidos (ORLANDI, 2009), por isso a importância de observarmos o cenário do que foi dito.

Além disso, a análise é espiralar, relacionando os conceitos teóricos com os procedimentos metodológicos e o relatório das análises (FREIRE, 2021). Perpassa pela interpretação do analista, compreensão da produção discursiva e busca pelos sentidos. Na análise do discurso, diferentemente da análise de conteúdo, o que importa é o "como" aquele texto significa e não "o que quer dizer" (ORLANDI, 2009). A busca pelos sentidos construídos no processo discursivo orienta o trabalho, alinhando os conceitos teóricos com a análise propriamente dita.

O arcabouço teórico da ADF nos proporciona o entendimento de conceitos que serão essenciais na aplicação da metodologia, para alcançar nossos objetivos de pesquisa.

3.1 INTERDISCURSO E MEMÓRIA DISCURSIVA

A análise do discurso, especificamente na vertente francesa, busca compreender os discursos, os processos discursivos, as relações de sentidos existentes. Maingueneau (2008, 2013) aponta o caminho do interdiscurso para tal, pois considera que o discurso é precedido pelo interdiscurso, sendo mais valioso para a análise o espaço de trocas entre vários discursos do que apenas o material escolhido para o *corpus*. Na verdade, não teria como analisar um só enunciado, pois os sentidos se formam no emaranhamento de discursos, ao relacionar os enunciados.

Nesse sentido, os sentidos são pré-existentes ao discurso e independe do sujeito. São sentidos coletivos, que são mobilizados no momento da produção discursiva. As condições de produção compreendem os sujeitos e a situação, sendo ativados pela memória: “a maneira como a memória ‘aciona’, faz valer, as condições de produção, é fundamental” (ORLANDI, 2009, p. 30).

Utilizamos, neste trabalho, a ideia de que a gênese do discurso se dá no interdiscurso, com fundamento em Maingueneau (2008). Assim, as formações discursivas são construídas também com o pré-constituído, com o externo ao discurso, por meio de redes interdiscursivas:

Em termos de gênese, isso significa que esses últimos [os discursos] não se constituem independentes uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas que eles se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso. Seria a relação interdiscursiva que estruturaria a identidade (MAINGUENEAU, 2008, p.21).

A relevância de se observar os interdiscursos na AD é a revelação de uma filiação de dizeres, das memórias, da identificação de significados e historicidade, mostrando suas conexões políticas e ideológicas (ORLANDI, 2009). A memória, por sua vez, quando pensada em relação ao discurso, é tomada como interdiscurso, o saber pré-construído que faz parte das formações discursivas, a qual torna possível retomar o já-dito, sustentando o discurso e disponibilizando significados que afetam o sujeito em uma situação discursiva dada. Em complemento, Orlandi (2009, p.33) diz que o interdiscurso “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”.

Ainda em relação à memória, Maingueneau (2008) afirma que o discurso se encontra entre duas memórias divergentes: uma interna, que se enriquece com o

tempo, aumentando a autoridade pela repetição do assunto; e uma memória externa que legitima e situa o discurso. Há um entrelaçamento de dizeres, que são públicos, assim, “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras” (ORLANDI, 2009, p.32).

Sabemos que, para a ADF, o texto é a materialização do discurso. Da mesma forma, as redes interdiscursivas são instrumentalizadas por meio do intertexto, que são os fragmentos citados, trazidos de outro texto para complementar. Já a intertextualidade é a forma de se relacionar os textos, implícita ou explicitamente, por meio das referências, podendo ser interna (discursos do mesmo campo) ou externa (de campos diferentes) (MAINGUENEAU, 2008). Em suma, a interação nos dizeres nos remete a memórias e nos relewa o já dito:

O discurso apareceu sob uma luz diferente: como traços de enunciação que já haviam ocorrido e que foram conservados. De fato, o universo do discurso é atravessado por uma fissura irreduzível: a cada momento, ele se apresenta como a interação multiforme do dizer e do já dito (MAINGUENEAU, 2015, p. 149).

Os “traços” foram descritos pelo autor como sendo os enunciados que permanecem com o tempo, se conservam e são aptos a serem incluídos em outros enunciados. O que torna possível manter um discurso vivo? Em um primeiro momento, pensamos na decisão de se conservar certas informações e documentos. A intenção de manter esses traços na memória discursiva faz com que existam condições de produção alicerces: é o que chamamos de memorabilidade. “A conversão de enunciados em traços, mesmo se contingente, implica uma série de operações e de condições de processamento do discurso constitutivas de determinada configuração histórica” (MAINGUENEAU, 2015, p. 155).

Por outro lado, da mesma maneira que questionamos as circunstâncias das memórias existirem, a pretensão de apagar algo ou de se fazer esquecer também deve ser considerada. Faremos uma reflexão sobre as formas do silêncio no próximo subtítulo, com fundamento nos estudos de Orlandi (1993), complementando a compreensão dos ditos e dos não ditos para a análise do discurso.

3.2 DO DITO AOS NÃO DITOS E SILENCIADOS

O dizer tem relação com o não dizer (ORLANDI, 2009). O que fica subentendido também deve ser levado em consideração nos discursos. Para o analista identificar os não-ditos, precisa estar atento ao contexto e ao interdiscurso, distinguindo o que está pressuposto pela linguagem e o que ficou subentendido. A interpretação dos ditos e dos não-ditos se dá no percurso da compreensão de sentidos e será explicada detalhadamente na seção metodológica deste trabalho.

Uma das formas de trabalhar os não-ditos na Análise do Discurso, é por meio da distinção das formas do silêncio, assim nos propomos a fazer. Para Orlandi (1993, p. 55), o silêncio é complexo, significante, e pode ser dividido (para fins didáticos) da seguinte forma:

A) O silêncio fundador e b) a política do silêncio. O fundador é aquele que torna toda significação possível, e a política do silêncio dispõe as cisões entre o dizer e o não-dizer. A política do silêncio distingue por sua vez duas subdivisões: a) constitutivo (todo dizer cala algum sentido necessariamente) e b) local (censura).

A dimensão política do silêncio é a mais importante neste trabalho, já que estamos analisando reportagens e buscamos compreender quais sentidos foram ditos ou calados e até possivelmente censurados. “Há, pois, uma declinação política da significação como forma não de calar mas de dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é sua dimensão política” (ORLANDI, 1993, p. 55).

De forma semelhante, Foucault (2014, p. 18) aborda o tema do silenciamento, da omissão de dizeres, mas por outra perspectiva, a da exclusão. “São três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade”. A “palavra proibida” também pode ser denominada interdição e é explicada pelo autor por meio dos limites que existem nas falas e textos, demonstrando que não podemos falar qualquer coisa em qualquer circunstância, já que existem restrições para pessoas e lugares. Já a segregação da loucura, não interdita, mas separa e rejeita aquele cujo discurso não pode circular, pois é considerado como louco. A palavra do louco é anulada e invalidada ou, curiosamente, tida como verdade não percebida pelas outras pessoas. O terceiro sistema de exclusão, a separação da verdade e do falso, sofre deslocamentos conforme as

épocas e a condução pelas instituições: o discurso verdadeiro tem suporte institucional, muda quando for conveniente e exerce uma pressão coercitiva (FOUCAULT, 2014).

Como dito, o sistema de exclusão da separação da verdade vai se transformando com o tempo e conforme a necessidade e o direcionamento institucional. A forma como o saber é aplicado e distribuído na sociedade faz com que esses discursos de verdades sejam aprendidos como verdades, muitas vezes sem questionamentos. Das três modalidades de exclusão, a verdade é a que se torna mais reforçada e incontornável, por ter um suporte no poder. As pessoas que confrontam “a verdade” também serão excluídas, por não obedecerem ao sistema.

As separações e limitações à fala explicadas anteriormente são exemplos de procedimentos externos que controlam os discursos. Além desses, há os procedimentos internos, exercidos pelo próprio discurso, com o intuito de se autocontrolar e se organizar dentro dos parâmetros esperados e estabelecidos para cada circunstância (FOUCAULT, 2014).

Quanto às “palavras proibidas”, tratadas como interdições por Foucault (2014), pode ser comparada com a censura abordada por Orlandi (1993): a censura seria a interdição do sujeito em determinadas formações discursivas, impossibilitando o sujeito de ocupar certos lugares e posições. O segundo sentido para a interdição considerado é o do “historicamente não-dizível”, algo impossível de ser mencionado por causa do contexto histórico. A diferença, para a autora, é que na censura existem limitações que proíbem explicitar, mas a informação é formulável, seria dizível se não houvesse a restrição.

Ambos os autores sinalizam para a predileção de determinados termos e temas por causa de um motivo determinado – o de rejeitar. Freire (2021) explica que não é permitido dizer tudo a qualquer momento e para qualquer pessoa, enquanto sujeito discursivo. Há limites, já que o dizer é contingenciado. Em relação aos limites, podemos citar os éticos, morais, políticos, jurídicos, econômicos, afetivos, todos a depender do lugar de onde se fala e se produz sentido (lugar simbólico). Além dos limites, também têm os esquecimentos no momento discursivo, os quais fazem com que o sujeito não perceba que é um ser ideológico (esquecimento número 1) e que faz escolhas no momento da produção discursiva (esquecimento número 2).

O esquecimento número um, também denominado de esquecimento ideológico, faz o sujeito esquecer de que é ideológico, de que os sentidos não originam

na pessoa ou na formação discursiva, mas sim na ideologia. Nós retomamos sentidos pré-existentes, não somos os primeiros a dizer algo e esquecemos disso de forma inconsciente. Já o esquecimento número 2, é da ordem da enunciação, do campo do intradiscurso, se dá no momento da produção discursiva. Ao falarmos de uma forma, abrimos mão de dizer de outro modo, por isso sempre teremos outros dizeres e a maneira escolhida não é isenta de sentidos (FREIRE, 2021; ORLANDI, 2009).

Para desenvolver nosso trabalho, buscamos nas reportagens quais discursos foram destacados e quais foram silenciados. Utilizamos as reflexões de Orlandi e de Foucault para compreender e questionar os ditos, não-ditos e silenciamentos constantes nas reportagens analisadas. De forma geral, os locutores optam por omitir certos temas e destacar outros. Conforme Orlandi (1993), a preferência de certos assuntos em detrimento de outros não pode ser entendido como um acidente, algo que intervém ocasionalmente, mas sim uma escolha pelo que vai ser dito. Assim, “dizer e silenciar andam juntos” e a nossa reflexão é acerca do que foi possivelmente silenciado na produção discursiva e por quais motivos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa do trabalho foi a construção do arcabouço teórico alicerce da nossa pesquisa, tendo como referência o quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso Francesa, priorizando os ensinamentos de Eni Orlandi, Michel Foucault e Dominique Maingueneau, complementando com autores decoloniais como Aníbal Quijano e Walter Dignolo, além de estudiosos do racismo no Brasil como Silvio Almeida e Lilia Schwarcz, e van Dijk para discutir sobre o poder da mídia.

O nosso objeto de estudo é a representação da causa indígena no Brasil pela mídia, sendo a orientação pela linguagem e pela construção dos sentidos em reportagens publicadas em *sites* informativos que possuem uma expressiva quantidade de acessos e por isso podem ser considerados como meios de comunicação de massa. Entre os *sites* analisados, escolhemos três grupos tradicionais, grupos Globo, UOL e Abril, os mais acessados conforme a pesquisa de Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil, realizada pelo Interozes em parceria com a Repórteres sem Fronteiras (MOM, 2017c). Também incluímos no nosso *corpus* o oitavo colocado da mesma lista, a Revista Fórum, por se autodenominar como sendo um portal que prioriza os movimentos sociais e se apresentar como não tradicional nas reportagens, diferentemente dos outros portais analisados, o que será detalhado mais adiante.

Quanto à seleção das reportagens, fizemos uma busca manual nos cinco sites descritos no parágrafo anterior, selecionamos todas as matérias publicadas sobre o Acampamento Terra Livre em abril de 2022, depois excluimos aquelas que são artigos de opinião e também as que o conteúdo era específico em vídeos e imagens, já que nosso objeto de estudos é o discurso materializado pelos textos. Como a AD não prioriza a quantidade de textos para a constituição do *corpus*, mas a qualidade em relação aos objetivos da pesquisa, o analista compõe o material e seleciona a quantidade pela saturação, que é a recorrência das propriedades discursivas analisadas, sem que tenha uma fórmula pré-estabelecida (FREIRE, 2021).

Analisamos reportagens que retratam o “Acampamento Terra Livre” (ATL), evento acontecido de 4 a 14 de abril de 2022, em Brasília, com o tema: “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”. A definição do evento a ser estudado se deu em função de ser a maior mobilização indígena do país, um dos momentos que as mídias tiveram a oportunidade de retratar os povos indígenas nas

reportagens, pois reuniram representantes de 305 povos originários para defender seus direitos e demandas, com o foco em enfrentar os chamados “projetos de morte” (APIB, 2022). O evento escolhido está de acordo com nossos objetivos de pesquisa, já que buscamos compreender como a mídia representa a causa indígena e o ATL é uma mobilização de âmbito nacional que reúne povos originários de diferentes etnias e tem repercussão nos meios de comunicação.

Utilizamos o quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD), especificamente na vertente francesa (ADF), por ser um campo de estudo da linguagem que oferece aporte tanto teórico quanto metodológico para uma pesquisa que culmina compreender os sentidos passados pela mídia quando representam os indígenas e suas reivindicações. O uso da ADF nos respaldou cientificamente e forneceu artifícios para um percurso frutífero de pesquisa.

Análise do Discurso tem sido considerada uma fonte robusta de elementos metodológicos para respaldar análises qualitativas que busquem evidenciar processos de construção de sentido em dados contextos sociais e organizacionais. O uso da AD direciona o pesquisador para um viés interpretativo e construtivista, pois se parte do pressuposto de que o mundo social é historicamente construído a partir de práticas discursivas que conferem significado simbólico aos elementos das interações humanas. Essas práticas são respaldadas por relações de poder e reprodutoras delas. (SOUZA; CARRIERI, 2014, p.14)

Em relação ao *corpus* de pesquisa, Maingueneau explica que ele pode ser constituído por um texto ou vários, até mesmo por trechos de texto, sendo importante ao analista diferenciar *corpus* de texto, *corpora* de obras, para escolher corretamente o material a ser analisado: “os analistas do discurso não estudam obras; eles constituem *corpora*, eles reúnem os materiais que julgam necessários para responder a esse ou àquele questionamento explícito, em função das restrições impostas pelos métodos aos quais recorrem” (MAINGUENEAU, 2015, p. 39- 40).

Orlandi (2009) ensina que a constituição do *corpus* se dá pelo analista, seguindo critérios teóricos e não empíricos/ positivistas, logo não há uma norma limitando a construção da *corpora*, mas sim indicativos teóricos que auxiliam a composição de textos que materializam os processos discursivos. O objetivo da pesquisa deve ser levado em considerado, além dos métodos que serão utilizados para mostrar o funcionamento do discurso e os seus efeitos de sentido.

Para composição do *corpus* deste trabalho, selecionamos reportagens dos grupos Globo (portal G1), grupo UOL (Uol e Folha de S. Paulo) e Abril (Veja) sobre o

Acampamento Terra Livre. Assim, o objeto que nos propomos a explorar são reportagens, quais sejam: três da revista VEJA, três matérias publicadas no portal G1, cinco no grupo Uol (inclui Uol e Folha de S. Paulo), e cinco reportagens da Revista Fórum. Portanto, ao todo, são dezesseis publicações de mídias *online* do país.

Para análise do *corpus*, utilizamos a ADF, direcionados pelo dispositivo sugerido por Orlandi (2009), buscando os interdiscursos e as heterogeneidades enunciativas mostradas, tendo como referência Maingueneau (1997) e Authier-Revuz (2012), como será explicado a seguir.

4.1 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso Francesa dispõe de pressupostos teóricos e metodológicos que guiaram nossa análise de reportagens. Foi utilizado o dispositivo de análise sugerido por Orlandi (2009, p. 77), cujas etapas se dispõem da seguinte maneira:

Quadro 1 – Metodologia proposta por Orlandi

1ª. etapa: Passagem da	Superfície Linguística	Texto
	para o	(Discurso)
2ª. etapa: Passagem do	Objeto Discursivo	Formação Discursiva
	para o	
3ª. etapa:	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Fonte: Orlandi (2009, p. 77).

Em um primeiro momento, há o descobrimento do texto e uma análise da superfície linguística. Depois, o objeto discursivo passa a ser examinado, percebendo as formações discursivas presentes e como foi realizado o processo discursivo. Por último, passamos para a compreensão dos sentidos vinculados às formações ideológicas. A AD estuda o processo de produção da linguagem, considerando seus sujeitos ideologicamente orientados e o contexto sócio-histórico do discurso. Em complemento:

O analista procura identificar os textos que ficaram de fora (objeto discursivo), evidenciar o que esses textos ausentes significam (processo discursivo).

Quais as propriedades do discurso e a que formação discursiva (FD) pertencem. Qual é a formação ideológica (FI) que dá sustentação às formações discursivas (FREIRE, 2021).

Como já mencionado anteriormente, formação discursiva (FD) é o que pode ser dito em certas condições, em uma formação ideológica (FI), inserido em uma condição sócio-histórica (FOUCAULT, 2014; ORLANDI, 2009). As formações discursivas não são dadas, são construídas pelo analista durante a pesquisa, o qual deve mostrar quais as fronteiras preestabelecidas e como se inscreve o discurso na história. Maingueneau (2008) categorizou as FDs como “unidades não tópicas”, por não terem a formação fixa e o espaço previamente delineado, sendo desenhado e explicado pelo pesquisador.

As formações discursivas refletem as formações ideológicas. Orlandi ensina que a AD resignifica o conceito de ideologia, ao considerá-la a partir da linguagem. A interpretação precisa da ideologia para traduzir os sentidos. O movimento em busca dos sentidos é feito na relação do sujeito com o histórico e simbólico, “este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2009, p. 46).

Para a AD, a ideologia é o “mecanismo estruturante do processo de significação” (ORLANDI, 2009, p. 96). Não a pensaremos a partir do sociológico, mas sim a partir da língua e a sua relação com a história, reunindo, assim, sujeito e sentido. A materialização da ideologia se dá pelo discurso, o qual, por sua vez, se materializa por meio da língua (de textos que formarão o *corpus* de análise).

Ao refletir acerca da interpretação e da compreensão dos sentidos, a mesma autora afirma que “só há ideologia porque há interpretação” (ORLANDI, 2007, p. 152). A relação entre esses conceitos é direta, pois o percurso percorrido na interpretação revela também o funcionamento da ideologia, por intermédio do discurso.

Há dois momentos na interpretação: o primeiro, mais superficial, que pode ser realizado por qualquer pessoa diante de um objeto simbólico a ser interpretado. Em um segundo momento, de forma mais complexa, acontece a compreensão (relação na interpretação e descrição). As reflexões do analista passam pela compreensão, articuladas na materialidade do discurso com as teorias utilizadas na interpretação. (ORLANDI, 2007). Cabe à AD explicitar o processo de constituição dos sentidos a

partir da língua, tendo relevância a interpretação e a compreensão do pesquisador nesta trajetória.

Como indica Maingueneau (2013, p. 28), “a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciatador”. Além disso, o autor aponta três contextos que devem ser levados em consideração no momento da interpretação: o ambiente físico, também chamado de contexto situacional da enunciação; o contexto, ou seja, os elementos encontrados antes e depois do texto analisado; e o conhecimento de mundo, no qual a memória será utilizada para recuperar referências interpretativas.

Ressalta-se, assim, a importância de mencionar as memórias discursivas no momento da interpretação e considerar o contexto histórico e ambiental no qual o texto está inserido. Desse modo, o exterior ao discurso merece atenção, tendo alguns conceitos importantes já estudados na subseção “Pressupostos teóricos da Análise do Discurso” como o interdiscurso e a memória:

Na análise de discurso, o interdiscurso é a memória do dizer, o saber discursivo, a filiação de sentidos. Há coisas que fazem sentido e há as que não fazem. O cientista está submetido à memória de seu saber. O que tem de ser atingido é justamente essa relação com o interdiscurso, com a memória para poder significar outra coisa. Transformar-se, desenvolver-se. Transferir: produzir novas versões, efeitos metafóricos, deslizamentos de sentidos, que permitam o avanço científico. (ORLANDI, 2007, p. 139).

Além disso, o processo de análise da ADF é espiralar, pois as hipóteses são testadas, refutadas e confirmadas, sendo descritivo todo o percurso percorrido pelo analista até chegar às conclusões. Além disso, a teoria e a prática se misturam, uma vez que os conceitos trabalhados como referenciais teóricos devem aparecer no relatório de análise, mostrando ao leitor qual é o funcionamento do discurso e os como identificar isso (FREIRE, 2021).

A nossa pesquisa culmina em compreender as representações midiáticas sobre os indígenas. Construimos o *corpus* de análise, com o fim de explorar as reportagens em busca dos efeitos de sentido, utilizando a abordagem teórica- metodológica da Análise de Discurso Francesa. Para isso, utilizamos categorias de análise para direcionamento e organização da pesquisa. As marcas textuais sinalizam para que os analistas consigam realizar o caminho da formação discursiva até a formação

ideológica, compreendendo como se deu o processo discursivo, as escolhas dos ditos e não ditos, até que o sentido seja formado (ORLANDI, 2009).

A compreensão dos analistas perpassa pela interpretação e pela descrição, que foram embasadas no referencial teórico já apresentado. Ao observarmos os discursos materializados por meio de textos, podemos verificar as lacunas que existem, os não-ditos contidos em cada enunciado. Orlandi (1993) explica a importância de prestarmos atenção nos silêncios, tanto aqueles que são fundadores de algo, ao tornarem toda significação possível, como aqueles que podem ter sido objeto de censura, de silenciamento, ou ainda quando escondem aquilo que não pode ser revelado. Para a autora, o não dizer também manifesta algo. A escolha do que pode ou não ser colocado no texto sinaliza o contexto, as intenções e os controles sofridos pelos sujeitos.

Portanto, com base no pensamento de Orlandi (1993; 2009), os silenciamentos apontam lacunas de sentidos e oferecem alicerce para investigação nos discursos, dos limites sofridos, de quais os ditos e os não-ditos que compõem as notícias e os efeitos de sentido produzidos a partir deles. “O posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito, mas presente). Mas o motivo, por exemplo, fica como subentendido” (ORLANDI, 2009, p. 82).

Com fundamento na metodologia apresentada e a fim de responder nosso problema de pesquisa, buscamos pelas marcas textuais, que serviram de apoio nas etapas da análise, principalmente quando da passagem da superfície textual para o discurso. Aprofundaremos nas categorias de análise nas próximas seções.

4.2 MARCAS DA HETEROGENEIDADE MOSTRADA

É característica do discurso a interação com o externo (interdiscurso) e com o interno (intradiscurso). O diálogo existente sobre o que está sendo dito e o que já foi dito é trazido ao texto por meio de instrumentos que proporcionam o chamamento de outros enunciadores que acionarão a memória presente naquele processo discursivo. A inscrição histórica e ambiental é necessária para compreensão e posicionamento dessas formações discursivas que são trazidas de fora do texto.

Authier-Revuz (2012) desenvolveu a teoria das heterogeneidades enunciativas, ao constatar a presença de outras vozes nos discursos, além da do sujeito enunciativo.

Ela observou quais recursos linguísticos são utilizados para incluir outras pessoas nos textos. Tendo como referência os estudos de Authier-Revuz, Maingueneau (1997) explica a diferença entre a heterogeneidade mostrada e a constitutiva, sendo a primeira mais importante para nosso trabalho. A mostrada incide sobre as manifestações explícitas, enquanto a segunda não é vista superficialmente: a heterogeneidade mostrada se subdivide em marcada e não marcada, sendo o discurso direto e citações entre aspas exemplos de marcação. Para as não marcadas, temos recursos como a ironia, as metáforas, o discurso indireto.

A forma mais evidente da heterogeneidade mostrada é o discurso relatado, por meio dos discursos indiretos e diretos, quando fica explícita a existência de outros sujeitos em um mesmo discurso. Em suma, os discursos não são puros: são atravessados por outros discursos e outras vozes. Portanto, a linguística francesa oferece um aporte teórico metodológico importante para a Análise do Discurso, pois reconhece a heterogeneidade e disponibiliza ferramentas para análise.

As citações revelam o grau de adesão do autor com a ideia de terceiros, existindo uma ambiguidade em citar alguém, pois há uma concordância com o citado ao mesmo tempo em que cria uma barreira de proteção por não ser o dono da informação ali relatada, portanto retira a responsabilidade pelo que foi dito. O locutor se “esconde” nas falas de uma autoridade. Além disso, as citações obedecem às condições de possibilidade, ou seja, existem textos citáveis em determinadas épocas e circunstâncias, formando a intertextualidade. Os verbos utilizados para introduzir as citações também devem ser observados: têm os verbos de comunicação, os quais podem indicar valores, revelar pensamentos, mostrar hierarquia. Além dos verbos de opinião que podem desvendar um julgamento pessoal, uma experiência, uma reflexão etc. (MAINGUENEAU, 1997).

Por outro lado, o jornalista tenta sustentar uma imagem de imparcialidade em relação aos conteúdos escritos, todavia as referências usadas dão pistas das posições pessoais. Para isso, a polifonia é muito aproveitada, por meio de citações diretas e indiretas que dividem a responsabilidade pelos enunciados. Conforme Maingueneau (2013, p.166), “ao invés de assumir diretamente uma posição, ele prefere encenar um conjunto de vozes das quais ele se distancia ou com as quais ele é solidário mais ou menos discretamente”. Assim, reparte a autoria pelo falado e consegue percorrer caminhos satisfatórios para seu próprio posicionamento.

Considerando as marcas textuais que foram observadas nos textos que integram o *corpus* desta pesquisa, evidencia-se a heterogeneidade mostrada, por meio do discurso relatado, quando fica explícita a existência de outros sujeitos em um mesmo discurso. Em suma, os discursos não são puros: são atravessados por outros discursos (interdiscurso) e outros sujeitos. A linguística francesa oferece um aporte teórico metodológico importante para a Análise do Discurso, pois reconhece a heterogeneidade enunciativa e disponibiliza ferramentas para análise, como será mostrado a seguir.

4.2.1 Discurso relatado

4.2.1.1 Discurso Direto

Entre as estratégias adotadas para relatar uma enunciação, há o discurso direto, o qual é caracterizado pela presença de um segundo locutor de forma marcada no texto. O primeiro locutor é um “porta-voz” e utiliza das mesmas palavras do segundo locutor, distanciando-se, assim, da fala do outro, apesar de aderir à ideia e colocá-la no próprio discurso. Ao citar diretamente o segundo enunciador, evidencia o outro e retira parte da responsabilidade pelo dito.

O discurso direto pode ser reconhecido por dois elementos: a indicação da fala de outrem e a sinalização que separa o discurso citante do citado. Para tal, são utilizados alguns recursos tipográficos como dois pontos, travessões, aspas e itálico. Os verbos utilizados também são importantes marcadores do tipo de discurso e do tipo de relação que o enunciador possui com o discurso ora citado (MAINGUENEAU, 2013).

Por regra, o discurso direto é acompanhado de aspas e retrata com fidelidade as palavras utilizadas pelo citado. Todavia esta lealdade não é tão precisa, pois sofre interferência do contexto e da forma retratada (utilização de qual verbo introdutório, por exemplo). Em relação às aspas, são sinalizadores, os quais mostram uma quebra no discurso e também uma anuência ao descrito, sem que tenha responsabilidade ao dito, pois distancia o locutor do segundo locutor, o citado.

Maingueneau (2013) apresenta casos em que a utilização das aspas é dispensada: quando não é escrito de forma literal, apesar de manter o sentido geral; quando o enunciador é genérico, não é uma pessoa específica, e sim um conjunto de

pessoas e o discurso não pode ser atribuído a uma só; e também quando o discurso direto é livre, ou seja, não possui indicação ou sinalizadores do discurso direto, no entanto possui propriedades linguísticas do discurso relatado da modalidade direto.

Em relação aos motivos pelos quais o enunciador escolhe o discurso direto, elencamos, com fundamento em Maingueneau (2013), três principais: a) passar a ideia de autenticidade, indicando veracidade das palavras utilizadas; b) distanciar-se do proferido, retirando a responsabilidade pelo dito, ao mesmo tempo em que adere à ideia, de forma respeitosa mas distante; c) mostrar seriedade e objetividade. A análise do contexto evidencia as explicações pela escolha deste modo de discurso relatado, não se limitando pelas hipóteses aqui listadas.

4.2.1.2 Discurso Indireto

No discurso indireto o locutor não utiliza as mesmas palavras do segundo locutor, mas usa de suas próprias palavras para remeter às ideias de outrem (BRANDÃO, 2004). Assim como no discurso direto, é uma ferramenta utilizada para colocar outras pessoas no texto e trazer à tona a natureza heterogênea do discurso. Apesar de não retratar fielmente o falado pelo citado, o conteúdo é compartilhado e as ideias reutilizadas.

Considerando a responsabilidade ao escrever algo, o discurso indireto atribui maior compromisso do locutor pelas palavras utilizadas, já que a escolha é pessoal e existe uma imensidão de maneiras de escrever (e falar), apenas com a preocupação de reproduzir o conteúdo do pensamento do citado, das ideias reutilizadas, sem o compromisso de retratar com fidelidade das palavras. Bem como no discurso direto, a seleção do verbo introdutório é importante e pode orientar a direção das ideias utilizadas pelo autor.

Quando o enunciador coloca o discurso direto (palavras fielmente copiadas do locutor citado) integrado ao discurso indireto, denomina-se como “ilhas textuais”. Comumente indicada pelas aspas ou itálico, as ilhas textuais são a forma híbrida de escrever e incluir as citações. Parte do discurso é do primeiro locutor e algumas palavras foram utilizadas conforme o segundo locutor, ao qual também são atribuídas as ideias.

Outra modalidade do discurso indireto, é o indireto livre. Assim como nas ilhas textuais, se trata de um hibridismo com discursos diretos e indiretos, mas sem que

haja uma marcação aparente. Não há distinção nas falas, tornando-se uma mistura nas vozes dos enunciadores, sem identificadores ou responsabilização individual pelo que foi dito. “O discurso indireto livre se localiza precisamente nos deslocamentos, nas discordâncias entre a voz do enunciador que relata as alocações e a do indivíduo cujas alocações são relatadas. O enunciado não pode ser atribuído nem a um nem ao outro” (MAINGUENEAU, 1997, p. 97).

4.3 PALAVRAS ENTRE ASPAS, METÁFORAS E PARÁFRASES

As aspas são sinalizadoras e podem apontar a utilização de uma autonímia, ou seja, quando a palavra usada não está de acordo com o contexto, mas se refere ao seu próprio signo linguístico, significado fora do texto. A colocação das aspas pode ter outras explicações, como apontar uma modalização autonímica, que é um comentário do próprio locutor em relação ao enunciado (MAINGUENEAU, 2013). A utilização das aspas aponta uma quebra discreta na sintaxe, sem desorganizar o texto, e conta com a interpretação do leitor para interpretar o sentido transmitido pelo enunciador ao colocar os sinalizadores.

Authier- Revuz classifica as modalizações autonímicas em quatro categorias descritas como “não coincidências do dizer”: a não coincidência interlocutiva (existe uma distância entre os enunciadores), a não coincidência do discurso consigo mesmo (ao referenciar outras pessoas e discursos), a não coincidência entre as palavras e coisas (quando as palavras não correspondem à realidade) e a não coincidência das palavras consigo mesmas (mais de um sentido para a mesma palavra) (MAINGUENEAU, 2013).

O motivo pelo qual o locutor está colocando as aspas não é dado, precisa ser descoberto pelo leitor, com ajuda da interpretação, das circunstâncias e do contexto. Os sinalizadores são para chamar atenção de que algo não está em ordem na sintaxe, mas os sentidos disso podem ser múltiplos. Exige-se uma convivência do leitor com o enunciador, para descobrir o significado. Além disso, como explana Maingueneau (2013, p. 207), “muitas vezes, colocar uma unidade entre aspas significa transferir a responsabilidade de seu emprego a outra pessoa”.

Além da utilização das aspas, outras marcas linguísticas podem indicar um deslocamento de sentido no texto, como as metáforas e as paráfrases. Conforme Orlandi (2007), com fundamento nos ensinamentos de Pêcheux e Lacan, a metáfora é o efeito de uma relação significante, na troca de uma palavra por outra. As metáforas carregam em si a transferência de sentido, devendo ser analisadas em conjunto com as formações discursivas, pois a palavra, para a AD, não possui sentido por si só, mas sim inserida no contexto discursivo e ideológico (ORLANDI, 2009).

Em relação às paráfrases, elas fazem referência a outro termo, conhecido, mas diz de uma maneira diferente. Os processos parafrásticos são feitos com a memória, por utilizar o dizível, o que se mantém no texto, mesmo sendo dito de outra forma. “A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado.” (ORLANDI, 2009, p.36).

Deste modo, buscamos nos textos as referências diretas e indiretas e também as palavras entre aspas, algumas construções metafóricas e paráfrases, com o fim de interpretar e compreender os sentidos das representações indígenas da mídia brasileira.

5 ANÁLISE DO CORPUS

Nosso *corpus* de análise é composto por dezesseis matérias jornalísticas publicadas em *sites* dos três maiores grupos de mídia *online* do Brasil (Globo, UOL e Abril), portais tradicionais com expressiva quantidade de acessos, o que será detalhado no decorrer da análise. Além disso, incluímos a Revista Fórum, oitava colocada no *ranking* de quantidade de audiência *online*, por ser um portal de notícias com posicionamento contra hegemônico, conforme o próprio noticiário se apresenta: “Fórum traz, diariamente, matérias, reportagens e entrevistas que buscam uma visão de mundo diferente da presente nos grandes meios de comunicação tradicionais” (REVISTA FÓRUM, c2023), por historicamente priorizar os movimentos sociais, enriquecendo as discussões do nosso trabalho, pois possui um posicionamento político e de mercado diferente dos outros portais analisados.

objetivo geral compreender a representação da causa indígena em reportagens sobre o Acampamento Terra Livre de 2022

Para alcançar o objetivo do nosso trabalho, que é compreender a representação da causa indígena em reportagens sobre o Acampamento Terra Livre de 2022, analisamos matérias de sites jornalísticos sobre o maior evento de mobilização indígena do país (APIB, 2022). Ao estudar reportagens de diferentes *sites*, buscamos comparar os resultados, para buscar alcançar o propósito de entender como funciona os discursos de mídia no Brasil, mais especificamente de sites jornalísticos, aqui representados pela Revista Veja, Portal G1, Portal UOL, Folha de S. Paulo e Revista Fórum. Analisaremos quais sentidos foram propagados por esses veículos de informação em relação aos povos indígenas.

As matérias publicadas pelos portais de notícias foram analisadas com base no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, na vertente francesa de estudos, como explicado nos tópicos anteriores desta dissertação. Para contextualizar a análise, iniciamos com uma breve explanação político-social do evento e com o detalhamento da agenda e dos acontecimentos do Acampamento Terra Livre de 2022, tendo como parâmetro a revista oficial do ATL, publicada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2022), como exposto a seguir.

5.1 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO ATL DE 2022

A revista oficial do Acampamento Terra Livre de 2022 (APIB, 2022) apresenta o histórico do Acampamento e as pautas discutidas e almejadas pelos indígenas participantes dos protestos. O evento é a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil e já tinha sido realizado dezoito vezes, tendo duas edições (2020 e 2021) não presenciais, em decorrência da pandemia do covid-19. Desde 2004, indígenas se organizam em prol de causas como proteção e demarcação de suas terras, garantia dos direitos indígenas, respeito aos povos isolados e contra todo tipo de discriminação e racismo.

Especificamente no Acampamento de 2022, realizado do dia 04 a 14 de abril de 2022, em Brasília/DF, dois assuntos principais foram almejados, como foi evidenciado no tema: “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”. A demarcação de terras indígenas foi um dos focos das objeções, tendo em vista o Projeto de Lei (PL) 191/2020, o qual pretende permitir a instalação de hidrelétricas e a exploração de mineradoras dentro de território indígena. Além disso, áreas garantidas legalmente aos povos tradicionais são visadas pelo agronegócio, por isso demandam discussão. Sobre “Aldear a Política”, objetiva incentivar candidaturas indígenas e participação na política, para terem voz, representação e poder (APIB, 2022).

Além das pautas já citadas, foi realizada mesa de debate para defender os povos indígenas isolados, aqueles que escolheram não ter contato com a civilização ou tiveram contato recentemente. Na mesma oportunidade, as mulheres originárias também foram enaltecidas e reconhecidas como fortes e necessárias para “retomar o país aos eixos”. Ademais, a bandeira LGBTI+ foi levantada contra a discriminação indígena e a favor da diversidade sexual, tendo em vista situações de vulnerabilidade apresentadas.

No dia 12 de abril de 2022, dando continuidade à programação do Acampamento, Luiz Inácio Lula da Silva, até então pré-candidato à presidência da república, se manifestou e ouviu os presentes no local. Foi entregue uma carta aberta ao pré-candidato, com pedidos e sugestões, caso fosse posteriormente eleito. As demandas foram separadas em cinco eixos principais: “direitos territoriais indígenas; retomada dos espaços de participação e controle social indígenas; reconstrução de

políticas e instituições indígenas; interrupção da agenda anti-indígena no congresso federal e agenda ambiental” (APIB, p. 60, 2022).

Desde 2020 existe um projeto denominado “Campanha indígena”, promovido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, com o intuito de incentivar a participação política e a candidatura de pessoas que representem as causas dos povos originários, que lutem pelos direitos indígenas (APIB, 2022). Desta forma, o Acampamento Terra Livre foi um espaço também utilizado para divulgar esse projeto e buscar parcerias que pudessem alavancar a representatividade buscada. Com isso, os indígenas contaram com a presença de Lula no evento para reivindicarem e se posicionarem diante de projetos em tramitação na época.

O contexto político do Brasil em abril de 2022 era de competição pelas eleições presidenciais que foram concretizadas em outubro do mesmo ano. Até a data de realização do ATL, o ex-presidente Lula ainda não havia oficializado a sua candidatura ao cargo, mas deixava manifesta a intenção. Bolsonaro era o presidente do país, com mandato de 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022 e tinha pretensão à reeleição nas eleições. A polarização política dos brasileiros estava enfatizada, com divisões nas prioridades e nos discursos, ressaltando as diferenças nos temas almejados pelos partidos progressistas, socialistas e democráticos, contrariando os partidos conservadores, liberais e nacionalistas.

Em nível nacional, as discussões no governo de Bolsonaro incluíam gestão da pandemia da covid- 19, as diretrizes econômicas pós-pandemia, segurança pública e reformas políticas de ideais conservadores. A desigualdade social, a preservação ambiental e as lutas indígenas não eram prioridades no governo que se direcionava a partir do conservadorismo neoliberal. Consoante da Silva e Lima (2021), a ideologia predominante na fala do então presidente era conservadora com viés religioso, estando presentes também valores liberais, de exaltação da pátria e das forças armadas, oposição ao socialismo e defesa de reformas políticas.

5.2 REVISTA VEJA

A Revista VEJA, da editora Abril, iniciou sua circulação semanal de informações em 1968, durante a ditadura militar no Brasil. É uma revista de influência e prestígio social, tendo em vista o alcance das reportagens e o expressivo número de vendas.

Em 1997, foi inaugurado o site da revista VEJA, em complemento da versão física da revista. A partir dos anos 2000, a página virtual disponibiliza notícias em tempo real (VEJA, 2018). Com base na pesquisa de audiência online, realizada no Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil (MOM, 2017c), o grupo Abril, no qual a Revista Veja está incluída, é o terceiro colocado quanto à quantidade de acessos ao site, chegando a mais de um milhão de visitantes virtuais em um mês de contagem.

Em relação ao Acampamento Terra Livre de 2022, a Revista Veja, por meio do seu *site*, publicou três matérias sob os títulos: “Encontros com índios e ‘caciques’ e as duas flechadas de Lula em Brasília. Ex-presidente chega à capital nesta segunda-feira, 11, e deve ficar lá por três dias” (SILVA, 2022); “Em discurso para indígenas, Lula já fala em criar mais um ministério” (BONIN, 2022a); e “Nenhum fazendeiro tem direito de invadir terra indígena, diz Lula” (BONIN, 2022b).

Conforme a metodologia de Orlandi (2009) utilizada nesta pesquisa, o primeiro passo da análise do discurso é passagem da superfície linguística (o texto) para o objeto discursivo (o discurso), por meio da compreensão do processo discursivo e das formações discursivas advindas das formações ideológicas. Ao examinarmos a notícia intitulada “Encontros com índios e ‘caciques’ e as duas flechadas de Lula em Brasília. Ex-presidente chega à capital nesta segunda-feira, 11, e deve ficar lá por três dias” (SILVA, 2022), observamos primeiramente as marcas textuais apresentadas. Já no título apresenta o termo “índios”, a palavra entre aspas “caciques” e utiliza a metáfora “duas flechadas”, se referindo às ações de Lula no Acampamento.

A palavra “índios” não é formalmente utilizada para mencionar os povos originários, por ter sido reconhecido como um termo pejorativo, que homogeneiza muitas etnias, como se todos fossem iguais, nos fazendo acessar uma memória discursiva colonialista. Sugere o olhar do colonizador aos povos originários, que tiveram a imagem unificada, sem levar em consideração as características e costumes que os diferenciavam, sendo denominadas todas as etnias de “índios”, já que pensaram que estavam na Índia, como apresentado na seção 2 desta dissertação.

Por meio da noção de interdiscurso, conceito desenvolvido nos trabalhos de Maingueneau (2008), verificamos que a palavra “índios” nos remete à representação do indígena de forma estereotipada, como selvagens ou ingênuos que precisam de ajuda do branco colonizador para se desenvolver, assim como afirmou Rubim (2021). A nomenclatura utilizada poderia ter sido substituída por povos indígenas ou povos

originários, o que traria ao texto mais diversidade e inclusão dessa minoria no discurso, ao mostrar uma preocupação do autor em utilizar o termo adequado para a situação. Logo houve uma substituição que silencia outros sentidos, conforme o pensamento de Orlandi (1993, 2009).

A utilização de palavras entre aspas revela uma quebra discreta na sintaxe, mostrando ao leitor que a palavra entre aspas não encaixa totalmente, sem explicar os motivos (MAINGUENEAU, 2013). Logo, a expressão entre aspas “caciques”, no título da primeira reportagem analisada, é uma sinalização de que não se trata de caciques indígenas, mas sim de outros líderes, os políticos. O enunciador conta com a interpretação do leitor, levando em consideração o universo ideológico existente.

Considerando as três reportagens da Revista Veja analisadas, aparecem outros termos entre aspas: “revogação”, “criem empecilhos”, “segurança jurídica”, “caciques” (no título e no corpo do texto), apresentando a recorrência do recurso utilizado na construção dos sentidos por esta Revista.

Ainda na dimensão textual, notamos que a metáfora também foi um recurso utilizado, tanto no título quanto no texto, mostrando a posição assumida pelos enunciadorees. A metáfora, na Análise do Discurso, não é apenas considerada uma figura de linguagem, mas carrega em si a transferência do sentido, já que a tomada de uma palavra por outra modifica os significados. A palavra não tem sentido por si só, por isso a importância de identificar as metáforas e as formações discursivas nas quais estão inscritas (ORLANDI, 2009).

Metáforas utilizadas nas matérias da revista analisada: a) “caciques” – se referindo a líderes políticos, poderia ter sido dito como políticos, senadores, deputados, os quais foram nomeados na notícia; b) “duas flechadas” – mencionando as ações de Lula, como sendo uma forma de remeter aos indígenas, que utilizam o arco e flecha no dia a dia para caçar e capturar animais e objetos. Logo, os sentidos que vêm à tona, são os de caçada, de prender os políticos na reunião com Lula. Poderia ter sido dito como uma conversa com finalidade de alianças políticas; c) “cardápio” – foi utilizado para mostrar que na reunião realizada havia vários assuntos (como em um cardápio), mas trouxe a ideia de comida, de algo que seria comido ou devorado por Lula. Poderia ter sido dito como uma lista de assuntos principais ou pontos debatidos, sem trazer esta conotação de ser algo a ser metaforicamente comido ou derrotado; d) “enterro da pré-candidatura” – para manifestar ataque político à outra candidata eleitoral na época. A palavra enterro remete à morte, poderia ter sido

dito como uma intenção do então candidato a vencer as eleições presidenciais daquele ano, não necessariamente seria preciso atacar violentamente outra candidatura para isso (da então senadora Simone Tebet).

Como discutido no parágrafo anterior, a Revista utiliza de metáforas para fazer menções a figuras e ações políticas e deixa de abordar pautas discutidas no ATL. As expressões utilizadas nos remetem ao cenário político eleitoral do país. Além do mais, todos os enunciados poderiam ter sido ditos de outras formas, e, conforme Orlandi (1993), a escolha das palavras e das frases não é neutra, sem propósito, ao transmitir uma informação deixa de transmitir outras, as quais não podem ser desconsideradas. Assim, ao deixar de noticiar as pautas indígenas para sobressair questões eleitorais, há um silenciamento em questão.

Além das palavras entre aspas e das metáforas, examinamos as citações diretas e indiretas, buscando nas reportagens marcas da heterogeneidade discursiva. Esse conceito, baseado nos estudos de Authier-Revuz e desenvolvido por Maingueneau (1997), remete à presença de outras vozes nos discursos. Nos quadros a seguir (Quadros 2 e 3), apresentaremos todas as citações diretas e indiretas das reportagens da Revista Veja:

Quadro 2 – Discurso direto nas reportagens da Veja

<p>“Nenhum fazendeiro tem o direito de invadir o espaço indígena nesse país. Nenhum brasileiro tem o direito de plantar soja de forma ilegal, de fazer queimada para criar gado (...) Tem muita terra sem que seja necessário ofender as nossas reservas florestais, [sem ofender] o espaço aonde mora os povos indígenas para plantar soja, criar gado, e muito menos para garimpar”, disse o ex-presidente.</p>

<p>“Vocês não são crianças para serem tuteladas, vocês são povos inteligentes (...) e agora vocês me deram uma ideia. Se a gente criou o Ministério da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, da Pesca, por que a gente não pode criar um ministério para discutir as questões indígenas?”, disse o ex-presidente.</p>

<p>Renan deixou claro o que pensa a parte do MDB na qual se insere. “Para fazer o enfrentamento do Bolsonaro tem que ser com a candidatura do Lula. Não tem nada em segredo. Temos 14 diretórios cujas lideranças preferirão Lula, lideranças que têm projeto de poder estadual, têm governo, têm prefeituras de capitais e têm uma grande quantidade de prefeituras nos municípios”, disse. “Lula virá a Brasília e vamos conversar sobre circunstâncias estaduais, como ficarão os apoiadores do Lula no MDB e como encaminharemos nossa posição na convenção partidária”, completou.</p>

Fonte: modificado de Bonin (2022a), Bonin (2022b) e Silva (2022).

Quadro 3 - Discurso indireto nas reportagens da Veja

Lula (PT) defendeu a demarcação de terras indígenas e discursou contra o marco temporal e a ocupação irregular dos territórios dos povos originários. Lula prometeu, ainda, criar um “revogaço” de decretos assinados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na área ambiental e que “criem empecilhos” à luta indígena.
Por outro lado, ruralistas defendem que haverá o risco de desapropriações de terra caso o marco temporal não seja aprovado, e argumentam que é preciso “segurança jurídica”.
Lula defendeu, ainda, que lideranças indígenas participem da elaboração do programa de seu futuro governo e prometeu criar um “revogaço” de decretos assinados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na área ambiental e que “criem empecilhos” à luta indígena.

Fonte: modificado de Bonin (2022a), Bonin (2022b) e Silva (2022).

Analisando as citações anteriores, percebemos que em nenhuma das reportagens da revista houve a referência de indígenas. Considerando as três matérias, duas pessoas foram citadas diretamente: Lula (então pré-candidato à presidência) e Renan Calheiros (senador do partido MDB), o que sinaliza uma exclusão discursiva, conforme Foucault (2014) e um silenciamento, com base em Orlandi (2013):

A segregação pela loucura é a segunda categoria de exclusão citada por Foucault e diz sobre a rejeição de certos dizeres, por serem considerados loucos, por isso não poderiam circular. No caso da Revista Veja, vislumbramos que houve uma discriminação no que ia ser dito, rejeitando-se a voz do indígena, ao não lhe conceder espaço de fala. Mesmo tendo esse silenciamento, demandas indígenas pleiteadas no ATL foram sim apresentadas nas matérias, pelas citações de Lula. Logo, as pautas dos indígenas foram apresentadas pela fala de um homem branco.

Ao pensarmos sobre o que pode ser falado em certas circunstâncias, lembramos dos limites sofridos pela linguagem. O processo discursivo passa pelo questionamento: o que pode ser dito e por quem? Essa pergunta orienta nossa discussão acerca das formações discursivas e ideológicas. A colonialidade, por meio da memória, propaga a ideia de hierarquia que inferioriza os indígenas em comparação aos brancos. Assim, ao limitar a fala dos povos originários – protagonistas e reivindicantes do evento político realizado, a formação discursiva mostra características coloniais.

Observamos, nas reportagens analisadas, a formação discursiva que permite a fala de políticos brancos (quadros 2 e 3) em detrimento de indígenas, retomando a ideia de que o indígena não pode falar por si mesmo, pois precisaria da Instituição ou de um branco para falar por ele, como porta-voz de seus dizeres. Pensamento

colonialista, que nos leva a refletir acerca do racismo estrutural enraizado no Brasil e na perduração da lógica colonial no tempo (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005).

A citação de Lula: “nenhum fazendeiro tem o direito de invadir o espaço indígena nesse país” (BONIN, 2022b), ao utilizar a palavra “invadir”, nos remete aos valores decoloniais que defendem que as terras indígenas foram e são invadidas e exploradas. Na referência do pré-candidato à presidência “vocês não são crianças para serem tuteladas, vocês são povos inteligentes” (BONIN, 2022a) também são demonstrados traços de falas contra a colonialidade, por combater a ideia de que os indígenas não são inteligentes ou seriam incapazes (precisariam de tutela do branco e do Estado). Apesar de percebermos posicionamentos discursivos decoloniais nas citações do pré-candidato à presidência, as matérias apresentam uma formação discursiva colonialista, uma vez que os povos originários não foram convidados a falar por si. Lula, que é político e branco, falou no lugar deles, portanto a Revista reforçou o silenciamento aos indígenas, ao não autorizar a fala deles.

Também vislumbramos um discurso ambientalista nas falas de Lula, em oposição ao discurso ruralista, nos seguintes trechos: “Lula prometeu, ainda, criar um ‘revogação’ de decretos assinados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na área ambiental e que “criem empecilhos” à luta indígena” (BONIN, 2022a; 2022b) e

Nenhum fazendeiro tem o direito de invadir o espaço indígena nesse país. Nenhum brasileiro tem o direito de plantar soja de forma ilegal, de fazer queimada para criar gado [...] Tem muita terra sem que seja necessário ofender as nossas reservas florestais, [sem ofender] o espaço aonde mora os povos indígenas para plantar soja, criar gado, e muito menos para garimpar (BONIN, 2022b).

Em contrapartida, o discurso ruralista, o qual defende o agronegócio em detrimento do meio ambiente e dos povos indígenas, está presente na matéria: “por outro lado, ruralistas defendem que haverá o risco de desapropriações de terra caso o marco temporal não seja aprovado, e argumentam que é preciso ‘segurança jurídica’” (BONIN, 2022b). Assim, nas reportagens, há o posicionamento ambientalista do citado em oposição à posição ruralista da revista.

Percebemos que as citações de Lula apresentaram a formação discursiva relacionada à democracia, à participação ativa na política, neste caso um chamado às populações indígenas: “Lula defendeu, ainda, que lideranças indígenas participem da elaboração do programa de seu futuro governo” (BONIN, 2022a). As palavras participação e elaboração são associadas ao discurso democrático, o qual foi muito

utilizado nas campanhas eleitorais de 2022 pelo pré-candidato Lula e em oposição ao presidente Bolsonaro.

O atravessamento de discursos por meio do interdiscurso foi explorado nessa primeira análise do nosso *corpus*. Acessamos nas reportagens nuances do discurso colonial, pelo pensamento de dependência (em relação ao branco), da falta de autonomia, reproduzindo uma imagem de passividade e ingenuidade dos indígenas. Também verificamos traços de discursos ruralistas, trazendo à tona um confronto eleitoral de ideias ambientalistas (trazidas pelo citado) contra os ruralistas (trazidas pela revista). Podemos perceber também a apropriação política do evento ATL pelas matérias da *Veja*, que preferiram realçar demandas eleitorais a representar acontecimentos do Acampamento. As reivindicações dos povos originários foram colocadas em segundo plano, já que houve o cerceamento de suas falas e tiveram suas demandas usadas como pano de fundo para a discussão sobre a disputa eleitoral que já se desenhava no país entre os principais possíveis candidatos à presidência: Lula e Bolsonaro.

5.3 PORTAL G1

O portal G1 pertence ao grupo Globo, primeiro colocado no *ranking* de audiência *online* utilizado como parâmetro nesta pesquisa, e publicou três matérias sobre o ATL, sob os títulos: “Lula fala em criar ministério para questões indígenas se eleito presidente” (BARBIÉRI; HANNA, 2022); “Acampamento indígena Terra Livre, considerado o maior do país, começa em Brasília” (G1DF, 2022a) e “Indígenas protestam em Brasília contra projetos de lei que liberam exploração de terras” (G1DF, 2022b). Podemos perceber, já pelo título das reportagens, que a disputa pelas eleições presidenciais foi mencionada pelo portal G1 em uma das matérias publicadas, enquanto duas retrataram as reivindicações acontecidas no ATL e a posicionaram os indígenas como sujeito ativo em: “indígenas protestam” e “Acampamento indígena Terra Livre”.

Verificamos os textos das matérias do portal G1, a fim de averiguar as marcas das heterogeneidades mostradas. A seguir os quadros com as citações diretas (QUADRO 5) e indiretas (QUADRO 6) encontradas:

Quadro 4 – Discurso direto nas reportagens do portal G1

Segundo Sônia Guajajara, coordenadora executiva da Apib, o acampamento demonstra a "luta pela demarcação das terras indígenas". "A Constituição Federal garante ali, como dever da União, a demarcação de todos os territórios indígenas. Então, nós estamos aqui, pra exigir da União, exigir do Estado brasileiro, a retomada da demarcação dos nossos territórios", diz ela (Sonia Guajajara)
"Estamos aqui para impedir toda essa pauta, o pacote de destruição e morte que está tramitando no Congresso", diz a coordenadora da Apib Sônia Guajajara.
"Vocês me deram uma ideia. Ora, se a gente criou o Ministério da Igualdade Racial, se a gente criou [o Ministério] dos Direitos Humanos, se a gente criou o Ministério da Pesca, por que a gente não pode criar um ministério para discutir as questões indígenas?", declarou Lula no acampamento indígena.
"Eu quero que vocês saibam. Não sei quem, mas se preparem. Alguém vai ter que assumir o ministério. E não vai ser "homem branco" como eu ou uma "galega como a Gleisi". Terá que ser um índio ou uma índia", disse Lula.
"Será alguém para poder dirigir da mesma forma que fizemos o Ministério da Igualdade Racial. Vão falar, vão dizer: 'Ah, mas gastam muito, é preciso diminuir os ministérios'. Na verdade, o que eles não querem é que a sociedade esteja participando ativamente", acrescentou o ex-presidente (Lula)
"Nós precisamos retomar a democracia. Nós queremos mais. Queremos assumir também ministérios. Queremos ministérios. Somos capazes de assumir todas as políticas públicas neste país", afirmou (Sonia Guajajara)
"Eles não falaram sobre uma aliança com o MDB porque, por enquanto, o partido ainda tem a Simone [Tebet] como pré-candidata", afirmou (Wellington Dias)
"Temos esperança de que eles vão se unir a nós. Até julho muita coisa vai acontecer", declarou (Wellington Dias)

Fonte: modificado de Barbiéri e Hanna (2022), G1DF (2022a) e G1DF (2022b).

Quadro 5 – Discurso indireto nas reportagens do portal G1

Segundo as lideranças indígenas, o principal objetivo do encontro é o enfrentamento da chamada "agenda anti-indígena", composta pelo julgamento do Marco Temporal e por projetos de lei que liberam a exploração de terras, o licenciamento ambiental e o uso de agrotóxicos.
A coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Abip), Sonia Guajajara, afirmou que os indígenas também têm capacidade de assumir o comando de ministérios.
Segundo Wellington Dias, Braga esteve no hotel para "demonstrar apoio" a Lula– sem firmar, no entanto, compromisso para as eleições.
O projeto está entre os alvos do Ato pela Terra, manifestação de artistas liderada pelo cantor e compositor Caetano Veloso, em Brasília, em março passado, e que denunciou o "pacote de destruição ambiental proposto pelo governo do presidente Jair Bolsonaro" (PL)
Durante o discurso, <u>Lula</u> disse que os governos do <u>PT</u> (2003-2016) não fizeram "tudo" o que deveria ter sido feito em relação às questões indígenas. "Mas, certamente, ninguém fez mais", frisou.
O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pré-candidato do PT à Presidência da República nas eleições deste ano, sugeriu nesta terça-feira (12) a criação de um ministério voltado para as questões indígenas caso seja eleito.
Lula deu a declaração ao visitar o acampamento indígena Terra Livre, em Brasília. O lançamento oficial da pré-candidatura de Lula ao Palácio do Planalto está marcado para 7 de maio. O PSB já indicou o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin como candidato a vice na chapa.

Fonte: modificado de Barbiéri e Hanna (2022) e G1DF (2022).

O interdiscurso utilizado pelos locutores do portal G1 pode ser verificado por meio das marcas da heterogeneidade: citações diretas e citações indiretas. Também verificamos as palavras entre aspas: considerando o conjunto de reportagens analisadas do portal da Globo, encontramos as seguintes palavras entre aspas:

“homem branco”, “galega, como a Gleisi”, “tudo”, “demonstrar apoio” (BARBIÉRI; HANNA, 2022).

Conforme os entendimentos de Maingueneau (2013), as palavras entre aspas mostram uma quebra na sintaxe, dependem da interpretação do leitor para entender por que a palavra não encaixa totalmente no texto. Neste caso, também foram utilizadas como citações diretas (palavras idênticas às utilizadas pelo citado), inseridas nas citações indiretas (o locutor reproduz os sentidos falados, mas não com as mesmas palavras utilizadas).

O trecho: “o ex-presidente disse que eventual ministério deve ser comandado por um indígena e não por um ‘homem branco’ ou uma ‘galega, como a Gleisi’, referindo-se à presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann” (BARBIÉRI; HANNA, 2022), nos remete à memória decolonialista, pois vai de encontro à ideia de que indígenas seriam dependes do homem branco, já que não podiam responder civilmente sozinhos. A fala do ex-presidente está afirmando um discurso decolonial, pois combate o argumento de que o ministério deveria ser comandado por outras pessoas. Logo, colide com o discurso colonial, que reproduz a memória de falta de autonomia indígena, pensamento propagado no processo de colonização do Brasil, para enfraquecer a minoria e legitimar o poder europeu.

Na mesma linha de pensamento, a referência de Sonia Guajajara (BARBIÉRI; HANNA, 2022): “os indígenas também têm capacidade de assumir o comando de ministérios”, assume o discurso decolonial e contraria do discurso colonial, por dar espaço de fala para uma indígena e também por reproduzir uma citação posicionada ideologicamente contrária à continuação da imposição da vontade do branco aos indígenas.

Ainda utilizando citações de Sonia Guajajara (BARBIÉRI; HANNA, 2022): “nós precisamos retomar a democracia. Nós queremos mais. Queremos assumir também os ministérios. Queremos ministérios. Somos capazes de assumir todas as políticas públicas neste país”. Além do enunciado decolonial da indígena, podemos verificar a palavra “democracia” e, a partir dela, pensar nas memórias discursivas acessadas. Ao utilizar a palavra “retomar”, transmite-se o entendimento de que a democracia precisava ser intensificada com a recuperação desse sistema político, o qual não estava sendo prioridade em 2022.

Observamos uma sessão destoante entre as reportagens, sob o subtítulo: “em busca de MDB” (BARBIÉRI; HANNA, 2022). Essa parte da reportagem fala

exclusivamente sobre a reunião de Lula com deputados e senadores, após a visita ao ATL. Apesar da chamada para a matéria ser sobre o Acampamento, vislumbramos que assuntos políticos e eleitorais foram colocados nos textos, neste caso específico sem abordar questões relacionadas com o evento analisado.

As citações revelam que o Portal G1 deu espaço de voz para os povos originários, sendo representados por Sonia Guajajara, ela foi citada quatro vezes. Em comparação com os brancos, as matérias analisadas reproduziram falas e Lula (político e não indígena) seis vezes e de Wellington Dias (político e não indígena) três vezes. Dessa forma, o que sobressaiu nas reportagens foi o debate político-eleitoral. Os aspectos decoloniais foram encontrados nas citações de Sonia e de Lula, no entanto não podemos afirmar que revelam o posicionamento do portal G1.

5.4 GRUPO UOL

O Grupo UOL está em segundo lugar como site produtor de notícia para o meio digital na lista de audiência *online* utilizada como parâmetro neste trabalho. O Portal UOL e a Folha de S. Paulo fazem parte do mesmo grupo e serão analisados separadamente, em sequência.

Sobre o ATL, o portal UOL publicou três reportagens, sob os títulos: “Indígenas desafiam monopólio do poder para aldear a política no Brasil” (MELO-ALVES, 2022); “Indígenas fazem maior Acampamento Terra Livre da história” (PONTES, 2022) e “Lula promete a indígenas criar ministério e revogar decisões de Bolsonaro” (MARQUES; MILITÃO, 2022).

Em um primeiro momento, já pudemos constatar o posicionamento ativo no qual o indígena foi colocado pelos locutores. Ao empregar “indígenas desafiam monopólio” e “indígenas fazem maior Acampamento”, os locutores atribuem aos povos originários a organização do evento realizado e realçam o protagonismo político deles. Ainda nos títulos, ao utilizar a expressão “monopólio do poder” contrapondo “aldear a política”, percebemos que o Portal UOL usa uma formação discursiva que preza pela participação indígena na política e entende que há um monopólio, ou seja, um único dono do poder, que impede a entrada de outras pessoas. No terceiro título, percebemos que Lula foi colocado como agente ativo em “Lula promete a indígenas” e os indígenas como receptores das ações, além de incluir a competição eleitoral entre Lula e Bolsonaro.

Identificamos marcas da inserção de outras pessoas nos textos do Portal UOL. As citações diretas e indiretas foram bastante utilizadas, trazendo discursos externos para as matérias publicadas, como mostraremos a seguir, nos quadros 11 e 12:

Quadro 6 - Discurso direto nas reportagens da UOL

"Nós estamos aqui para acabar com a distância entre o Congresso e o povo. Lutamos pela retomada das demarcações principalmente no Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Na Amazônia, apesar de haver um grande número de terras demarcadas, sofremos diariamente com violência e as invasões", afirmou Sonia Guajajara, coordenadora executiva da Apib
Sonia Guajajara, coordenadora executiva da Apib, "a luta pela terra é a mãe de todas as lutas"
"Cansamos de ver nossas crianças sendo sugadas pelas dragas do garimpo ilegal. O governo genocida de Bolsonaro quer legalizar o regime de morte que avança nossos territórios", escreveu Alessandra Munduruku, representante de um dos povos que mais sofrem com a atividade ilegal no Pará
"Trazemos os relatos de violações que estão ocorrendo dentro dos nossos territórios. Nosso objetivo é sensibilizar as instituições de toda a agenda anti-indígena e importância que essas instituições têm de assegurar nossos direitos garantidos na Constituição Federal", explica Ivo Macuxi, advogado indígena, em entrevista à DW.
"Eu cresci ouvindo dos meus pais que os Puri eram um povo que não existia mais. Era mais fácil dizer isso, porque as pessoas podiam tirar suas terras, seus direitos. Meu pais já nasceram ouvindo isso e viveram situações muito precárias", diz Karina à DW
"Estamos em processo de ressurgência", diz Karina
"Não é possível governar o País apenas dentro de uma sala no Palácio do Planalto. Para fazer uma política para os povos indígenas, é preciso visitar territórios e aldeias. E vamos precisar de um Ministério dos Povos Indígenas, chefiado por um indígena, não um branco como eu ou uma galega como a Gleisi [Hoffmann, presidente do PT]. Terá que ser um índio ou uma índia, terá que ser alguém para poder dirigir da mesma forma que o Ministério da Igualdade Racial. Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva
"Nenhum fazendeiro tem o direito de invadir o espaço indígena, neste país, nenhum brasileiro tem o direito de invadir para plantar a soja de forma ilegal ou fazer queimada para criar gado, e muito menos para garimpar. Não é possível as denúncias que a gente ouve todos os dias...de que homens, mulheres, crianças, yanomamis, estão sendo violentados. É preciso criar o 'Dia do Revogação'. Tudo que foi decreto, criando empecilho, seja revogado imediatamente. A gente não pode permitir que tudo que foi lutado, foi conquistado por direito, seja retirado por decreto", acrescentou.
a presidente do PT explicou que a ideia do novo Ministério foi lançada hoje. "Tem a ver com as discussões de políticas públicas transversais. Coordenação dessas políticas. Trabalhamos assim já nos nossos governos."
"Não queremos uma nova Belo Monte", disse uma indígena.
"Mas certamente ninguém fez mais que nós fizemos nas nossas relações com povos indígenas. E o que é grave é que praticamente tudo que nós fizemos foi desmontado", disse (Lula).
"Lá em casa, todo mundo é Lula", disse ele (o segurança) ao UOL
a locutora anunciou que ali estavam "os verdadeiros patriotas, o povo, os povos indígenas" (indígena)

Fonte: modificado de Pontes (2022), Melo-Alves (2022) e Marques e Militão (2022).

Quadro 7 – Discurso indireto nas reportagens do UOL

Lideranças pedem andamento nos processos das demarcações, paralisadas desde que Jair Bolsonaro assumiu o governo, em 2019. Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), existem atualmente 680 processos, mais de 200 deles, ou seja 35% do total, ainda aguardam regularização
Hutukara Associação Yanomami havia publicado um relatório detalhando os avanços do garimpo de ouro em suas terras e o sofrimento dos indígenas em consequência da presença dos invasores
Num dos relatos, os yanomami falam da série de ataques violentos a comunidades, com circulação de drogas, armas e violências contra crianças. Segundo a associação, 273 comunidades são afetadas diretamente pela atividade ilegal na terra indígena, a maior do país, que abriga cerca de 29 mil pessoas. O relatório calcula que, de 2016 a 2020, o garimpo cresceu 3.350% no local
Segundo Dario Kopenawa, vice-presidente da Hutukara, mais de 40 mil garimpeiros circulam atualmente no território demarcado há 30 anos. Com as invasões, o número de casos de malária entre os indígenas também explodiu, com mais de 1.800 casos registrados em 2020, aponta o estudo
Fachin já emitiu o seu voto, que foi a favor do direito originário assegurado pela Constituição e, portanto, contra o marco temporal.
Para Macuxi, o governo Bolsonaro se nega a dialogar. O Ministério da Justiça chegou a cancelar em cima da hora a participação num evento no ATL. Segundo o advogado, a expectativa é que o encontro com Andre Mendonça, ministro do STF indicado pelo atual presidente, sirva para levar a mensagem dos indígenas ao presidente
No caso de Karina, ela se redescobriu indígena após frequentar uma feira no Parque Lage, no Rio de Janeiro, onde morou por 12 anos e trabalhou como atriz.
O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu a criação do Ministério dos Povos Indígenas e o lançamento do "Dia do Revogaço" para derrubar as decisões tomadas durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL), caso seja eleito em outubro
Lula falou rapidamente com o UOL. Ele afirmou duas vezes que "tem que proibir" o garimpo em terras indígenas. Já Mercadante contou à reportagem que o documento será analisado pela equipe da campanha
Bolsonaro tem defendido a exploração de áreas protegidas desde antes de chegar ao poder, em 2019. Em abril daquele ano, já no comando do Executivo, ele recebeu líderes indígenas favoráveis à mineração para dar apoio à iniciativa. Na ocasião, disse que o estado de Roraima teria "trilhões embaixo da terra" e que "índio não pode continuar sendo pobre em cima de terra rica"
Mas o deputado Rodrigo Maia (sem partido- RJ), presidente da Câmara à época, prometeu a ambientalistas e lideranças indígenas que não colocaria o texto em votação.

Fonte: modificado de Pontes (2022), Melo-Alves (2022) e Marques e Militão (2022).

As citações apresentadas nos quadros 6 e 7 levam ao texto discursos externos, o interdiscurso, formando um emaranhamento enunciativo, agregando sentidos ao texto. As citações diretas majoritariamente relataram falas de pessoas indígenas que estavam no evento, um posicionamento discursivo decolonial, no qual os citados possuem autonomia e lugar de fala, sem precisar de outra pessoa ou da Instituição para dizer por eles. Tendo Foucault como referência, as formações discursivas permitiram que o (a) indígena falasse, pois não houve exclusão ou interdição de seus dizeres.

Ainda assim, o então candidato Lula foi referenciado como interlocutor de reivindicações indígenas e também manifestou sobre as eleições presidenciais, o que caracteriza uma formação discursiva colonialista, pois é um branco falando sobre as questões indígenas. Considerando as três reportagens analisadas, houve predomínio das citações indígenas. Dessa forma, também observamos formações

discursivas com características decoloniais, pois não inferioriza os indígenas em relação aos brancos, ao contrário, realça o que é importante para eles por meio do enunciado: “a luta pela terra é a mãe de todas as lutas” (MELO-ALVES, 2022). Esse trecho mostra a relação dos povos originários com a terra, dando importância ao pensamento indígena.

Na citação de Sonia Guajajara: “Nós estamos aqui para acabar com a distância entre o Congresso e o povo” (PONTES, 2022), observamos a reprodução de discurso que preza pela democracia, por querer aproximar a população das decisões políticas, aqui representadas pelo Congresso. Podemos interpretar, também, que o Portal ora analisado também utilizou o evento tema para discorrer sobre as eleições de 2022, mas fez isso chamando atenção não só para os pré-candidatos à presidência, mas também incluiu os indígenas que tinham a intenção de candidatar.

Em contrapartida, o discurso antidemocracia pode ser associado na fala do indígena Macuxi (PONTES, 2022): “o governo Bolsonaro se nega a dialogar”. Como já discutido anteriormente neste trabalho, o discurso antidemocrático foi relacionado ao então pré-candidato a presidente Bolsonaro, enquanto o discurso democrático foi associado ao pré-candidato Lula. A palavra “dialogar” nos remete às decisões compartilhadas e discutidas em conjunto: a democracia.

No texto, palavras de cunho negativo que foram utilizadas para apontar ações governamentais e votações de novas leis: “perspectiva assustadora de liberação do garimpo”; “um relatório dramático revela o terror gerado pela presença de milhares de garimpeiros ilegais”; “afeta de maneira cruel”; “momento de ataques a direitos”. Desse modo, a formação discursiva revela a formação ideológica decolonial, que prioriza os direitos indígenas e critica utilizando palavras negativas associadas ao discurso contrário, o colonial, que visa não reconhecer os direitos indígenas.

Em uma das reportagens, o locutor utilizou o trecho: “e desde quando índio usa celular?”: estereótipos e retirada de direitos (MELO-ALVES, 2022), de forma destacada (em negrito), para introduzir uma discussão acerca dos indígenas e o uso de tecnologia, pois a memória colonialista, a qual não quer ver o indígena como protagonista, dissemina a imagem coletiva de que eles são atrasados, não poderiam utilizar a tecnologia ou seriam menos indígenas por isso. Ao usar “índio”, de forma pejorativa no trecho, o locutor retoma uma discriminação feita por parte da população brasileira, para chamar atenção para o subtítulo. Ao colocar o trecho entre aspas,

interpretamos que o locutor tenta se afastar da responsabilidade pelo que foi dito, mostrando que estava remetendo a algo falado por terceiros, que não é de sua autoria.

Em suma, pudemos observar características de um discurso decolonial no UOL, revelando sentidos contrários aos efeitos da colonização, oferecendo espaço para as falas indígenas, colocando-os como protagonistas do evento reportado, o ATL. Mesmo assim, constatamos o instrumento colonial de colocar Lula para falar pelos indígenas e apropriação do evento para tratar de questões eleitorais.

5.4.1 Portal da Folha de S. Paulo

O *site* de reportagens da Folha de S. Paulo pertence ao Grupo UOL, como o portal analisado no último tópico apresentado. Duas notícias foram publicadas sobre o ATL 2022, com as seguintes chamadas: “Acampamento em Brasília quebra tabu e impulsiona candidatura indígenas” (GABRIEL, 2022) e “Lula promete ministério a indígenas e faz mea-culpa em visita a acampamento” (TEIXEIRA, 2022).

O título da segunda matéria usa “mea-culpa”, ao se referir a Lula, que é uma expressão de reconhecimento de culpa, como uma confissão, levando-nos a interpretar que ele seria culpado de algo, vinculando a imagem do político com erro. O subtítulo diz: “Petista foi cobrado pela construção de Belo Monte e disse que aprendeu o que fez e o que deixou de fazer quando foi presidente” (TEIXEIRA, 2022). Ao utilizar a palavra “petista”, a Folha de S. Paulo associa o então pré-candidato ao seu partido, o “PT” – Partido dos Trabalhadores, trazendo à reportagem a trajetória política de Lula. Continua com: “disse que aprendeu o que fez e o que deixou de fazer”, o que faz concluir que Lula fez algo equivocado, pela opinião do portal. Percebemos que o foco no título e no subtítulo desta matéria não foi no ATL, mas na presença do então pré-candidato à presidência no local.

Ao observarmos as metáforas utilizadas nas duas matérias, verificamos: a) “santinhos”, fazendo referência aos panfletos de candidatos distribuídos durante a campanha eleitoral; b) “clima de corrida eleitoral”, apresentando a competição entre os políticos mesmo antes de começar período formal das eleições presidenciais; c) “quebrar tabu”, uma expressão sobre romper regras, mudar o tradicional, ao se referir às candidaturas indígenas que até então não eram vistas. Podemos verificar que as metáforas foram utilizadas com o intuito de trazer ao texto referências sobre as eleições de 2022.

Em relação às marcas das heterogeneidades mostradas, verificamos a utilização dos discursos diretos e indiretos como forma de incluir outras vozes no discurso do jornal (*online*) da Folha de S. Paulo:

Quadro 8 – Discurso direto nas reportagens da Folha de S. Paulo

(continua)

"Era um tabu. Mudou o fato de termos um exemplo, mas também a necessidade de se fazer mudanças no Congresso Nacional, que vem sendo usado para passar por cima de questões ambientais e de direitos e terras indígenas nos últimos anos", diz Joenia Wapichana, deputada federal pela Rede, de Roraima.
"Foi feita uma análise de que o momento é de eleger representantes indígenas. A gente reclama que não tem recursos para as comunidades, mas quem decide isso? Os parlamentares, que são muitas vezes eleitos com votos indígenas", completa ela (Joenia Wapichana), que tentará a reeleição.
"Há quatro anos já começamos esse diálogo sobre as candidaturas indígenas e, nesse ano, chegamos à conclusão de que não basta só apresentarmos candidatos para disputar os espaços, precisamos nos unir para indicar candidatos e candidatas para que essas tenham a força dos povos indígenas para ocupar esse lugar", afirma ela (Joenia Wapichana).
Para Kerexu Yxapyry, coordenadora executiva da Apib e pré-candidata pelo PSOL de Santa Catarina a deputada federal, a atuação política da comunidade indígena vem amadurecendo nos últimos anos. "Hoje nós temos menos pré-candidatos que em 2018, mas concentrando nomes com maior força", afirma.
"Foi um dos temas eleitos pela coordenação da Apib como prioritários. Um é o das demarcações, como sempre, e outro a questão de 'aldear a política', incentivar a participação indígena nas instâncias políticas", diz Luiz Eloy Terena, advogado e coordenador jurídico da Apib.
"Nossos caciques sempre defenderam que o movimento indígena não deveria se envolver com partidos. Mas nos últimos anos percebemos que, para chegar nos espaços de participação política, necessariamente temos que passar por isso. Então, desde 2018, se quebrou esse tabu", completa (Luiz Eloy Terena).
"garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as terras indígenas até o final de 2026" (APIB).
"Certamente os governos do PT não fizeram tudo o que deveria ser feito, mas certamente ninguém fez mais do que nós fizemos", disse (Lula).
O ex-presidente (Lula) disse que deixou a chefia do Executivo há 12 anos e que, nesse período, aprendeu "o que a gente sabe que fez, o que a gente sabe que não fez e o que poderia ter feito".
"E agora vocês me deram uma ideia. Ora, se a gente criou o Ministério da Igualdade Racial, se a gente criou o dos Direitos Humanos, se a gente criou o Ministério da Pesca, por que a gente não pode criar o ministério para discutir as questões indígenas?", afirmou (Lula).
"Não vai ser branco como eu ou uma galega como a Gleisi [Hoffmann]. Terá que ser um índio ou uma índia. Será alguém para poder dirigir da mesma forma que fizemos o Ministério da Igualdade Racial." (Lula)
"Vão falar, vão dizer: 'Ah, mas gastam muito. É preciso diminuir os ministérios'. Na verdade, o que eles não querem é que a sociedade esteja participando ativamente", prometeu (Lula).
"do jeito que os fascistas que estão no governo querem" (Lula).
"Hoje as notícias que a gente tem é de um governo que não tem escrúpulo para desaforar e ofender os povos indígenas, que deveriam ser respeitados", afirmou (Lula).
Lula disse que fará diferente a partir de 2022, se for eleito. "Quero dizer: ninguém neste país, se voltarmos ao governo, vai fazer qualquer coisa em terra indígena sem que haja concessão e concordância de vocês", afirmou (Lula).
Ele também disse que não é possível concordar com o raciocínio de que é preciso "queimar uma árvore para criar uma cabeça de gado" (Lula).
"Temos terras degradadas e temos que tirar proveito da nossa biodiversidade para vocês terem direito à vida digna", afirmou (Lula).

Quadro 8 – Discurso direto nas reportagens da Folha de S. Paulo

(conclusão)

Entre elas, está o "comprometimento e garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as terras indígenas até o final de 2026" (APIB).

Fonte: modificado de Gabriel (2022) e Teixeira (2022).

Quadro 9 – Discurso indireto nas reportagens da Folha de S. Paulo

Joenia e Kerexu ressaltam que o movimento indígena não é homogêneo, mas entendem que houve um importante avanço na articulação entre as diferentes frentes para a escolha das pré-candidaturas de acordo com sua maior possibilidade de eleição —tática clássica dentro da política tradicional.
--

Em pré-campanha para o Planalto, o petista tenta firmar oposição ao seu maior rival na corrida eleitoral, Jair Bolsonaro (PL), de longe o principal desafeto político das lideranças do acampamento.
--

Em contraposição ao rival, Lula prometeu dar aos indígenas um ministério próprio e seguir as reivindicações apresentadas pela Apib em uma carta.
--

Em sua fala, Lula fez um mea-culpa sobre o que deixou de ser feito quando esteve no governo federal, mas exaltou suas realizações para os indígenas.
--

Lula havia feito uma reunião fechada com líderes indígenas. No encontro, ele se comprometeu com as pautas da área e também havia sido cobrado pela questão da usina de Belo Monte, que é criticada pelas populações tradicionais.

Lula afirmou que seguirá as reivindicações apresentadas pela Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) em uma carta.

Fonte: modificado de Gabriel (2022) e Teixeira (2022).

Nessas manifestações do discurso relatado (quadros 8 e 9), podemos perceber nas falas de indígenas formações discursivas que buscam combater a colonialidade e o racismo intrínseco nas processo de colonização do Brasil. Na citação de Joenia e Kerexu “o movimento indígena não é homogêneo, mas entendem que houve um importante avanço na articulação entre as diferentes frentes para a escolha das pré-candidaturas de acordo com sua maior possibilidade de eleição” (GABRIEL, 2022), as citadas ressaltam uma característica da colonização, a de homogeneizar todos os povos originários, a fim de tentar igualar as pessoas, descaracterizá-las e rejeitar as diferenças. Ao afirmar que “o movimento indígena não é homogêneo”, as citadas trazem à tona um discurso decolonial, de combate a práticas coloniais. Depois dessa citação, o locutor fez o seguinte comentário sobre a fala delas: “tática clássica dentro da política tradicional”, apresentando uma modalização discursiva com a opinião dele sobre o assunto, que direciona a manifestação das indígenas não como um protesto político, mas como uma tática para conseguir destaque nas eleições.

Os discursos decoloniais apresentados foram encontrados nas citações de indígenas e de Lula, todavia não podemos afirmar que retratam o posicionamento do Portal Folha de S. Paulo. Conforme Maingueneau (1997), o emprego das citações é ambíguo, pois há uma concordância com o que é falado, por isso o cita, mas o

enunciador também cria uma barreira de proteção ao referenciar alguém, porque tira parte da responsabilidade pela ideia exprimida. O locutor, então, “se esconde” na ideia de outrem, alguém que está permitido a falar naquelas circunstâncias.

Assim, podemos observar um significativo espaço de fala dado aos indígenas na matéria intitulada “Acampamento em Brasília quebra tabu e impulsiona candidatura indígenas” (GABRIEL, 2022). Já na outra reportagem, não houve a referenciação de indígenas nenhuma vez. Por outro lado, o então pré-candidato Lula, foi referenciado quinze vezes, entre citações diretas e indiretas, o que corrobora com uma formação discursiva colonial, que utilizou um evento indígena como segundo plano para colocar as discussões eleitorais em pauta na reportagem.

Mesmo que nas falas do político sejam encontrados sinais anticoloniais, não podemos concluir que a Folha de S. Paulo siga o mesmo discurso decolonial. Considerando as duas reportagens analisadas, a quantidade de citações de Lula (não indígena) foi maior que a quantidade de referenciações indígenas, representados por Joenia Wapichana, Kerexu Yxapyry, Luiz Eloy Terena, Sônia Guajajara e a APIB. Juntos, os quatro indígenas mais a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, tiveram nove citações enquanto o político branco, sozinho, teve oportunidade de fala por quinze vezes. É um artifício colonial deixar de dar espaço de fala para os indígenas para priorizar o que Lula disse, considerando a contextualização de ser um evento nacional de mobilização indígena, o qual recebeu oito mil pessoas indígenas, representando mais de 200 povos étnicos (APIB, 2022).

Outro indicativo de que as reportagens tenham desviado das pautas indígenas do ATL para chamar atenção para o cenário eleitoral está no trecho: “o petista se comprometeu com pautas apresentadas pelas populações tradicionais e fez ataques ao presidente Jair Bolsonaro” (TEIXEIRA, 2022).

Outra formação discursiva presente nas citações é a da democracia – participação da população na política. Por oito vezes (será detalhado no Quadro 10), pelo interdiscurso, foram manifestadas ideias com o intuito de promover agentes políticos indígenas. Percebemos que participantes do ATL desfrutaram do evento para lançar candidaturas e para incentivar a participação ativa na política, o que foi reproduzido pelo portal analisado, como apresentado no Quadro 10:

Quadro 10 – Citações sobre representatividade indígena na política

"Era um tabu. Mudou o fato de termos um exemplo, mas também a necessidade de se fazer mudanças no Congresso Nacional, que vem sendo usado para passar por cima de questões ambientais e de direitos e terras indígenas nos últimos anos", diz Joenia Wapichana, deputada federal pela Rede, de Roraima.
"Foi feita uma análise de que o momento é de eleger representantes indígenas. A gente reclama que não tem recursos para as comunidades, mas quem decide isso? Os parlamentares, que são muitas vezes eleitos com votos indígenas", completa ela, que tentará a reeleição.
Para Kerexu Yxapyry, coordenadora executiva da Apib e pré-candidata pelo PSOL de Santa Catarina a deputada federal, a atuação política da comunidade indígena vem amadurecendo nos últimos anos. "Hoje nós temos menos pré-candidatos que em 2018, mas concentrando nomes com maior força", afirma.
"Há quatro anos já começamos esse diálogo sobre as candidaturas indígenas e, nesse ano, chegamos à conclusão de que não basta só apresentarmos candidatos para disputar os espaços, precisamos nos unir para indicar candidatos e candidatas para que essas tenham a força dos povos indígenas para ocupar esse lugar", afirma ela.
"Foi um dos temas eleitos pela coordenação da Apib como prioritários. Um é o das demarcações, como sempre, e outro a questão de 'aldear a política', incentivar a participação indígena nas instâncias políticas", diz Luiz Eloy Terena, advogado e coordenador jurídico da Apib.
"Nossos caciques sempre defenderam que o movimento indígena não deveria se envolver com partidos. Mas nos últimos anos percebemos que, para chegar nos espaços de participação política, necessariamente temos que passar por isso. Então, desde 2018, se quebrou esse tabu", completa
"garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as terras indígenas até o final de 2026".
"Certamente os governos do PT não fizeram tudo o que deveria ser feito, mas certamente ninguém fez mais do que nós fizemos", disse.

Fonte: modificado de Gabriel (2022) e Teixeira (2022).

Como verificamos nas citações, houve repetição do tema sobre representatividade indígena na política. Já mencionamos neste trabalho que os meios de comunicação e a política possuem ligação direta. Da mesma forma, ao incluir pautas sobre democracia, diálogo e participação da população, identificamos nas citações as formações discursivas que se preocupam com a presença ativa dos indígenas nas decisões políticas. O discurso reflete a ideologia decolonial apresentada nas falas dos indígenas, pois relevam temas valiosos para esta vertente de pensamento: a representação indígena na política, a autonomia dos povos originários, a democracia, inclusão de minorias historicamente discriminadas e a distinção entre as etnias (contrapondo a homogeneização). Contradizendo o discurso decolonial indígena, a matéria continua:

a importância dada ao tema aparece no mote do acampamento deste ano, 'demarcar territórios e aldear a política', e é expressiva para um movimento que, por muitos anos, rejeitou a ideia de entrar na política institucional – chamada por eles de a 'política do branco' (GABRIEL, 2022).

O locutor anuncia que os povos originários "rejeitaram a ideia de entrar na política institucional", sem mencionar as rejeições realizadas pelos brancos, as

interdições sofridas, a falta de oportunidade ou de espaços acolhedores para os indígenas ocuparem cargos políticos no Brasil. Vislumbramos, portanto, marcas do discurso colonial na Folha de S. Paulo, o qual corrobora a ideia de que os indígenas não entraram na política porque não quiseram, tirando a responsabilidade dos brancos e esquecendo do passado histórico colonial do Brasil que interditava o acesso de indígenas em posições de poder. Em continuação, o portal expõe que a política institucional é chamada pelos indígenas de a “política do branco”, uma expressão de protesto pela falta de representatividade da minoria na política.

Dessa forma, concluímos que as matérias analisadas apresentam uma filiação ideológica colonial, materializada pelos discursos com características coloniais, divergindo das citações indígenas utilizadas nos textos. Ao oferecer espaço para a fala direta para representantes dos povos originários, o discurso apresenta uma característica decolonial, no entanto, verificamos que as reportagens direcionaram para assuntos eleitorais, deixando de tratar as outras pautas do ATL (territórios, povos isolados, fortalecimento da mulher, diversidade indígena, desigualdade e discriminações), apenas enfatizando as candidaturas políticas e as eleições.

5.5 REVISTA FÓRUM

A Fórum é uma revista digital, criada em 2001 em Porto Alegre/RS, inspirada no Fórum Social Mundial. A versão física teve circulação até 2013. Hoje conta apenas com a versão *online*. A revista foi a oitava colocada no ranking de audiências *online*, utilizado como parâmetro neste trabalho para a seleção do *corpus*, com o alcance mensal de mais de 46 mil pessoas. Ela se apresenta como tendo uma ligação com os movimentos sociais (REVISTA FÓRUM, c2023), diferenciando-se, assim, dos outros meios de comunicação analisados. Além disso, foi uma escolha metodológica incluir uma revista que anuncia ter uma linha editorial contra-hegemônica, diferenciando-se dos outros noticiários analisados, com o fim de compará-los em busca de semelhanças e diferenças no processo discursivo.

Continuando nossa análise acerca da representação indígena na mídia, examinamos as matérias publicadas pela Fórum relacionadas ao Acampamento Terra Livre. Ao todo, foram cinco reportagens, com os seguintes títulos:

Quadro 11 – Título das reportagens da Revista Fórum

A emergência popular com Lula
Fala de Lula sobre revogar medidas de Bolsonaro contra indígenas repercute no mundo
Lula promete revogar todas as medidas do governo Bolsonaro sobre Terras Indígenas
A demarcação indígena na política
Vídeo: mulheres indígenas são alvos de comentário sexista da PM do DF

Fonte: elaborado pelos autores.

Pela observação dos títulos das matérias, podemos constatar que foi dado um destaque ao ex-presidente Lula, quando ele participou da mobilização. Questões sobre a disputa eleitoral presidencial foram retratadas também nos textos das reportagens. A vinculação da mídia com a política foi aprofundada no nosso referencial teórico e pode ser verificada nos textos analisados. Por outro lado, vislumbramos a chamada de duas reportagens que não mencionaram o Lula, mas sim destacaram as mulheres indígenas e a demarcação de terras, portanto a produção discursiva não se limitou às questões eleitorais, mas também representou demandas pleiteadas pelos indígenas. Não só pelos títulos, mas também nos textos, percebemos que as eleições presidenciais foram assunto nas reportagens, mas as pautas reivindicadas pelos indígenas no Acampamento também estavam presentes, o que será detalhado no decorrer da análise.

As metáforas encontradas nas matérias foram: a) “caras pautas”, no sentido de valorizar a causa indígena, por ser uma discussão enriquecedora; b) “desgoverno”, ao se referir ao governo de 2022, por considerar que não estava sendo uma administração adequada; c) “flechada atrás da outra no coração da nossa ancestralidade”, manifesta que os políticos de 2022 estavam ferindo a cultura indígena; d) “iluminar a treva mais profunda”, para se referir ao governo e as políticas adotadas contra os povos originários. Observamos que as metáforas foram utilizadas para levar ao texto palavras do cotidiano indígena como “ancestralidade” e “flecha”, fazer uma associação ao assunto, além de levantar questões políticas relacionadas ao governo de Bolsonaro.

Em continuação, o locutor usa a palavra “índios”, na frase: “somos todos um pouco índios” (ROCHA, 2022). Apesar de ter um contexto decolonial no sentido de reconhecer a ancestralidade indígena do brasileiro, o termo utilizado é pejorativo, pois homogeneíza os povos originários, trazendo ao discurso uma memória colonialista. Além disso, a palavra citada carrega discursos preconceituosos, os quais associam a

imagem do indígena com estereótipos, como visto no nosso referencial teórico. Considerando os ensinamentos da ADF, a palavra não deve ser considerada sozinha, descontextualizada, mas inserida no texto e no seu ambiente social. Assim, a expressão “somos todos um pouco índios” utilizada reproduz o preconceito contra os indígenas, mesmo estando inserida em reportagens com formações discursivas decoloniais, majoritariamente.

Percebemos as marcas textuais da heterogeneidade mostrada, mediante citações diretas (QUADRO 5) e indiretas (QUADRO 6):

Quadro 12 – Discurso direto nas reportagens da Fórum

"O Mercadante não precisa mais ficar preocupado em montar um programa para os povos indígenas, ele já está pronto. Esse programa será construído por vocês", disse Lula sob aplausos.
Lula afirmou que os "governos do PT não fizeram tudo, mas certamente ninguém fez mais do que a gente. E o mais grave é que praticamente tudo o que nós fizemos foi desmontado. Um governo [Bolsonaro] que não tem escrúpulos, que ofende os povos indígenas. Os indígenas não são os invasores. Eles já estavam aqui quando os portugueses chegaram em 1500."
Para o líder petista, é preciso "dialogar com a sociedade brasileira", pois "os brasileiros têm que perceber que vocês têm o direito de reivindicar e nenhum fazendeiro tem o direito de invadir espaço indígena, não tem o direito de plantar soja de forma ilegal. Esse país tem terra demais, não é necessário invadir, muito menos garimpar".
"Tudo que foi decreto [do governo Bolsonaro sobre Terra Indígenas] será revogado imediatamente", disse Lula, que ainda afirmou que o governo federal tem de atuar para a proteção das floretas.
"Ninguém vai mexer em Terra Indígena sem que haja a concordância de vocês. Vocês me deram uma ideia: vamos criar um Ministério para discutir as questões indígenas. Não queremos invasão de Terra Indígena. Só tem uma razão para eu voltar: para fazer mais e melhor do que os governos anteriores."
Por fim, Lula falou sobre a perseguição política que ele e a ex-presidenta Dilma Rousseff sofreram. "Cassaram a Dilma com um impeachment mentiroso, inventaram uma história para me prender e cá estamos nós de novo. Nós venceremos outra vez e os povos originários vencerão com a gente", finalizou Lula.
Já a agência Reuters escreve que "Bolsonaro está atrás de Lula nas primeiras pesquisas antes da eleição de 2 de outubro. O presidente prometeu em 2018 não reconhecer um único centímetro de terra de reserva indígena, ganhando o apoio do poderoso lobby agrícola do Brasil".

Fonte: modificado de Mercadante (2022), Longo (2022); Hailer (2022a, 2022b) e Rocha (2022).

Quadro 13 – Discurso indireto nas reportagens da Fórum

(continua)

A principal bandeira de luta permanece sendo a questão territorial. Os povos indígenas exigem a demarcação de seus territórios originais. Hoje, dos 13% do território do país que estão demarcados, apenas 2% não estão na região Norte. A luta é pela demarcação principalmente deterras nas outras quatro regiões do país.
Além disso, os indígenas continuam em alerta para o julgamento do chamado Marco Temporal no STF, previsto para ser retomado em julho
Tal expressão maior dos povos originários colocou na pauta a luta contra os retrocessos do desgoverno Bolsonaro, que vem enfraquecendo os órgãos e as políticas de defesa ao meio ambiente e proteção aos povos indígenas.
Os povos indígenas também se posicionaram contra as milícias rurais, o garimpo, a extração ilegal de madeira e o agronegócio predatório e ultrapassado de exploração unilateral e desmedida dos recursos naturais, que muitas vezes invadem ilegalmente os territórios indígenas já demarcados

Quadro 13 – Discurso indireto nas reportagens da Fórum

(conclusão)

Relatório da Hutukara Associação Yanomami apontou que o garimpo naquela terra indígena cresceu 46% em 2021, depois de já ter aumentado 30% no ano anterior. Há relatos da criação de vilas internas de garimpeiros ilegais dentro da maior área indígena do país.

O ex-presidente defendeu a autonomia indígena sobre suas terras, assumiu o compromisso de que todas as iniciativas em territórios indígenas passariam pela consulta e anuência prévia das comunidades e anunciou a criação de um ministério para tratar dos interesses indígenas. Além disso, propôs a criação do “Dia do Revogaço” para pôr fim a decretos e agressões patrocinados pelo governo Bolsonaro, completamente insensível às demandas dos povos originários.

Lula propôs uma ampla negociação tripartite para uma nova legislação trabalhista, que resgate os direitos dos trabalhadores, permita o fortalecimento dos sindicatos e estabeleça um novo padrão de negociação coletiva. Além disso, defendeu uma reforma tributária justa e solidária, com a taxaço progressiva da renda.

Lula participou de evento no Acampamento Terra Livre, em Brasília, que reúne representantes dos povos originários de todo o país e, na ocasião, afirmou que fará um dia de “revogaço” para retomar políticas em prol dos direitos dos indígenas.

Fonte: modificado de Mercadante (2022), Longo (2022); Hailer (2022a, 2022b) e Rocha (2022).

As outras vozes presentes no discurso da revista analisada foram observadas pelas citações retratadas. Por meio dessas, diferentes discursos se apresentam, conforme o entendimento de Maingueneau sobre interdiscursividade. Passaremos para as formações discursivas e ideológicas identificadas. No trecho: “O Mercadante não precisa mais ficar preocupado em montar um programa para os povos indígenas, ele já está pronto. Esse programa será construído por vocês” (HAILER, 2022a), ao citar diretamente o então candidato Lula, há o reconhecimento da autonomia indígena, então a citação reproduz um discurso anticolonial (FD decolonial). No entanto, ao colocar o Lula para falar sobre questões indígenas, há, na revista, uma produção discursiva com traços coloniais, já que quem foi autorizado a expressar foi um branco, mesmo para falar sobre os povos originários.

Em nenhum momento houve citação direta de indígenas para falar sobre o Acampamento Terra Livre. Foi utilizado o recurso das citações indiretas, apresentando algumas reivindicações do evento, no entanto em nenhum momento o espaço de fala foi diretamente dado a esta minoria. Nas citações indiretas, o locutor usa as próprias palavras para remeter às ideias de outrem, compartilhando a responsabilidade pelo enunciado.

As duas principais demandas do ATL foram: a demarcação de terras indígenas e “aldear” a política, ou seja, passar a ter representatividade, por candidatos(as) indígenas e pessoas participativas nas decisões públicas. A corrida eleitoral foi sim

tratada pela Revista Fórum, a presidencial e a possibilidade de candidaturas indígenas. Como já mencionado, as reportagens deram voz a Lula, e suas falas ocuparam a maior parte das citações diretas:

Governos do PT não fizeram tudo, mas certamente ninguém fez mais do que a gente. E o mais grave é que praticamente tudo o que nós fizemos foi desmontado. Um governo [Bolsonaro] que não tem escrúpulos, que ofende os povos indígenas. Os indígenas não são os invasores. Eles já estavam aqui quando os portugueses chegaram em 1500 (LONGO, 2022);
Ninguém vai mexer em Terra Indígena sem que haja a concordância de vocês. Vocês me deram uma ideia: vamos criar um Ministério para discutir as questões indígenas. Não queremos invasão de Terra Indígena. Só tem uma razão para eu voltar: para fazer mais e melhor do que os governos anteriores (LONGO, 2022).

Ao utilizar as palavras “invasão” e “invasores” para falar sobre as terras indígenas, as memórias discursivas relativas ao processo de colonização vêm à tona, tendo em vista que o discurso histórico e hegemônico não expressa a ideia de invasão dos colonizadores, mas sim de descoberta de um povo e de um lugar que seriam cuidados pelos europeus. O pensamento decolonial, o qual defende que houve exploração dos povos e invasão ao território, está sendo diretamente retratado nas citações. Logo, há traços da formação discursiva decolonial.

Além disso, outra formação discursiva presente nas citações das matérias analisadas é a de característica ambientalista, exemplificada por “‘tudo que foi decreto [do governo Bolsonaro sobre Terra Indígenas] será revogado imediatamente’, disse Lula, que ainda afirmou que o governo federal tem de atuar para a proteção das floretas” (HAILER, 2022a).

E a FD de valores democráticos foi observada nas falas de Lula, valorizadoras da inclusão da população nas decisões públicas e de participação ativa das pessoas, neste caso, da minoria indígena, utilizando a expressão diálogo e reivindicar: “Para o líder petista, é preciso ‘dialogar com a sociedade brasileira’, pois ‘os brasileiros têm que perceber que vocês têm o direito de reivindicar’ (HAILER, 2022a). Como já dito anteriormente, o discurso democrático foi associado à Lula nas campanhas eleitorais de 2022. Em contrapartida, a palavra “empreendimento” nos remete ao discurso neoliberal utilizado pelo outro pré-candidato à presidência e foi utilizada na citação:

As reivindicações do acampamento envolvem ainda a retomada dos processos de demarcação das terras indígenas, bem como a rejeição ao Projeto de Lei 191/2020, que libera a mineração e outros empreendimentos

em terras indígenas, e a preservação dos direitos dos povos isolados e da identidade e da cultura indígenas (MERCADANTE, 2022).

Nas reportagens da Revista Fórum, o locutor modalizou os discursos, apresentando comentários pessoais (e da Revista) sobre o cenário político do país. Ele revelou um discurso contra o governo Bolsonaro, que estava no poder na época, por considerá-lo prejudicial aos povos indígenas, protagonistas do evento ATL. Exemplo pela citação: “O governo Bolsonaro é o primeiro, desde a redemocratização do Brasil, a não demarcar nenhuma terra indígena. E não só estimula, mas é aliado explícito das atividades ilegais e predatórias em terras indígenas” (MERCADANTE, 2022); além de associar expressões de cunho negativo com o governo como: a) ao se referir ao governo, mencionava “desgoverno” b) “retrocessos do desgoverno”, c) “tese absurda” (ao falar da votação do Marco Temporal, que foi proposto pelo governo), d) “governo mais cruel da história do país”.

Por outro lado, o locutor da Revista Fórum demonstrou apoio às reivindicações indígenas, por comentários nas reportagens: “pouco a comemorar e muito a resistir” (ROCHA, 2022), se referindo aos povos originários e ao ATL, “a luta indígena merece todo nosso apoio” (ROCHA, 2022), “uma única e valente deputada federal” (ROCHA, 2022), ao citar a indígena Joênia Wapichana. Esses foram exemplos de frases colocadas nas matérias manifestando o posicionamento da Revista alinhado aos indígenas, apresentando, portanto, uma formação discursiva decolonial e antirracista.

As demandas apresentadas no ATL pelos indígenas foram representadas nas matérias da Revista Fórum, com um posicionamento aparente anticolonialista e antirracista, em defesa das causas indígenas e contra o governo que estava no poder em 2022. Mesmo assim, notamos características coloniais como a falta de citação direta de pessoas indígenas e a utilização da palavra “índios”, a qual carrega memórias preconceituosas em relação aos povos originários. Desta forma, compreendemos que, mesmo se autodeclarando favorável aos movimentos sociais, a Revista Fórum também carrega traços colonialistas, por pertencer a uma sociedade estruturalmente racista e que passou por um processo colonizatório que deixou marcas. O discurso é complexo, composto por outros enunciados que o atravessam e carrega memórias externas ao texto, complementando a profundidade do que foi dito. Desta forma, as reportagens analisadas desta Revista apresentaram formações

discursivas decoloniais, em predominância, no entanto também continham atributos coloniais.

5.6 COMPARAÇÃO ENTRE AS REPORTAGENS ANALISADAS: REPRESENTAÇÃO INDÍGENA E A COLONIALIDADE

Para fazer as comparações entre as reportagens analisadas, organizamos a discussão pelos seguintes pontos: 1) em quais sites jornalísticos os indígenas foram convidados a falar; 2) se eles foram posicionados ativamente politicamente ou se foram reportados como dependentes dos brancos; 3) quem foram as pessoas autorizadas a falar no lugar dos indígenas; 4) as discussões de interesse político foram de acordo com as reivindicações do ATL ou houve apropriação do evento para falar sobre as eleições presidenciais; 5) quais formações discursivas apareceram?

O discurso direto, uma das categorias de análise utilizadas neste trabalho, é um recurso que traz ao texto outras pessoas, fazendo com que o primeiro locutor seja o “porta-voz” de um enunciado de outra pessoa, tirando parte da responsabilidade pelo dito, pois revela quem falou e quais as palavras utilizadas. Constatamos que todas as reportagens analisadas utilizaram a citação direta para trazer o discurso externo ao texto, formando uma rede interdiscursiva. Ao referenciar outros enunciadorees, o locutor chama e dá espaço para que outros discursos sejam expressos.

Verificamos, nos textos analisados, que a citação foi um recurso utilizado por todas as reportagens analisadas para dar espaço para a fala de Lula e levar aos textos questões relacionadas à disputa eleitoral. O Portal G1, UOL e Folha de S. Paulo utilizaram as citações diretas como formas de dar lugar de fala também aos indígenas. Citaram falas de Sonia Guajajara (Portal G1, UOL e Folha de S. Paulo), Alessandra Munduruku (UOL), Karina (UOL), Ivo Macuxi (UOL), Joenia Wapichana (Folha de S. Paulo), Kerexu Yxapyry (Folha de S. Paulo) e Luiz Eloy Terena (Folha de S. Paulo). Essas referências apresentaram um posicionamento decolonial pelos indígenas, mas devemos distinguir quais FDs revelam o pensamento dos citados e quais FDs são dos portais noticiários.

De forma contrária, as Revistas Veja e Fórum não utilizaram por nenhuma vez os discursos diretos de indígenas para reportar o Acampamento Terra Livre. A segunda revista mencionada, citou indiretamente os povos originários, no entanto não

disponibilizou o espaço de fala direta aos protagonistas do evento. Apesar disso, a Fórum apresentou as demandas discutidas pelos indígenas no ATL, revelou um posicionamento de apoio à minoria e contra o governo de Bolsonaro.

Para a ADF, o posicionamento dos sujeitos importa no texto. Ao comparar as matérias, averiguamos que o Portal G1, UOL, Folha de S. Paulo e Revista Fórum colocaram os indígenas como detentores de direitos, atores políticos, sujeitos ativos nas manifestações. Em contrapartida, a Revista Veja priorizou reportar o então pré-candidato Lula, que foi a pessoa que foi autorizada a falar e a agir no processo discursivo, apenas se referindo aos povos originários como sujeitos passivos, agentes recebedores das ações pleiteadas por Lula. Dessa forma, predominantemente eles foram representados como sujeitos ativos, indo de encontro às memórias discursivas que retratam os indígenas como dependentes dos brancos e sem autonomia.

Todos os portais examinados utilizaram Lula como interlocutor de demandas indígenas reivindicadas no ATL. Ao fazer isso, revelam uma formação discursiva colonial, pois Lula é fenotipicamente branco e não era um dos indígenas protagonistas do evento. Foram dez dias de reivindicações, com a presença de oito mil indígenas representando mais de duzentas etnias (APIB, 2022) e as matérias midiáticas analisadas deram espaço de fala para o político. Percebemos, assim, as razões do protesto indígena sobre “a política dos brancos”: pela dificuldade de acesso em espaços historicamente ocupados por brancos, contando com as barreiras sofridas também pelos meios de comunicação.

Em menor quantidade, houve citações diretas e indiretas de indígenas, mas nenhum dos portais analisados apresentou matérias só com indígenas (considerando o conjunto de reportagens cada site). Assim as matérias analisadas utilizaram um artifício colonial e racista, na medida em que interdita a fala indígena para dar lugar à fala do então pré-candidato à presidência, conforme os ensinamentos de Foucault sobre as exclusões discursivas e de Orlandi sobre o consequente silenciamento indígena por causa das interdições.

As eleições presidenciais de 2022 aconteceram seis meses depois do ATL, em outubro de 2022. Na data do evento, os pré-candidatos ainda não eram formalmente candidatos, mas já deixavam evidenciadas as intenções. Os nomes de destaque eram de Lula e de Bolsonaro, o que foi trazido pelas reportagens de todas os portais analisados. A Revista Veja foi a única que não trouxe à tona outras pautas discutidas no Acampamento, como as discriminações sofridas em razão da etnia, a campanha

para aumentar a representatividade indígena na política, o enaltecimento das mulheres indígenas, entre outros assuntos abordados. A Veja apenas reportou assuntos mencionadas pelos políticos na disputa eleitoral.

Os portais G1, UOL, Folha de S. Paulo e a Revista Fórum apontaram as candidaturas indígenas e reforçaram uma das pautas do ATL, que foi aumentar a representação indígena nos setores públicos. Por meio das referências, apontaram cargos políticos e pretensão de candidaturas dos povos originários, que aproveitaram o evento realizado para divulgar esses projetos. A Revista Veja tratou das eleições presidenciais, noticiou sobre a disputa entre Lula e Bolsonaro, mas não apresentou a pretensão eleitoral dos indígenas para outras funções.

Mesmo a Revista Fórum, que se diz contra hegemônica e a favor dos movimentos sociais, fez uso de recurso colonial para representar os indígenas (não fez citações diretas de indígenas e colocou uma pessoa branca para falar no lugar deles, além de utilizar a palavra pejorativa “índios”), o que mostra que as memórias coloniais são socialmente compartilhadas mesmo por quem se posiciona publicamente de forma contrária. A partir de ensinamentos de Almeida (2019) e Schwarcz (2012) compreendemos que o racismo faz parte da estrutura da sociedade brasileira desde o processo de colonização pelos europeus.

O pensamento colonial discrimina os negros e indígenas, a fim de inferiorizá-los, como meio de dominação e controle da população. Mesmo depois do fim da colonização do Brasil, houve a perpetuação de práticas e memórias coloniais, o que é chamado de colonialidade (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005). A ideologia racista e colonial está enraizada na sociedade, mas pode sofrer modificações com o auxílio dos discursos midiáticos e da sociedade, pelo compartilhamento de ideias antirracistas e decoloniais.

A partir da investigação acerca da produção discursiva, das pessoas autorizadas a falar e dos assuntos permitidos nas reportagens, percorremos o caminho desde o discurso até as formações ideológicas. A ideologia, pelos ensinamentos de Pêcheux, é pensada em relação à linguagem e é entendida como uma força de dominação que dirige as pessoas por meio do imaginário coletivo (FREIRE, 2021). A manifestação da ideologia se dá por meio da linguagem, pelos discursos. Ao observarmos, no nosso *corpus* de pesquisa, as FDs decolonial, colonial, democrática e ambientalista, percebemos um sistema de ideias (FI) compartilhadas

pela sociedade brasileira com valores colonialistas, mesmo que carregando algumas características decoloniais.

Em suma, depreendemos da análise que a representação indígena não foi uniforme entre os portais analisados, mas observamos que características coloniais estiveram presentes em todos os *sites* analisados. A revista Veja apresentou um posicionamento bastante colonial, não utilizou nenhum instrumento decolonial no decorrer das reportagens e usou o evento para promover informações eleitorais. O portal G1 também aproveitou o espaço das reportagens para discorrer acerca da política e da disputa eleitoral presidencial, apresentou menor quantidade de traços coloniais e decoloniais em relação aos outros portais examinados. Já o portal Uol foi predominantemente decolonial em suas matérias, no entanto também apresentou aspectos coloniais nas citações de Lula e ao utilizar o ATL para retratar a disputa política. Em contrapartida, a Folha de S. Paulo usou expressões coloniais e racistas e deu mais espaço de fala para Lula do que para os indígenas, apresentou discurso decolonial apenas nas citações. Por fim, a Revista Fórum foi majoritariamente decolonial nos seus discursos, no entanto também apresentou nuances coloniais com citações de brancos, pela falta de referências indígenas e ao utilizar a palavra “índios”.

Desta forma, concluímos que as formações discursivas não foram uniformes, pois apresentaram características de outros discursos, pelo atravessamento de enunciados pelo interdiscurso. Cada *site* jornalístico possui suas particularidades, mas todos, em maior ou menor escala, dispuseram de aspectos coloniais, ratificando nossas pesquisas sobre a perpetuação do colonialismo mesmo após a independência do Brasil e sobre o racismo estruturar a sociedade brasileira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, objetivamos compreender a representação da causa indígena em reportagens sobre o Acampamento Terra Livre de 2022, por meio da análise de reportagens publicadas em *sites* de notícias, com base no quadro teórico-metodológico a Análise de Discurso Francesa, em conjunto da abordagem decolonial de pesquisa. O contexto histórico brasileiro é de discriminação dos povos indígenas, desde quando houve a colonização do país pelos europeus, depois continuada pela perpetuação de práticas preconceituosas e racistas. Há, na sociedade, memórias compartilhadas coletivamente que influenciam na formação da população ao mesmo tempo em que é modificada conforme as mudanças sociais. A memória coletiva é adaptável à sociedade e uma das formas de atualizar é pela disseminação de informações pela mídia, já que as ideias são transmitidas em grande escala e possuem poder de influenciar na coletividade.

Diante dessas discussões, nos propomos a questionar como as matérias jornalísticas têm retratado as reivindicações indígenas recentemente (mais especificamente em abril de 2022). Assim, passamos à pergunta-guia das nossas análises: como se deu a construção de sentidos na representação dos povos indígenas nas reportagens sobre o Acampamento Terra Livre de 2022?

A interpretação e a descrição da construção de sentidos nas notícias sobre o Acampamento Terra Livre de 2022 foram realizadas no momento da análise, pelo método sugerido por Orlandi (2009), o qual expõe o processo discursivo, quais assuntos são permitidos falar e por quem, detalhando ao leitor como se deu as escolhas para as formações discursivas. Os discursos encontrados espelham as formações ideológicas que agem sobre a sociedade, constituindo o imaginário coletivo com as crenças socialmente compartilhadas.

O objetivo geral da nossa pesquisa foi compreender a representação da causa indígena em reportagens sobre o Acampamento Terra Livre de 2022. Para conseguir isso, seguimos os objetivos específicos: 1) analisar os textos das reportagens e seus aspectos linguísticos formais; 2) explorar as categorias de análise: citações diretas e indiretas, palavras entre aspas, as metáforas e as paráfrases; 3) examinar a produção discursiva das reportagens: interpretar os sentidos e identificar as formações discursivas e ideológicas presentes; 4) comparar as reportagens que compõem o *corpus* de análise, em busca de semelhanças e diferenças na forma de representação

da causa indígena. Utilizando o quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso Francesa para analisar os dados obtidos, conseguimos percorrer os cinco objetivos específicos.

Concluimos que a representação indígena se deu com diferenças, quando comparamos os cinco portais de notícias analisados, apresentando uma formação discursiva colonial, com citações que trouxeram traços decoloniais às reportagens. As formações discursivas não contêm limites definidos (MAINGUENEAU, 2015), fazendo com que não tenha apenas uma formação discursiva, mas um emaranhado de enunciados que podem conter características discursivas e ideológicas diferentes. Dessa forma, notamos que houve repetição de aspectos coloniais em todo o *corpus* examinado, corroborando com nossos estudos sobre colonialidade e racismo estrutural no contexto brasileiro. Mesmo assim, notamos discursos decoloniais no decorrer da análise.

Além disso, outras formações discursivas apareceram ao retratar o ATL: questões sobre democracia, participação ativa na política dos indígenas e preservação ambiental foram reportadas nas matérias, explicando a ideologia que defende a igualdade entre os povos, a representação de indígenas na política, além da demarcação de terras indígenas e conservação do meio ambiente. Ademais, o portal G1, o UOL e a Folha de S. Paulo deram oportunidade de fala (por meio da citação direta) para que os próprios indígenas expressassem suas pretensões. Já nas matérias de Veja e Fórum, o indígena não foi convidado a falar diretamente, Lula foi citado como interlocutor dos indígenas, revelando sinais de uma memória discursiva colonial, na qual o indígena não tem autonomia para falar por si.

Nos textos, observamos o emaranhamento de discursos externos, trazendo informações de outros enunciadores, pelo interdiscurso. Não apenas as citações foram consideradas, mas também as palavras entre aspas, as metáforas e as paráfrases encontradas nas matérias.

Verificamos que os portais de notícias utilizaram as reportagens sobre evento Acampamento Terra Livre para expor informações sobre as eleições que seriam realizadas seis meses após. Os próprios políticos aproveitaram do evento para divulgação de campanhas eleitorais, deixando o ATL como “pano de fundo” dessas discussões. A relação entre a mídia e a política foi explorada em nosso trabalho, chamou nossa atenção o fato de as repercussões eleitorais terem se destacado enquanto as pautas discutidas no evento tiveram menores proporções nas matérias,

algumas reportagens sendo exclusivamente sobre as eleições presidenciais, mesmo que a chamada fosse para retratar o ATL.

Em relação às limitações do trabalho, ao propor análise de discursos de mídia, sabemos da infinitude de possibilidades dentro desta proposta de pesquisa, pois existem vários meios de comunicação: rádio, televisão, jornal, revistas, redes sociais. Ademais, há distinção entre os impressos e os digitais. Ao construir nosso *corpus* de análise, fizemos um recorte e nos propusemos a analisar reportagens publicadas em sites jornalísticos que têm expressiva audiência, logo alcançam uma quantidade significativa de pessoas, para então refletirmos sobre como as matérias jornalísticas representam os indígenas e quais memórias discursivas se mantêm ativas na produção do discurso. Tivemos a preocupação de incluir diferentes portais informativos, de diferentes posicionamentos políticos e de mercado, para fomentar a discussão e as comparações. Mesmo assim, é uma dificuldade afirmar que o posicionamento geral da mídia pode ser compreendido nos cinco sites analisados.

Em contrapartida, a AD manifesta no sentido de entender o funcionamento da linguagem nos textos escolhidos para a análise, não se importando com a quantidade, mas sim com os sentidos exteriorizados nas formações discursivas, refletindo das formações ideológicas. Quanto ao objeto de estudo, nos propusemos analisar matérias sobre um evento de âmbito nacional, que chamou atenção dos noticiários e teve repercussão nas mídias, com o fim de alcançar nosso objetivo geral de pesquisa. Mas sabemos que ao analisar outros eventos poderíamos chegar a outras interpretações, por isso não pretendemos generalizar os resultados aqui obtidos.

Em suma, contribuímos com a interpretação de dados jornalísticos de 2022, complementando as pesquisas sobre representação indígena na mídia com dados mais recentes. Ademais, discutimos como se dão as manifestações linguísticas do preconceito contra os povos indígenas, já que o racismo no Brasil é velado (SCHWARCZ, 2012), então as marcas dessas discriminações nem sempre são evidentes. Entendemos que mudar este cenário requer medidas estruturais e é um processo que demanda tempo.

A nossa pesquisa resultou na apresentação de marcas da colonialidade que perduram nos textos midiáticos, por meio de memórias discursivas racistas manifestadas nas reportagens analisadas. Pesquisas anteriores apresentaram uma imagem racista e estereotipada dos indígenas sendo disseminadas por jornais

(BARBOSA, 2010), além de uma imagem associando os povos originários à violência, mostrando os silenciamentos e exclusões desta minoria pela mídia pernambucana (MELO, 2003). As nossas análises indicaram que as discriminações contra os povos indígenas continuaram pelo silenciamento de suas vozes, pela falta de espaço de fala nas reportagens, pelo uso de vocabulário pejorativo como “índio” e pela apropriação das matérias sobre o ATL para promover a eleição presidencial. Todavia não houve a associação dos indígenas com a violência, contradizendo a pesquisa de Melo (2003). Apesar de conter traços coloniais e racistas em todos os *sites* analisados, também verificamos aspectos decoloniais nos textos, o que foi detalhado na análise. Dessa forma, concordamos com Rubim (2021) ao afirmar que houve inclusão da população indígena em algumas reportagens, colaborando com o protagonismo e autonomia deles, o que indica um progresso cultural em relação às discriminações indígenas.

Como visto nas reportagens analisadas, a causa indígena é composta por várias demandas: a busca pelo reconhecimento de territórios, pela igualdade social em relação ao branco, pelos direitos dos povos isolados, pelo combate às discriminações de gênero e sexualidade juntamente com o preconceito étnico, melhor qualidade de vida sem precisar ir para os centros urbanos, para educação e saúde de qualidade chegar nas comunidades indígenas, além de respeito à cultura e singularidade de cada etnia. Eles lutam também por mais representatividade na política e contra as ações ilegais dos garimpos em suas terras. Desse modo, é necessário trazer essas discussões para o meio acadêmico, a fim de propagar as ideias, discutir soluções, para posteriormente ter condições de propor políticas públicas que auxiliem na diminuição da desigualdade social.

O momento político em que ocorreu o ATL 2022 era de um desmantelamento das políticas afirmativas indígenas, sem nenhuma previsão de ajustamentos. Como mostra o relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil (CIMI, 2023): “tendo como foco o último governo federal, no quadriênio de 2019 a 2022, verifica-se o aumento crescente e assustador da violência contra os povos indígenas, já que era esse um projeto de governo que foi disseminado por toda a sociedade brasileira.” O relatório apresenta a quantidade de 2.335 óbitos de indígenas e ainda constata 3.552 mortes de crianças de até quatro anos, de 2019 a 2022. Falecimentos por covid-19, por desnutrição, por contaminação pelo mercúrio decorrente de garimpo, por violências físicas e sexuais, por disputas territoriais e invasões.

Como verificamos na análise, poucas reportagens (apenas as da Revista Fórum e da UOL) situaram o contexto social dos indígenas, então faltaram informações acerca das dificuldades sofridas pelos povos originários durante o governo de Bolsonaro, como a elevada quantidade de mortes indígenas citada no parágrafo anterior. A veiculação dessas informações pela mídia é relevante, pois contribui para que tenha conscientização da população, formação do imaginário social e para que as demandas cheguem ao poder público.

Como direcionamentos futuros, entendemos a relevância da continuidade da pesquisa, com a inclusão de análises discursivas de políticas públicas para os povos indígenas, para complementar o debate acerca do racismo linguístico. Também visamos a possibilidade de estudos de outros tipos de mídia, como a televisão e as redes sociais, para compreensão de como são as representações indígenas em outros meios de comunicação e contextos. Debater as reivindicações indígenas no meio acadêmico coloca o assunto em pauta e visa proporcionar reflexões acerca da sociedade, para, futuramente, pensarmos em mecanismos de intervenção e mudança.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- ANDRADE, Ian Rebouças de; NUNES, Márcia Vidal. Mídia Ninja e a comunicação contra hegemônica. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 2, ed. 24. 2021.
- REVISTA ACAMPAMENTO TERRA LIVRE, Brasília: APIB, 2022. Anual. Disponível em: <https://apiboficial.org/atl2022/> . Acesso em: 24 nov. 2022.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(S) Enunciativa(S). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 25–42, 2012.
- BARBIÉRI, Luiz Felipe; HANNA, Wellington. Lula fala em criar ministério para questões indígenas se eleito presidente. **G1**, Brasília, DF, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/04/12/lula-sugere-criacao-de-ministerio-para-questoes-indigenas-se-eleito-presidente.ghtml> . Acesso em: 24 nov. 2022.
- BARBOSA, Elisângela Dias. **A questão indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita**: do estereótipo ao racismo. 2010. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução: Carmen C, Varriale *et al.* Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1.
- BONIN, Robson. Em discurso para indígenas, Lula já fala em criar mais um ministério. **Revista Veja**, São Paulo, 12 abr. 2022a. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/em-discurso-para-indigenas-lula-ja-fala-em-criar-mais-um-ministerio/>. Acesso em: 25 nov. 2022.
- BONIN, Robson. ‘Nenhum fazendeiro tem direito de invadir terra indígena’, diz Lula. **Revista Veja**, São Paulo, 12 abr. 2022b. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/nenhum-fazendeiro-tem-direito-de-invadir-terra-indigena-diz-lula/>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução: Angela M.S.Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**: dados de 2022. 2022. Disponível em:

<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2023.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Da literatura indianista à literatura indígena. **Fênix: revista de história e estudos culturais**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 619-641, 2020.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DUTRA, Manuel Sena. **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

G1 DF. Acampamento indígena Terra Livre, considerado o maior do país, começa em Brasília. **G1**, Brasília, DF, 2022a. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/noticia/2022/04/04/acampamento-indigena-terra-livre-considerado-o-maior-do-pais-comeca-em-brasilia.ghtml> . Acesso em: 24 nov. de 2022.

G1 DF. Indígenas protestam em Brasília contra projetos de lei que liberam exploração de terras. **G1**, Brasília, DF, 2022b. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/04/06/indigenas-protestam-em-brasilia-contr-projetos-de-lei-que-liberam-exploracao-de-terras.ghtml> . Acesso em: 24 nov. de 2022.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América latina**. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREIRE, Sérgio. **Análise de Discurso: procedimentos metodológicos**. 2. ed. Manaus: EDUA, 2021. *E-book*.

HAILER, Marcelo. Lula promete revogar todas as medidas do governo Bolsonaro sobre Terras Indígenas. **Revista Fórum**, Porto Alegre, 12 abr. 2022a. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/4/12/lula-promete-revogar-todas-as-medidas-do-governo-bolsonaro-sobre-terras-indigenas-112902.html> . Acesso em: 24 nov. 2022.

HAILER, Marcelo. Vídeo: mulheres indígenas são alvos de comentário sexista da PM do DF. **Revista Fórum**, Porto Alegre, 9 abr. 2022b. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/brasil/2022/4/9/video-mulheres-indigenas-so-alvos-de-comentario-sexista-da-pm-do-df-112793.html> . Acesso em: 24 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População**. 2022. Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock. Acesso em: 07 set. 2022.

LAPA, Raphael Santos. O fatalismo como estratégia colonial. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 2, p. 144-161, 2018.

LONGO, Ivan. Fala de Lula sobre revogar medidas de Bolsonaro contra indígenas repercute no mundo. **Revista Fórum**, Porto Alegre, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/midia/2022/4/12/fala-de-lula-sobre-revogar-medidas-de-bolsonaro-contra-indigenas-repercute-no-mundo-112919.html>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução: Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP, 1997.

MARQUES Gilvan; MILITÃO, Eduardo. Lula promete a indígenas criar ministério e revogar decisões de Bolsonaro. **UOL**, São Paulo, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/04/12/lula-indigenas-brasilia.htm> . Acesso em: 10 jan. 2023.

MELO, Patrícia Bandeira de. **Sujeitos sem voz: agenda e discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco**. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MELO-ALVES. Patrícia. Indígenas desafiam monopólio do poder para aldear a política no Brasil. **UOL**, São Paulo, 20 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2022/04/20/indigenas-desafiaram-o-monopolio-do-poder-para-aldear-a-politica-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MERCADANTE, Aloízio. A emergência popular com Lula. **Revista Fórum**, Porto Alegre, 15 abr. 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2022/4/15/emergencia-popular-com-lula-113037.html> . Acesso em: 24 nov. 2022.

MIGNOLO, Walter. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 32, n. 94, jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL(MOM). **Mídia**. São Paulo, 2017a. Disponível em: <http://brazil.mom-gmr.org/br/midia/> . Acesso em: 02 ago. 2022.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL(MOM). **Quem controla a mídia no Brasil?** São Paulo, 2017b. Disponível em: <http://brazil.mom-gmr.org/br/> . Acesso em: 07 set. 2022.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL (MOM). **On-line**. São Paulo, 2017c. Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/en/media/online/> . Acesso em: 02 ago. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas de silêncio**: no movimento dos sentidos. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista**: o discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

OS 50 ANOS de VEJA: uma linha do tempo. **VEJA**, São Paulo, 12 jul. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo/> . Acesso em: 24 nov. 2022.

PONTES, Nádia. Indígenas fazem maior Acampamento Terra Livre da história. **UOL**, São Paulo, 13 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/04/13/indigenas-fazem-maior-acampamento-terra-livre-da-historia.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIS, M. de N; ANDRADE, M. F. F. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 17, n. 202. mar. 2018.

REVISTA FÓRUM. **Sobre a Revista**, Porto Alegre, c2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/p/institucional/sobre.html> . Acesso em: 15 abr. 2023.

ROCHA, Paulo. A demarcação indígena na política. **Revista Fórum**, Porto Alegre, 7 abr. 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/debates/2022/4/7/demarcacao-indigena-na-politica-por-paulo-rocha-112709.html> . Acesso em: 24 nov. 2022.

ROSA, Francys Mary Soares Correia da. Representações do indígena na literatura brasileira. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando. **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 257-293.

RUBIM, Deise Silva. **Vozes indígenas**: entre apagamentos, estigmas e resistências. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A análise do discurso em estudos organizacionais. *In*: SOUZA, Eloisio Moulin de (org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014. p.13- 40.

SILVA, José Benedito da. Encontro com índios e ‘caciques’ e as duas flechadas de Lula em Brasília. **Revista Veja**, São Paulo, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/encontros-com-indios-e-caciques-e-as-duas-flechadas-de-lula-em-brasilia/> . Acesso em: 25 nov. 2022

VAN DIJK. Teuan A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. **Mídia e conservadorismo**: o Globo, a Folha de S. Paulo e a ascensão política de Bolsonaro e do bolsonarismo. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

ANEXO A – Reportagens Revista Veja

veja

Por José Benedito da Silva

Encontros com índios e ‘caciques’ e as duas flechadas de Lula em Brasília

Ex-presidente chega à capital nesta segunda-feira, 11, e deve ficar lá por três dias

Por **Da Redação** Atualizado em 11 abr 2022, 15h41 - Publicado em 11 abr 2022, 13h25



Lula em visita às terras indígenas durante as comemorações do Dia do Índio, em 2010 - Antônio Cruz/Agência Brasil

O ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)** chega a Brasília nesta segunda-feira, 11, para uma viagem de três dias e duas flechadas: uma contra a terceira via e outra contra os deputados aliados do governo, entre eles Arthur Lira (PP-AL) e a turma do Centrão.

Primeiro virá o encontro com os “caciques” do MDB, em jantar na noite desta segunda-feira, na casa do senador Eunício Oliveira (MDB-CE), que deve reunir também outros líderes do partido, como o senador Renan Calheiros (AL) e o ex-presidente José Sarney.

No cardápio, o enterro da pré-candidatura da senadora Simone Tebet (MDB-MS), que tenta se viabilizar, com o apoio de uma ala do partido, como candidata da terceira via

entre Lula e o presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em **entrevista a VEJA** na edição desta semana, Renan deixou claro o que pensa a parte do MDB na qual se insere. “Para fazer o enfrentamento do Bolsonaro tem que ser com a candidatura do Lula. Não tem nada em segredo. Temos 14 diretórios cujas lideranças preferirão Lula, lideranças que têm projeto de poder estadual, têm governo, têm prefeituras de capitais e têm uma grande quantidade de prefeituras nos municípios”, disse. “Lula virá a Brasília e vamos conversar sobre circunstâncias estaduais, como ficarão os apoiadores do Lula no MDB e como encaminharemos nossa posição na convenção partidária”, completou.

Já na terça-feira, vem a segunda flechada de Lula, agora em encontro com caciques de verdade. Ele deve visitar o Acampamento Terra Livre, uma grande mobilização organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que ocupa uma área em Brasília desde o último dia 4. O objetivo é evitar a aprovação do Projeto de Lei 191/2020, que regulariza a mineração em terras indígenas e tem o apoio dos deputados governistas.

Ao ficar ao lado dos indígenas, Lula – que já manifestou publicamente oposição à iniciativa no Congresso – abraça uma significativa pauta da esquerda e acena tanto a movimentos sociais aliados quanto a uma parcela importante de apoiadores influentes, como o cantor Caetano Veloso, que liderou um ato contra o projeto na capital federal no dia 9 de março. Também estavam na manifestação artistas como Letícia Sabatella, Lázaro Ramos, Bruno Gagliasso, Bela Gil, Nando Reis e Seu Jorge, entre outros.



Por Robson Bonin

Política

Em discurso para indígenas, Lula já fala em criar mais um ministério
Ex-presidente defendeu representatividade dos povos originários no
Acampamento Terra Livre, em Brasília

Por **Laísa Dall'Agnol** Atualizado em 12 abr 2022, 18h34 - Publicado em 12 abr 2022, 15h20



Lula, durante discurso por remarcação de terras indígenas, em Brasília - Evaristo Sá/AFP

Em visita ao acampamento Terra Livre nesta terça — na qual discursou a favor da demarcação de terras indígenas —, o ex-presidente Lula defendeu a criação de um novo ministério, voltado aos povos originários.

“Vocês não são crianças para serem tuteladas, vocês são povos inteligentes (...) e agora vocês me deram uma ideia. Se a gente criou o Ministério da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, da Pesca, por que a gente não pode criar um ministério para discutir as questões indígenas?”, disse o ex-presidente.

Lula defendeu, ainda, que lideranças indígenas participem da elaboração do programa de seu futuro governo e prometeu criar um “revogaço” de decretos assinados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na área ambiental e que “criem empecilhos” à luta indígena.



1/6 O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participa de uma reunião com milhares de indígenas, a quem pediu que participem da elaboração de seu plano de governo , em Brasília. - (Joedson Alves/EFE)

veja

Por Robson Bonin

Política

‘Nenhum fazendeiro tem direito de invadir terra indígena’, diz Lula

Em discurso no Acampamento Terra Livre, ex-presidente defendeu demarcação dos territórios de povos originários

Por **Laísa Dall'Agnol** Atualizado em 12 abr 2022, 16h41 - Publicado em 12 abr 2022, 14h56



Lula com indígenas no Acampamento Terra Livre em Brasília Joédson Alves/EFE

Em visita ao Acampamento Terra Livre nesta terça, em Brasília, o ex-presidente **Lula** (PT) defendeu a demarcação de terras **indígenas** e discursou contra o marco temporal e a ocupação irregular dos territórios dos povos originários.

Lula prometeu, ainda, criar um “revogaço” de decretos assinados pelo presidente **Jair Bolsonaro** (PL) na área ambiental e que “criem empecilhos” à luta indígena.

“Nenhum fazendeiro tem o direito de invadir o espaço indígena nesse país. Nenhum brasileiro tem o direito de plantar soja de forma ilegal, de fazer queimada para criar gado (...) Tem muita terra sem que seja necessário ofender as nossas reservas

florestais, [sem ofender] o espaço aonde mora os povos indígenas para plantar soja, criar gado, e muito menos para garimpar”, disse o ex-presidente.

Pelo critério do marco temporal, que está sendo julgado pelo **STF**, os povos originários apenas podem

reivindicar terras que já eram ocupadas por eles antes de 1988, quando da promulgação da **Constituição**. Para defensores da causa indígena, há o receio de que demarcações feitas após a data sejam revogadas caso o

Supremo valide a tese do marco.

Por outro lado, ruralistas defendem que haverá o risco de desapropriações de terra caso o marco temporal não seja aprovado, e argumentam que é preciso “segurança jurídica”.

O acampamento Terra Livre é considerada a maior **mobilização** indígena já feita no país — cerca de 8.000 pessoas estão reunidas em Brasília entre os dias 4 e 14 de abril. A campanha deste ano é ‘Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política’, e busca aumentar a representatividade indígena nos espaços de poder.

ANEXO B – Reportagens do Portal G1

Lula fala em criar ministério para questões indígenas se eleito presidente

Ex-presidente deu declaração ao visitar em Brasília o acampamento indígena Terra Livre. PT marcou para 7 de maio lançamento oficial da pré-candidatura de Lula ao Planalto.

Por Luiz Felipe Barbiéri e Wellington Hanna, g1 e TV Globo — Brasília

12/04/2022 13h55 Atualizado há um ano

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pré-candidato do PT à Presidência da República nas eleições deste ano, sugeriu nesta terça-feira (12) a criação de um ministério voltado para as questões indígenas caso seja eleito.

Lula deu a declaração ao visitar o acampamento indígena Terra Livre, em Brasília. O lançamento oficial da pré-candidatura de Lula ao Palácio do Planalto está marcado para 7 de maio. O PSB já indicou o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin como candidato a vice na chapa.

"Vocês me deram uma ideia. Ora, se a gente criou o Ministério da Igualdade Racial, se a gente criou [o Ministério] dos Direitos Humanos, se a gente criou o Ministério da Pesca, por que a gente não pode criar um ministério para discutir as questões indígenas?", declarou Lula no acampamento indígena.

Atualmente, o órgão do governo federal responsável pelas políticas para indígenas é a Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça.



Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita acampamento indígena em Brasília —
Foto: Reprodução/YouTube

Indígenas de diversas regiões do país participam desde a semana passada passada do 18º Acampamento Terra Livre (ATL), considerado **o maior encontro de etnias do país**. O evento prosseguirá até a próxima quinta-feira (14) na área central da capital federal.

No discurso, o ex-presidente disse que o eventual ministério deve ser comandado por um indígena e não por um "homem branco" ou uma "galega, como a Gleisi", referindo-se à presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR).

"Eu quero que vocês saibam. Não sei quem, mas se preparem. Alguém vai ter que assumir o ministério. E não vai ser branco como eu ou uma galega como a Gleisi. Terá que ser um índio ou uma índia", disse Lula.

"Será alguém para poder dirigir da mesma forma que fizemos o Ministério da Igualdade Racial. Vão falar, vão dizer: 'Ah, mas gastam muito, é preciso diminuir os ministérios'. Na verdade, o que eles não querem é que a sociedade esteja participando ativamente", acrescentou o ex-presidente.

Durante o discurso, Lula disse que os governos do PT (2003-2016) não fizeram "tudo" o que deveria ter sido feito em relação às questões indígenas. "Mas, certamente, ninguém fez mais", frisou.



O ex-presidente Lula no Acampamento Terra Livre, evento indígena em Brasília —
Foto: Divulgação

Indígenas em ministérios

Pouco antes do discurso de Lula, a coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Abip), Sonia Guajajara, afirmou que os indígenas também têm capacidade de assumir o comando de ministérios.

Ativista indígena, ela é pré-candidata a deputada federal pelo PSOL e foi candidata a vice-presidente em 2018 pelo partido, na chapa encabeçada por Guilherme Boulos. "Nós precisamos retomar a democracia. Nós queremos mais. Queremos assumir também ministérios. Queremos ministérios. Somos capazes de assumir todas as políticas públicas neste país", afirmou.

Em busca do MDB

Após a participação no Acampamento Terra Livre, Lula se reuniu à tarde com senadores e deputados do PT e de outras siglas.

Entre os participantes estava o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que chegou ao hotel de Lula acompanhado do ex-governador do Piauí, Wellington Dias (PT). Braga era esperado para o jantar na casa do ex-deputado Eunício Oliveira (MDB) nesta segunda, mas não compareceu.

Segundo Wellington Dias, Braga esteve no hotel para "demonstrar apoio" a Lula— sem firmar, no entanto, compromisso para as eleições.

"Eles não falaram sobre uma aliança com o MDB porque, or enquanto, o partido ainda tem a Simone [Tebet] como pré-candidata", afirmou.

Pré-candidato ao Senado nas eleições de outubro, Wellington Dias disse esperar que, até julho, o MDB mude de posicionamento e passe a se aliar com o PT. "Temos esperança de que eles vão se unir a nós. Até julho muita coisa vai acontecer", declarou.

Acampamento indígena Terra Livre, considerado o maior do país, começa em Brasília

Grupo fica na capital federal até 14 de abril. Mobilização quer pressionar contra aprovação de projetos de lei que interferem nas áreas indígenas.

Por g1 DF

04/04/2022 16h22 Atualizado há um ano



Indígenas de todas as partes do país chegam ao Acampamento Terra Livre — Foto: André Guajajara

Indígenas de diversas regiões do país iniciaram, nesta segunda-feira (4), em Brasília, o **18º Acampamento Terra Livre** (ATL), considerado o maior encontro de etnias do país. O grupo vai ficar até 14 de abril na área central da capital federal, próximo ao prédio da Funarte.

Segundo as lideranças, o principal objetivo é o enfrentamento da chamada "agenda anti-indígena", composta pelo julgamento do Marco Temporal e por projetos de lei que liberam a exploração de terras, o licenciamento ambiental e o uso de agrotóxicos.

A data também foi escolhida por conta da afirmação do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de que o **Projeto de Lei 191/2020** – que permite a mineração, hidrelétricas e outros planos de infraestrutura em terras indígenas – será votado no plenário da Casa entre os dias 12 e 13 de abril.



Montagem do Acampamento Terra Livre — Foto: Israel de Carvalho/g1

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), estima que o encontro reúna cerca de 8 mil indígenas que representam as várias etnias do país. Durante o acampamento, foram organizadas mais de 40 atividades.



Artesanato indígena exposto para venda — Foto: Israel de Carvalho/ g1

Segundo Sônia Guajajara, coordenadora executiva da Apib, o acampamento demonstra a "luta pela demarcação das terras indígenas".

"A Constituição Federal garante ali, como dever da União, a demarcação de todos os territórios indígenas. Então, nós estamos aqui, pra exigir da União, exigir do Estado brasileiro, a retomada da demarcação dos nossos territórios", diz ela.



Indígenas protestam em Brasília contra projetos de lei que liberam exploração de terras

Segundo organizadores, cerca de 6 mil pessoas, de 172 povos, estão no DF para o acampamento Terra Livre. Grupo ocupou Esplanada em marcha até Congresso Nacional, nesta quarta-feira (6).

Por g1 DF

06/04/2022 18h24 Atualizado há um ano



Indígenas do acampamento Terra Livre fazem protesto em Brasília

Indígenas de diversas regiões do país, acampados desde segunda-feira (4) em Brasília, fizeram uma marcha, na tarde desta quarta-feira (6), para defender a demarcação de territórios e protestar contra a chamada "agenda anti-indígena", composta pelo juízo do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal (STF) e por projetos de lei que liberam a exploração de terras, o licenciamento ambiental e o uso de agrotóxicos.



Indígenas do acampamento Terra Livre fazem protesto em Brasília — Foto: Amanda Sales/g1

O grupo seguiu pelo Eixo Monumental, na Esplanada dos Ministérios, até o Congresso Nacional. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), mais de 6 mil indígenas de 172 povos, participam do **Acampamento Terra Livre 2022** (ATL), que deve ficar montado na capital federal até o dia 14 de abril.



Indígenas do acampamento Terra Livre fazem protesto em Brasília — Foto: Amanda Sales/g1

O encontro é considerado o maior do país e ocorre no mesmo período em que o Congresso Nacional deve votar textos como o do Projeto de Lei 191/2020, que autoriza a mineração em terras indígenas. No começo de março, a Câmara dos Deputados aprovou a urgência para votação do PL.

"Estamos aqui para impedir toda essa pauta, o pacote de destruição e morte que está tramitando no Congresso", diz a coordenadora da Apib Sônia Guajajara.

ANEXO C – Reportagens UOL

Indígenas desafiam monopólio do poder para aldear apolítica no Brasil



Indígenas marcham em Brasília durante a 18ª edição do Acampamento Terra Livre, que reuniu quase 8 mil pessoas para discutir direitos constitucionais dos povos originários

Imagem: Antonio Molina/Foto Arena/ Folhapress

Impossível de ser ignorada, a 18ª edição do ATL (Acampamento Terra Livre) reuniu cerca de 8 mil indígenas em Brasília na maior mobilização política do país. Existem no Brasil, 305 povos indígenas falando 274 línguas diferentes, de acordo com o IBGE (2010). Só para dar uma dimensão do alcance do evento, estavam por lá povos de mais de 200 etnias que se reuniram sob o tema "Retomando o Brasil: demarcar territórios, aldear a política" para trocar experiências, discutir, denunciar, pressionar o poder público, construir alianças e reforçar redes de solidariedade. A mobilização do ATL 2022 foi também a que teve a maior diversidade de todas já realizadas até aqui.

E o que estava em debate? A demarcação de terras está na linha de frente, mas muito mais. Trata-se de uma agenda anti-indígena, que inclui a possibilidade de revisão do Marco Temporal (PL 490/2007 que, em breve, será pauta no STF e a perspectiva assustadora de liberação do garimpo em terras indígenas (PL 191/2020) — um relatório dramático feito pela Associação Hutukara revela o terror gerado pela

presença de milhares de garimpeiros ilegais em terras Yanomami e que afeta, de maneira cruel, principalmente, mulheres e crianças.

Mas há muito mais em jogo nesse momento. de ataques a direitos constitucionais. Na verdade, é de impressionar a notável desinformação que persiste com relação aos povos indígenas no Brasil. Uma das mais recorrentes é insistir em não reconhecer a historicidade e a legitimidade de suas lutas por direitos. Essa história começa muito antes do que se imagina.

"E desde quando índio usa celular?": estereótipos e retirada de direitos



Há quem diga que "índio de verdade não usa celular" para questionar a legitimidade dos protagonistas das reivindicações. Existe, no senso comum, uma ideia equivocada de que, para ser índio "de verdade", é preciso atender a critérios que são a expressão do estereótipo de como "deve ser" um índio; um ser congelado no tempo e no espaço, que não domina a língua portuguesa, não usa roupas e, claro, não acessa nenhuma tecnologia. Não mencionei a necessidade de uso de um cocar (ou algo similar que garanta "originalidade"), mas o/a leitor/a já entendeu do que estou falando. Nessa lógica, se alguém se apresenta como índio, mas não reúne sinais considerados obrigatórios dessa condição, descarta-se, de imediato, sua fala porque tal sujeito "não é mais índio". Resumindo, o não-atendimento ao estereótipo autoriza a retirada de direitos.

O curioso é que esse argumento é usado há muito tempo. Indígenas que viviam na província do Rio de Janeiro no século 19 experimentaram isso de perto. Eles possuíam direito legal a terras concedidas por cartas de sesmarias, como qualquer outro proprietário daquele tempo. Tais terras lhes foram usurpadas porque pessoas interessadas em ocupá-las com novos cafezais, e com enorme apoio das câmaras municipais, argumentavam que eles "não eram mais índios já que viviam "misturados aos brancos".

O estado imperial, por meio de suas instituições, legitimou esse processo de retirada de direitos. Em alguns casos, os indígenas foram à Justiça para garantir suas terras.

Parece estranho dizer isso depois de esforços sistemáticos de uma política indigenista pautada na assimilação dos povos nativos à sociedade nacional, mas fato é que tal argumento funcionou. Municípios do Rio de Janeiro na região do Vale do Paraíba se expandiram às custas da ocupação das terras indígenas, como é o caso de Valença. Negar a presença e a legitimidade dos indígenas no presente, lançando mão da alegação frágil de uma suposta "perda de originalidade", é ignorar que as sociedades humanas organizadas no tempo trocam conhecimentos a partir de seus próprios marcadores culturais e não deixam de ser quem são por conta disso. Mas isso é também, e sobretudo, a retomada de uma estratégia longa de invisibilização e desqualificação das lutas indígenas que já se mostrou muito eficaz para retirada de seus direitos.

Para começar, estamos diante de um preceito constitucional, já que o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) reconheceu que o direito dos povos originários sobre "as terras que tradicionalmente ocupam", mas cabe ao Estado Brasileiro, por meio da demarcação, determinar a real extensão da posse indígena e proteger os territórios da ocupação ilegal, condição necessária para garantir direitos.

Importante esclarecer que, ao contrário do que se diz, os povos não podem dispor de tais terras como se fossem "proprietários", porque elas fazem parte do patrimônio do país. Assim, não faz nenhum sentido alegações de risco para a "segurança nacional" já que as terras pertencem à União.

Lideranças indígenas receberam na 18ª edição do Acampamento Terra Livre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva



Imagem: Leo Bahia / Foto Arena / Folhapress

A lentidão dos processos de reconhecimento, somada a ameaças recentes de mudanças legais em detrimento dos direitos indígenas, cria insegurança jurídica, agudiza conflitos nos territórios em disputa, favorece ocupações ilegais, além de comprometer gravemente a sobrevivência dos povos. Como já disse, com precisão, Sônia Guajajara, coordenadora executiva da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), "a luta pela terra é a mãe de todas as lutas". Sem terras, não há condições de existência efetiva.

Aldear a política: um passado presente

Além disso, foram inúmeras personalidades da política e da cultura presentes nos dias de acampamento para manifestar apoio às lutas dos povos ali reunidos. A despeito da visibilidade midiática de tais presenças, os protagonistas do ATL foram mesmo os povos indígenas usando, em seu favor, a força política da mobilização ali construída.

Uma dessas iniciativas foi a realização de uma plenária virtual com lideranças indígenas, Parlamento Europeu e representantes da ONU (Organização das Nações Unidas) para discutir estratégias em defesa da vida no planeta. Uma palavra de ordem importante era a perspectiva de "aldear a política", isso é, garantir a presença de candidaturas indígenas nessas eleições que estejam comprometidas com os interesses de coletividades.

Essa também não é uma história que começa agora já que, desde o período colonial, indígenas no Brasil fazem política, ocupam cargos públicos e lutam para garantir

direitos coletivos agindo nos seus próprios termos. Qualquer dia desses, podemos voltar para conversar sobre isso, leitor/a. Há uma longa trajetória de luta que conecta passado e presente e, nela, os povos indígenas desempenham um papel central reinventando a vida e seus modos de re-existir nesse país.

** Patrícia Melo é professora titular da UFAM e integrante da Rede de Historiadorxs negrXs*

Indígenas fazem maior Acampamento Terra Livre da história

13/04/2022 11h11

Indígenas fazem maior Acampamento Terra Livre da história - Em Brasília, mais de 7 mil indígenas de todo o país protestam por demarcação de territórios e pedem proteção contra invasores. Agenda de evento inclui conversas com ministros do STF. Depois de dois anos sem ocupar as ruas de Brasília devido à pandemia, o Acampamento Terra Livre (ATL) traz a capital federal o maior número de participantes em seus 18 anos de história. Ao

longo dos dez dias de programação, que termina nesta quinta-feira (14/04), mais de 7 mil indígenas de cerca de 200 povos estiveram no complexo da Fundação Nacional de Artes (Funarte), segundo contagem da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Em ano de eleições presidenciais, a briga pelo território está no centro da discussão. Lideranças pedem andamento nos processos das demarcações, paralisadas desde que Jair Bolsonaro assumiu o governo, em 2019. Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), existem atualmente 680 processos, mais de 200 deles, ou seja 35% do total, ainda aguardam regularização. As atividades do ATL incluem protestos diários nas proximidades do Congresso Nacional, onde o Projeto de Lei 191/2020, que libera mineração e outros grandes empreendimentos em terras indígenas, deve ser votado em regime de urgência nos próximos dias.

"Nós estamos aqui para acabar com a distância entre o Congresso e o povo. Lutamos pela retomada das demarcações principalmente no Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Na Amazônia, apesar de haver um grande número de terras demarcadas, sofremos diariamente com violência e as invasões", afirmou Sonia Guajajara, coordenadora executiva da Apib, numa reunião fechada entre lideranças e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que visitou o acampamento na terça-feira.

Agenda de manifestações

Nesta terça-feira, indígenas se cobriram de lama e sangue cinematográfico para denunciar em frente ao Ministério de Minas e Energia os efeitos do garimpo ilegal em suas terras. Diversas etnias, principalmente na Amazônia, relatam o aumento da extração de ouro e outros metais preciosos por invasores.

"Cansamos de ver nossas crianças sendo sugadas pelas dragas do garimpo ilegal. O governo genocida de Bolsonaro quer legalizar o regime de morte que avança nossos territórios", escreveu Alessandra Munduruku, representante de um dos povos que mais sofrem com a atividade ilegal no Pará. No dia anterior, a Hutukara Associação Yanomami havia publicado um relatório detalhando os avanços do garimpo de ouro em suas terras e o sofrimento dos indígenas em consequência da presença dos invasores.

O relatório calcula que, de 2016 a 2020, o garimpo cresceu 3.350% no local.

Segundo Dario Kopenawa, vice-presidente da Hutukara, mais de 40 mil garimpeiros circulam atualmente no território demarcado há 30 anos. Com as invasões, o número de casos de malária entre os indígenas também explodiu, com mais de 1.800 casos registrados em 2020, aponta o estudo.

Diálogo com ministros

A ida em massa de lideranças a Brasília também é tida como importante para expor os problemas nos territórios a representantes do Judiciário. Num encontro com o ministro do Supremo Tribunal Eleitoral (STF) Edson Fachin, mulheres tocaram num tema compreendido como vital para os indígenas: o marco temporal.

Segundo essa tese, indígenas só podem reivindicar áreas que ocupavam oficialmente até 5 de outubro de 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada.

Fachin é relator do caso, cujo julgamento foi iniciado em agosto de 2021 e paralisado na sequência após pedido de vista de Alexandre de Moraes.

Fachin já emitiu o seu voto, que foi a favor do direito originário assegurado pela Constituição e, portanto, contra o marco temporal. A previsão é que o julgamento seja retomado em junho.

origem à tese do marco temporal. Do local, arroteiros foram retirados após longo processo, que foi marcado por conflitos violentos.

Para Macuxi, o governo Bolsonaro se nega a dialogar. O Ministério da Justiça chegou a cancelar em cima da hora a participação num evento no ATL. Segundo

o advogado, a expectativa é que o encontro com Andre Mendonça, ministro do STF indicado pelo atual presidente, sirva para levar a mensagem dos indígenas ao presidente.

Reencontro com as raízes

Paralelamente à agenda política, o ATL também é visto como lugar de reencontros com as origens. Karina Puri participa pela primeira vez do acampamento e busca encontrar outros representantes de seu povo, dado como extinto.

"Eu cresci ouvindo dos meus pais que os Puri eram um povo que não existiamais. Era mais fácil dizer isso, porque as pessoas podiam tirar suas terras, seus direitos. Meu pais já nasceram ouvindo isso e viveram situações muito precárias", diz Karina à DW.

Habitantes do Sudeste brasileiro, os Puri foram massacrados pelos colonizadores e começaram a reaparecer há poucas décadas. No caso de Karina, ela se redescobriu indígena após frequentar uma feira no Parque Lage, no Rio de Janeiro, onde morou por 12 anos e trabalhou como atriz.

"Estamos em processo de ressurgência", diz Karina, que trabalha com cultura e montou uma organização que busca mais informações sobre a presença indígena na região onde mora atualmente, no Embu das Artes, em São Paulo.

Autor: Nádia Pontes

Lula promete a indígenas criar ministério e revogar decisões de Bolsonaro

Gilvan Marques e Eduardo Militão*

Do UOL, em São Paulo e em Brasília

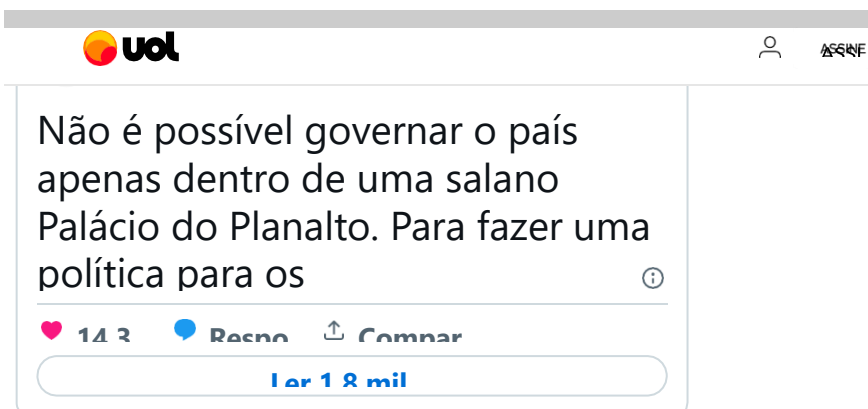
12/04/2022 13h42 Atualizada em 12/04/2022 15h44

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu a criação do Ministério dos Povos Indígenas e o lançamento do "Dia do Revogaço" para derrubar as decisões tomadas durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL), caso seja eleito em outubro. A fala do líder petista foi feita durante participação no evento "Acampamento Terra Livre", coordenado pela Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), em Brasília

"Não é possível governar o País apenas dentro de uma sala no Palácio do Planalto. Para fazer uma política para os povos indígenas, é preciso visitar territórios e aldeias. E vamos precisar de um Ministério dos Povos Indígenas, chefiado por um indígena, não um branco como eu ou uma galega como a Gleisi [Hoffmann, presidente do PT].

Terá que ser um índio ou uma índia, terá que ser alguém para poder dirigir da mesma forma que o Ministério da Igualdade Racial.”

Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso a indígenas



"Nenhum fazendeiro tem o direito de invadir o espaço indígena, neste país, nenhum brasileiro tem o direito de invadir para plantar a soja de forma ilegal ou fazer queimada para criar gado, e muito menos para garimpar. Não é possível as denúncias que a gente ouve todos os dias...de que homens, mulheres, crianças, yanomamis, estão sendo violentados. É preciso criar o 'Dia do Revogaço'. Tudo que foi decreto, criando empecilho, seja revogado imediatamente. A gente não pode permitir que tudo que foi lutado, foi conquistado por direito, seja retirado por decreto", acrescentou.

Para o UOL, a presidente do PT explicou que a ideia do novo Ministério foi lançada hoje. "Tem a ver com as discussões de políticas públicas transversais.Coordenação dessas políticas. Trabalhamos assim já nos nossos governos."

Antes do discurso, o político foi criticado por ações de seu governo, como a construção da Usina de Belo Monte. "Não queremos uma nova Belo Monte", disse uma indígena. Minutos depois, ao falar para o público, o petista reconheceu que o PT não fez tudo que poderia fazer, mas valorizou os avançosde seu governo.

"Mas certamente ninguém fez mais que nós fizemos nas nossas relações com povos indígenas. E o que é grave é que praticamente tudo que nós fizemos foi desmontado", disse.

Os indígenas entregaram a Lula um documento com uma série de reivindicações. No discurso, o ex-presidente disse que o ex-ministro da Educação Aloízio Mercadante - que o acompanhava no evento - criaria um programa indígena para a campanha eleitoral. Ao sair, Lula falou rapidamente com o UOL. Ele afirmou duas vezes que "tem que proibir" o garimpo em terras indígenas. Já Mercadante contou à reportagem que o documento será analisado pela equipe da campanha



Indígenas levam cartaz com imagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Imagem: Mateus Bonomi/AGIF - Agência de Fotografia/Estadão Conteúdo

Hino nacional em linguagem indígena e presentes Na chegada ao evento, os indígenas fizeram fila para cumprimentarem o ex-presidente. Ele foi abraçado por populares que apareceram no local, assim como algumas crianças. Um segurança do Senado Federal apareceu no local, fez uma fotografia e deu um beijo no rosto do petista. "Lá em casa, todo mundo é Lula", disse ele ao UOL. Antes de Lula discursar, os indígenas demonstraram que querem retomar símbolos do país. Primeiro, uma mulher cantou o hino nacional em linguagem indígena. Ao terminar, a locutora anunciou que ali estavam "os verdadeiros patriotas, o povo, os povos indígenas"

Lula ouviu aos discursos ao lado de aliados como a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), o ex-governador do Piauí Wellington Dias, o ex-ministro da Educação Aloízio Mercadante, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e a deputada indígena Joenia Wapichana (Rede-RR). Enquanto Lula não falava, a multidão entoava cânticos contra o presidente Jair Bolsonaro e a favor da eleição do petista



O ex presidente Lula participa de evento no Acampamento Terra Livre nesta terça-feira, 12 de abril.

Imagem: Mateus Bonomi/AGIF - Agência de fotografia/Estadão Conteúdo

No evento, Lula ganhou uma placa de homenagem, uma bandeira do Brasil, duas camisas - uma do Corinthians e uma do Acampamento Terra Livre. Lula recebeu ainda um chocalho de presente dos manifestantes e sacudiu-o. O ex-presidente chegou ao Acampamento por volta de meio-dia numa van prata. Esta é a 18ª edição do Acampamento Terra Livre, que, segundo a organização, reuniu hoje 6 mil pessoas. A Polícia Militar não apresentou estimativa. O evento iniciou no dia 4 e vai até a próxima quinta-feira (14). Segundo o movimento, o foco da campanha deste ano tem como tema "Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política" - e tem como objetivo aumentar a representação política dos indígenas nos espaços de poder

Governo quer liberar mineração em terras indígenas

Colocado sob regime de urgência na Câmara dos Deputados há um mês, o projeto de lei que libera mineração e usinas hidrelétricas em terras indígenas está longe de ir para votação. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), havia anunciado que criaria um grupo de trabalho para analisar o texto, mas não há expectativa do colegiado sair do papel.

A proposta, que é de autoria do governo, vinha sendo defendida e tratada como prioritária pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). No mês passado, porém, o Planalto e o Congresso foram surpreendidos com a repercussão negativa do projeto entre representantes do agronegócio e até da própria mineração. Ainda não se sabe quando e de que forma o texto será apreciado, segundo apurou o

UOL

Bolsonaro tem defendido a exploração de áreas protegidas desde antes de chegar ao poder, em 2019. Em abril daquele ano, já no comando do Executivo, ele recebeu líderes indígenas favoráveis à mineração para dar apoio à iniciativa. Na ocasião, disse que o estado de Roraima teria "trilhões embaixo da terra" e que "índio não pode continuar sendo pobre em cima de terra rica".

Meses depois, em fevereiro de 2020, o governo enviou ao Congresso o projeto de lei que está hoje em discussão. Mas o deputado Rodrigo Maia (sem partido-RJ), presidente da Câmara à época, prometeu a ambientalistas e lideranças indígenas que não colocaria o texto em votação.

*Colaborou Carla Araújo, colunista do UOL

ANEXO D - Reportagens Folha de S. Paulo

Acampamento em Brasília quebra tabu e impulsiona candidaturas indígenas

Associação contabiliza mais de 30 pré-candidatos ao Legislativo na eleição deste ano

14.abr.2022 às 9h49

João Gabriel

BRASÍLIA

Ainda não há santinhos ou indicações de números para voto, mas o clima da corrida eleitoral esteve presente no Acampamento Terra Livre, organizado por lideranças indígenas em Brasília (DF) e que termina nesta quinta (14) após dez dias de mobilização.

Pela primeira vez, o evento teve entre seus principais temas as candidaturas indígenas, enquanto mobilizava, segundo seus organizadores, 8.000 indígenas de 200 etnias diferentes. Na última terça (12), quando a participação política foi debatida, os indígenas receberam a visita do ex-presidente Lula (PT).

Mais de 30 pré-candidatos a cargos no Legislativo estiveram presentes, segundo a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), com pelo menos dez pretendentes a uma vaga no Congresso Federal.



Ato sobre participação política no Acampamento Terra Livre, em Brasília - Scarlett Rocha - 12.abr.22/Divulgação/Apib

A importância dada ao tema aparece no mote do acampamento deste ano, "demarcar territórios e aldear a política", e é expressiva para um movimento que, por muitos anos, rejeitou a ideia de entrar na política institucional —chamada por eles de a "política do branco".

"Era um tabu. Mudou o fato de termos um exemplo, mas também a necessidade de se fazer mudanças no Congresso Nacional, que vem sendo usado para passar por

cima de questões ambientais e de direitos e terras indígenas nos últimos anos", diz Joenia Wapichana, deputada federal pela Rede, de Roraima.

Ela própria é tida como marco dessa mudança de paradigma, por ser a primeira mulher indígena eleita para a Câmara, em 2018, em um mandato avaliado por outras lideranças como positivo.

"Foi feita uma análise de que o momento é de eleger representantes indígenas. A gente reclama que não tem recursos para as comunidades, mas quem decide isso? Os parlamentares, que são muitas vezes eleitos com votos indígenas", completa ela, que tentará a reeleição.

Para Kerexu Yxapyry, coordenadora executiva da Apib e pré-candidata pelo PSOL de Santa Catarina a deputada federal, a atuação política da comunidade indígena vem amadurecendo nos últimos anos.

"Hoje nós temos menos pré-candidatos que em 2018, mas concentrando nomes com maior força", afirma.

A Apib aposta em lideranças indígenas mais consolidadas, como ela, Sônia Guajajara, que chegou a ser candidata à vice-presidente na chapa de Guilherme Boulos, pelo PSOL, em 2018, e Célia Xakribá, dentre outras.

"Há quatro anos já começamos esse diálogo sobre as candidaturas indígenas e, nesse ano, chegamos à conclusão de que não basta só apresentarmos candidatos para disputar os espaços, precisamos nos unir para indicar candidatos e candidatas para que essas tenham a força dos povos indígenas para ocupar esse lugar", afirma ela.

A Apib vem intensificando o apoio a candidaturas e, em 2020, criou o movimento chamado "campanha indígena", que visa impulsionar lideranças de povos para a política.

Joenia e Kerexu ressaltam que o movimento indígena não é homogêneo, mas entendem que houve um importante avanço na articulação entre as diferentes frentes para a escolha das pré-candidaturas de acordo com sua maior possibilidade de eleição —tática clássica dentro da política tradicional.

"Foi um dos temas eleitos pela coordenação da Apib como prioritários. Um é o das demarcações, como sempre, e outro a questão de 'aldear a política', incentivar a participação indígena nas instâncias políticas", diz Luiz Eloy Terena, advogado e coordenador jurídico da Apib.

"Nossos caciques sempre defenderam que o movimento indígena não deveria se envolver com partidos. Mas nos últimos anos percebemos que, para chegar nos espaços de participação política, necessariamente temos que passar por isso. Então, desde 2018, se quebrou esse tabu", completa.



O ex-presidente Lula no acampamento indígena Terra Livre em Brasília - Antonio Molina/Folhapress

Além de Lula, o acampamento também teve a participação de uma série de outras figuras políticas, uma delas a ex-senadora Marina Silva.

Em pré-campanha para o Planalto, o petista tenta firmar oposição ao seu maior rival na corrida eleitoral, Jair Bolsonaro (PL), de longe o principal desafeto político das lideranças do acampamento.

Em pouco mais de três anos de governo, o país registrou recordes de desmatamento e queimadas, fatos minimizados pelo presidente. Bolsonaro também é explícito defensor do avanço do garimpo mesmo em terras indígenas e contrário à demarcação desses territórios.

Em contraposição ao rival, Lula prometeu dar aos indígenas um ministério próprio e seguir as reivindicações apresentadas pela Apib em uma carta.

Uma delas é a "garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as terras indígenas até o final de 2026".

A demarcação das terras indígenas, inclusive, segue como pauta principal do acampamento, que neste ano celebrou sua 18ª edição, e os projetos de lei 191 e 490 que tramitam no Congresso foram os mais debatidos no encontro indígena.

O primeiro é o que viabiliza a mineração mesmo em territórios indígenas. Foi em razão deste projeto, inclusive, que o evento durou duas semanas, ao invés dos tradicionais sete dias de mobilização em Brasília.

Já o projeto 490 é o que trata do marco-temporal, tese segundo a qual indígenas só podem ter direito sobre terras que já estavam ocupadas por eles até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Hoje, a Constituição diz que não há data para marcar quais terras devem ou não ser consideradas como posse dos indígenas, e a decisão acerca disso recai sobre um corpo técnico da Funai.

Também o Supremo Tribunal Federal debate este mesmo tema e uma decisão divergente ao PL pode derrubá-lo mesmo que este seja aprovado no Congresso.

**Lula promete ministério a indígenas e faz mea-culpa em visita a acampamento
*Petista foi cobrado pela construção de Belo Monte e disse que aprendeu o que fez e o que deixou de fazer quando foi presidente***

12.abr.2022 às 14h20Atualizado: 12.abr.2022 às 17h22

Matheus Teixeira

BRASÍLIA

O ex-presidente Lula (PT) prometeu nesta terça-feira (12) criar um ministério específico para tratar de causas dos povos indígenas caso seja eleito para a Presidência da República nas eleições deste ano.

O petista participou do Acampamento Terra Livre, que reúne diversas populações tradicionais. Antes de discursar, ele foi cobrado por ações de seu governo, como a construção da hidrelétrica de Belo Monte, que fica na bacia do Rio Xingu.

Em sua fala, Lula fez um mea-culpa sobre o que deixou de ser feito quando esteve no governo federal, mas exaltou suas realizações para os indígenas.

"Certamente os governos do PT não fizeram tudo o que deveria ser feito, mas certamente ninguém fez mais do que nós fizemos", disse.



O ex-presidente Lula (PT) em visita a acampamento indígena em Brasília - Antonio Molina/Folhapress

O ex-presidente disse que deixou a chefia do Executivo há 12 anos e que, nesse período, aprendeu "o que a gente sabe que fez, o que a gente sabe que não fez e o que poderia ter feito".

"E agora vocês me deram uma ideia. Ora, se a gente criou o Ministério da Igualdade Racial, se a gente criou o dos Direitos Humanos, se a gente criou o Ministério da Pesca, por que a gente não pode criar o ministério para discutir as questões indígenas?", afirmou.

Segundo Lula, o ministro da pasta será algum integrante das populações tradicionais.

"Não vai ser branco como eu ou uma galega como a Gleisi [Hoffmann]. Terá que ser um índio ou uma índia. Será alguém para poder dirigir da mesma forma que fizemos o Ministério da Igualdade Racial."

"Vão falar, vão dizer: 'Ah, mas gastam muito. É preciso diminuir os ministérios'. Na verdade, o que eles não querem é que a sociedade esteja participando ativamente", prometeu.

O petista se comprometeu com pautas apresentadas pelas populações tradicionais e fez ataques ao presidente Jair Bolsonaro (PL).



O ex-presidente Lula no acampamento indígena Terra Livre em Brasília - Antonio Molina/Folhapress

Lula disse que não pode ser implementado o marco temporal para demarcação de terras indígenas "do jeito que os fascistas que estão no governo querem".

Esta é uma das principais pautas dos povos tradicionais e diz respeito a uma discussão em curso no STF (Supremo Tribunal Federal). O julgamento está paralisado e o atual governo tem defendido que só têm direito a novas demarcações

as populações que estavam em suas terras na data da promulgação da Constituição de 1988.

Os indígenas, porém, alegam que foram expulsos de suas áreas em muitas ocasiões e que o fato de não estarem presentes nas áreas em 1988 não pode ser o centro da discussão sobre o tema.

"Hoje as notícias que a gente tem é de um governo que não tem escrúpulo para desaforar e ofender os povos indígenas, que deveriam ser respeitados", afirmou.

Lula disse que fará diferente a partir de 2022, se for eleito. "Quero dizer: ninguém neste país, se voltarmos ao governo, vai fazer qualquer coisa em terra indígena sem que haja concessão e concordância de vocês", afirmou.

Ele também disse que não é possível concordar com o raciocínio de que é preciso "queimar uma árvore para criar uma cabeça de gado".

"Temos terras degradadas e temos que tirar proveito da nossa biodiversidade para vocês terem direito à vida digna", afirmou. O petista prometeu saúde e educação de qualidade para os indígenas.


Antes de participar do acampamento, Lula havia feito uma reunião fechada com líderes indígenas. No encontro, ele se comprometeu com as pautas da área e também havia sido cobrado pela questão da usina de Belo Monte, que é criticada pelas populações tradicionais.

Lula afirmou que seguirá as reivindicações apresentadas pela Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) em uma carta.

Entre elas, está o "comprometimento e garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as terras indígenas até o final de 2026". Outro ponto é a elaboração de um plano para desintrusão de todas as áreas de povos tradicionais que foram invadidas por fazendeiros e empresários.

Também há a previsão de impedir o avanço no Congresso de projetos que tratam do marco temporal de demarcação, da mineração em terras indígenas e da ampliação da liberação de agrotóxicos.

ANEXO E – Reportagens da Revista Fórum



[SOBRE](#) [EQUIPE](#) [PARCEIROS](#) [ANUNCIE](#)

[CONTATO](#)

POLÍTICA
BRASIL
DIREITOS
ECONOMIA
CULTURA
GLOBAL
SAÚDE
BLOGS
WEB STORI
EDUCAC
LOJA

ABRIL INDÍGENA

A demarcação indígena na política - Por Paulo Rocha

Mais que admiração, a luta indígena merece todo o nosso apoio, tendo sido uma das mais caras pautas de nossa atuação no Congresso Nacional, seja na Câmara ou no Senado



Ato do Acampamento Terra Livre em Brasília.Créditos: Mídia Ninja

Por **Paulo Rocha**

Escrito em **DEBATES** el 7/4/2022 · 22:18 hs

Comparta este artículo

Não é de hoje que os povos indígenas ocupam a Esplanada dos Ministérios para que suas vozes sejam ouvidas pelos Três Poderes. Com seus cantos, danças, cores e tambores, os mais nativos dos brasileiros se reúnem todos os anos em Brasília em uma ação política na defesa e garantia de direitos.

Agora, eles estão de volta para marcar o Abril Indígena. Às vésperas de mais um 19 de Abril, os cerca de 6 mil indígenas de 176 povos que participam do 18º Acampamento Terra Livre têm pouco a comemorar e muito a resistir.

Afinal, estão se confirmando as piores expectativas em relação ao atual desgoverno, que desde a campanha anunciava a suspensão de qualquer demarcação de território indígena.

Não contente, porém, o governo mais cruel da história do país foi muito além: quer rever demarcações já consagradas e abrir as terras indígenas para exploração particular e empresarial, especialmente de minérios.

Isso para citar só dois dos projetos que integram o chamado “Pacote do Veneno” em tramitação no Congresso. É uma flechada atrás da outra no coração da nossa ancestralidade.

A sabedoria secular, no entanto, é capaz de iluminar a treva mais profunda. Prova disso é o tema escolhido para a mobilização deste ano, que nos enche de esperança: “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”.

A principal bandeira de luta permanece sendo a questão territorial. Os povos indígenas exigem a demarcação de seus territórios originais. Hoje, dos 13% do território do país que estão demarcados, apenas 2% não estão na região Norte. A luta é pela demarcação principalmente de terras nas outras quatro regiões do país.

Além disso, os indígenas continuam em alerta para o julgamento do chamado Marco Temporal no STF, previsto para ser retomado em julho. Trata-se de uma tese absurda, defendida por ruralistas, segundo a qual os indígenas só poderiam reivindicar demarcação de terras que já eram ocupadas por eles antes da promulgação da Constituição de 1988.

A outra frente de luta tem potencial para quebrar a atual correlação de forças: “aldear a política” significa ocupar os espaços de decisão política no país. A intenção é participar efetivamente das eleições deste ano com grande número de candidatas e candidatos indígenas.

Eleita, a bancada indígena, hoje composta por uma única e valente deputada federal, Joênia Wapichana (Rede-RR), terá força política para fazer o contraponto democrático com a poderosa bancada ruralista, que domina o cenário político brasileiro desde que o Parlamento foi criado, há 200 anos.

Mais que admiração, a luta indígena merece todo o nosso apoio, tendo sido uma das mais caras pautas de nossa atuação no Congresso Nacional, seja na Câmara ou no Senado.

Somos todos um pouco índios. Está no sangue de todo brasileiro. Renegar nossa origem é apagar a nossa história. São nossos parentes, irmãos. E, como grandes protetores da floresta, contribuem decisivamente para conter o desmatamento e, assim, minimizar os efeitos nefastos das mudanças climáticas causadas pelos agressores do meio ambiente.

****Paulo Rocha (PA) é líder do PT no Senado***

*****Este artigo não reflete, necessariamente, a opinião da Fórum***

ELEIÇÕES 2022

Lula promete revogar todas as medidas do governo Bolsonaro sobre Terras Indígenas

Durante discurso no Acampamento Terra Livre, o ex-presidente também afirmou que em um eventual novo governo vai criar um Ministério para as questões dos povos originários



Lula

promete revogar todas as medidas do governo Bolsonaro sobre Terras Indígenas.Créditos: Mídia Ninja



Por **Marcelo Hailer**

Escrito en **POLÍTICA** el 12/4/2022 · 14:22 hs

Comparta este artículo

O ex-presidente **Lula** (PT) discursou nesta terça-feira (12) no **18º Acampamento Terra Livre** (ATL), que acontece em Brasília e reúne representantes dos povos originários de todo o país.

Antes de seu discurso, foi entregue ao ex-presidente Lula a carta dos povos originários com uma série de propostas de políticas públicas em prol dos indígenas. **"O Mercadante não precisa mais ficar preocupado em montar um programa para os povos indígenas, ele já está pronto. Esse programa será construído por vocês", disse Lula sob aplausos.**

Em seguida, Lula afirmou que os "governos do PT não fizeram tudo, mas certamente ninguém fez mais do que a gente. E o mais grave é que praticamente tudo o que nós fizemos foi desmontado. Um governo [Bolsonaro] que não tem escrúpulos, que ofende os povos indígenas. Os indígenas não são os invasores. Eles já estavam aqui quando os portugueses chegaram em 1500."

Para o líder petista, é preciso "dialogar com a sociedade brasileira", pois "os brasileiros têm que perceber que vocês têm o direito de reivindicar e nenhum fazendeiro tem o direito de invadir espaço indígena, não tem o direito de plantar soja de forma ilegal. Esse país tem terra demais, não é necessário invadir, muito menos garimpar".

Após criticar as políticas do governo Bolsonaro, **Lula afirmou que será necessário organizar o 'Dia do Revogaço'. "Tudo que foi decreto [do governo Bolsonaro sobre Terra Indígenas] será revogado imediatamente", disse Lula, que ainda afirmou que o governo federal tem de atuar para a proteção das floretas.**

"Ninguém vai mexer em Terra Indígena sem que haja a concordância de vocês. Vocês me deram uma ideia: **vamos criar um Ministério para discutir as questões**

indígenas. Não queremos invasão de Terra Indígena. Só tem uma razão para eu voltar: para fazer mais e melhor do que os governos anteriores."

Por fim, Lula falou sobre a perseguição política que ele e a ex-presidenta Dilma Rousseff sofreram. "Cassaram a Dilma com um impeachment mentiroso, inventaram uma história para me prender e cá estamos nós de novo. Nós venceremos outra vez e os povos originários vencerão com a gente", finalizou Lula.

REVOGAÇÃO E MINISTÉRIO

Fala de Lula sobre revogar medidas de Bolsonaro contra indígenas repercute no mundo

Principais agências internacionais de notícias deram destaque à promessa feita pelo ex-presidente em evento com indígenas em Brasília



Lula no Acampamento Terra Livre, que reúne povos indígenas de todo o país. Créditos: Mídia Ninja



Por [Ivan Longo](#)

Escrito en **MÍDIA** el 12/4/2022 · 20:00 hs

Comparta este artículo

O ex-presidente **Lula (PT)** voltou a ser alvo dos holofotes da **mídia internacional** nesta terça-feira (12). O motivo é o fato do petista **ter prometido revogar todas as medidas tomadas por Jair Bolsonaro (PL) contra os povos indígenas** caso seja eleito presidente nas eleições deste ano.

Lula participou de evento no **Acampamento Terra Livre**, em Brasília, que reúne representantes dos povos originários de todo o país e, na ocasião, afirmou que **fará um dia de "revogaço" para retomar políticas em prol dos direitos dos indígenas**.

"Os governos do PT não fizeram tudo, mas certamente ninguém fez mais do que a gente. E o mais grave é que praticamente tudo o que nós fizemos foi desmontado. Um governo [Bolsonaro] que não tem escrúpulos, que ofende os povos indígenas. Os indígenas não são os invasores. Eles já estavam aqui quando os portugueses chegaram em 1500 (...) **"Tudo que foi decreto [do governo Bolsonaro sobre Terra Indígenas] será revogado imediatamente"**, prometeu o ex-presidente.

"Ninguém vai mexer em Terra Indígena sem que haja a concordância de vocês. Vocês me deram uma ideia: **vamos criar um Ministério para discutir as questões indígenas**. Não queremos invasão de Terra Indígena. Só tem uma razão para eu voltar: para fazer mais e melhor do que os governos anteriores", disse ainda.

A declaração gerou forte repercussão, sendo noticiada pelas principais agências de notícias do mundo, entre elas a **Reuters, a AFP, a RFI e a Al Jazeera**.

"Sob Bolsonaro, que assumiu o cargo em 2019 com apoio sólido do poderoso setor de agronegócio do Brasil, o desmatamento aumentou na crucial floresta amazônica, lar da maioria dos 900.000 povos indígenas do Brasil", narra, por exemplo, a AFP.

Já a agência Reuters escreve que "Bolsonaro está atrás de Lula nas primeiras pesquisas antes da eleição de 2 de outubro. O presidente prometeu em 2018 não reconhecer um único centímetro de terra de reserva indígena, ganhando o apoio do poderoso lobby agrícola do Brasil".

Confira abaixo parte da repercussão internacional

AFP

Brazil's Lula slams Bolsonaro indigenous policies



ALJAZEERA

News

Ukraine war

Features

Economy

Opinion

Vide

BREAKING | Biden previously described Putin as a 'war criminal' over Ukraine invasion

Brazil's Lula promises to stop illegal mining on Indigenous lands

Left-wing former leader backs Indigenous peoples opposed to President Jair Bolsonaro's push to exploit the Amazon.





ESPERANÇA

A emergência popular com Lula

Sustentado por uma frente ampla e democrática, Lula recolocará nosso país no caminho do desenvolvimento sustentável, da estabilidade e da justiça social



Lula anunciou a criação de um ministério para interesses indígenas. Créditos: Mídia Ninja



Por [Aloizio Mercadante](#)

Escrito em **OPINIÃO** el 15/4/2022 · 12:10 hs

Comparta este artículo

Lula é o único candidato cuja campanha dialoga, se articula e é construída na relação direta e interativa com os movimentos e entidades do mundo do trabalho e do campo popular.

Estamos ainda em uma etapa de montagem das alianças políticas e partidárias, que exige tempo para as articulações e busca de convergências políticas. No entanto, o presidente Lula participou de um grande evento com a comunidade universitária na UERJ, Rio de Janeiro. Um ato com muita emoção com ele sendo apoiado por importantes líderes internacionais.

Na última semana, Lula esteve no Acampamento Terra Livre dos povos indígenas e em uma plenária com todas as centrais sindicais do país. Paralelamente, no campo das articulações políticas, a federação partidária entre PT, PCdoB e PV foi aprovada, bem como a aliança política com o PSB, que indicou Geraldo Alckmin como candidato a vice-presidente da chapa.

O esvaziamento da chamada terceira via está revelando que importantes setores do centro político democrático já estão engajados no apoio a Lula, ainda com alguma chance de novas alianças partidárias.

O Acampamento Terra Livre, após dois anos de pandemia, reuniu mais de 7,5 mil representantes de 200 povos indígenas que voltaram a ocupar as ruas de Brasília, com o maior número de participantes do encontro nos 18 anos de movimento. Tal expressão maior dos povos originários colocou na pauta a luta contra os retrocessos do desgoverno Bolsonaro, que vem enfraquecendo os órgãos e as políticas de defesa ao meio ambiente e proteção aos povos indígenas.

Os povos indígenas também se posicionaram contra as milícias rurais, o garimpo, a extração ilegal de madeira e o agronegócio predatório e ultrapassado de exploração unilateral e desmedida dos recursos naturais, que muitas vezes invadem ilegalmente os territórios indígenas já demarcados.

As reivindicações do acampamento envolvem ainda a retomada dos processos de demarcação das terras indígenas, bem como a rejeição ao Projeto de Lei 191/2020, que libera a mineração e outros empreendimentos em terras indígenas, e a preservação dos direitos dos povos isolados e da identidade e da cultura indígenas. O governo Bolsonaro é o primeiro, desde a redemocratização do Brasil, a não demarcar nenhuma terra indígena. E não só estimula, mas é aliado explícito das atividades ilegais e predatórias em terras indígenas.

Para piorar o cenário, na última semana vieram à tona denúncias de violações dos direitos do povo Yanomami, como violência, opressão, abusos sexuais e tomada de terra, por parte de garimpeiros ilegais em Roraima. Relatório da Hutukara Associação Yanomami apontou que o garimpo naquela terra indígena cresceu 46% em 2021, depois de já ter aumentado 30% no ano anterior. Há relatos da criação de vilas internas de garimpeiros ilegais dentro da maior área indígena do país.

É fundamental preservar os direitos dos povos indígenas, mas é importante ressaltar também que os territórios são fundamentais para a proteção de nossos biomas e nossa biodiversidade, em especial na Amazônia. Um levantamento da MapBiomas mostra que, entre 1985 e 2020, as áreas mais preservadas do Brasil foram as terras indígenas. Nesses territórios, o desmatamento foi de apenas 1,6%, no período de 35 anos.

No acampamento, Lula foi ovacionado, ouviu intervenções poderosas, com depoimentos dramáticos sobre os ataques e a resistência dos indígenas e abraçou as demandas dos povos originários. Ele recebeu apoio aberto e entusiasmado para sua nova candidatura presidencial e uma carta aberta com demandas dos povos indígenas.

O ex-presidente defendeu a autonomia indígena sobre suas terras, assumiu o compromisso de que todas as iniciativas em territórios indígenas passariam pela consulta e anuência prévia das comunidades e anunciou a criação de um ministério para tratar dos interesses indígenas. Além disso, propôs a criação do “Dia do Revogaço” para pôr fim a decretos e agressões patrocinados pelo governo Bolsonaro, completamente insensível às demandas dos povos originários.

Nos governos do PT, foram homologados 22 milhões de hectares em 108 terras indígenas. E instaladas mesas de negociação entre indígenas e agricultores para reduzir conflitos. A luz elétrica chegou a 30 mil famílias indígenas, além de 342 médicos para 34 distritos de saúde indígena. Outras importantes conquistas foram a entrega de 3 mil escolas indígenas, a escolarização bilíngue, a lei de cotas e as mais de 16 mil bolsas universitárias a estudantes indígenas.

É esse Brasil civilizado, acolhedor, solidário e soberano que Lula representa. Por isso, a fala de Lula no acampamento foi destaque nas principais agências de notícias do mundo, enquanto importantes entidades da sociedade civil se uniram para denunciar

à OCDE retrocessos climáticos e ambientais, no combate à corrupção e na ameaça à democracia do desgoverno Bolsonaro.

Na mesma semana, Lula participou de um evento com todas as centrais sindicais, que realizaram a Conferência da Classe Trabalhadora, a Conclat, unificando a pauta legislativa e judiciária do movimento sindical e definindo as prioridades para as lutas dos trabalhadores. Também ovacionado, Lula propôs uma ampla negociação tripartite para uma nova legislação trabalhista, que resgate os direitos dos trabalhadores, permita o fortalecimento dos sindicatos e estabeleça um novo padrão de negociação coletiva. Além disso, defendeu uma reforma tributária justa e solidária, com a taxa progressiva da renda.

Agora, sustentado por uma frente ampla e democrática e por um projeto inovador e portador de futuro, Lula recolocará nosso país no caminho do desenvolvimento sustentável, da estabilidade e da justiça social. Essa liderança, que não é só do PT ou de um determinado segmento da nossa sociedade, mas de todo o povo brasileiro, é a esperança que reconstruirá e fará de novo do Brasil um país de todos e de todas.

****Este artigo não reflete, necessariamente, a opinião da Fórum.***

MACHISMO

VÍDEO: mulheres indígenas são alvos de comentário sexista da PM do DF

Milhares de indígenas estão em Brasília para participar do Acampamento Terra Livre, que tem por objetivo derrubar o PL 191, que permite a mineração em reservas



VÍDEO: mulheres indígenas são alvos de comentário sexista da PM do DF.

Créditos: Mídia Ninja



Por **Marcelo Hailer**

Escrito en **BRASIL** el 9/4/2022 · 21:06 hs

Comparta este artículo

Cerca de seis mil indígenas estão acampados em Brasília por conta da realização da 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL). O tema deste ano é "Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política". O evento segue até a próxima quinta-feira (14).

E na tarde deste sábado os indígenas acampados se somaram à manifestação contra o presidente Jair Bolsonaro (PL). O ato como um todo contou com dificuldades imposta pela Polícia Militar do Distrito Federal, entre elas, a revista de todas as pessoas indígenas que iam participar do ato.

Além disso, cinegrafistas que estavam acompanhando o ato flagraram um policial militar conversando com um colega e afirmar que "essas indiazinhas os peitinhos para o lado de fora" provocam. O comentário, além de racista, é sexista.

O objetivo central do Acampamento Terra Livre deste ano é derrubar o PL 191 que, caso seja aprovado, vai permitir a mineração em terras indígenas, que pode resultar na morte de povos originários.